Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12042 | 124 páginas
Curitiba, Quinta-feira, 04 de Dezembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 20
Procuradoria Geral do Estado 21

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 21
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 24
Secretaria das Cidades 25
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 27
Secretaria da Cultura 33
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 34
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 47
Secretaria da Educação 52
Secretaria da Fazenda 89
Secretaria de Infraestrutura e Logística 92
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 92
Secretaria da Justiça e Cidadania 92
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 93
Secretaria do Planejamento 100
Secretaria da Saúde 101
Secretaria da Segurança Pública 102
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 118
Receita Estadual do Paraná 121

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 123
Sociedades de Economia Mista 124

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.831

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao Município de Luiziana.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho da Rodovia Estadual PR-553, no Município de Luiziana, do Sistema Rodoviário Estadual - S.R.E., sob o código 553S0010EPR, com 1,74 km (um quilômetro e setecentos e quarenta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 1496 do S.R.E. de coordenadas 24º16′33,05″S, 52º16′32,35″O e o ponto final de coordenadas 24º15'40,44"S, 52º16'11,04"O (Datum WGS84).

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a transferir, ao Município de Luiziana, o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, do trecho rodoviário indicado no art. 1º desta Lei.
Parágrafo único. A transferência prevista no *caput* deste artigo tem por finalidade a incorporação dos trechos de rodovia estadual implantada ao sistema viário sob jurisdição municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.237.639-0

168195/2025

Lei nº 22.832

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao Município de Teixeira Soares.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos da Rodovia Estadual PR-438, no Município de Teixeira Soares, do Sistema Rodoviário Estadual - S.R.E. a seguir discriminados:

I - trecho sob o código 438S0030EPR, com 370 m (trezentos e setenta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 996 do S.R.E. de coordenadas 25º22′10,85″S, 50º26′53,70″O e ponto de início de coordenadas 25º22'02,10"S, 50º26'44,62"O (Datum WGS84);

II - trecho sob o código 438S0020EPR, com 1,77 km (um quilômetro e setecentos e setenta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 1587 do S.R.E. de coordenadas 25º22′50,79″S, 50º27′46,90″O e ponto final de coordenadas 25º23'41,35"S, 50º28'15,60"O (Datum WGS84).

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a transferir, ao Município de Teixeira Soares, o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, dos trechos rodoviários indicados nos incisos I e II do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A transferência prevista no *caput* deste artigo tem por finalidade a incorporação dos trechos de rodovia estadual implantada ao sistema viário sob jurisdição municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.374.438-0

168196/2025

Lei nº 22.833

4 de dezembro de 2025.

Altera a Lei nº 20.099, de 19 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jataizinho, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei nº 20.099, de 19 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jataizinho, do imóvel referente ao lote nº 08, da Quadra nº 01, localizado no Município de Jataizinho, registrado sob a Transcrição das Transmissões nº 4.441 do Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, com área total de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados).

Art. 2º Altera o art. 2º da Lei nº 20.099, de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei se destina à instalação e ao funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Doação e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Parágrafo único. No Termo de Doação, constarão a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º desta Lei, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

Art. 3º Altera o art. 4º da Lei nº 20.099, de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 16.049.169-8

168198/2025

Lei nº 22.834

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cascavel, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cascavel, do imóvel referente ao lote rural nº 173-A-2, localizado na Gleba Cascavel, no Município de Cascavel, registrado sob a Matrícula nº 75.878 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total de 86.211,69 m² (oitenta e seis mil, duzentos e onze vírgula sessenta e nove metros quadrados).

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei se destina à instalação e ao funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Doação e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§ 1º No Termo de Doação, constarão a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º desta Lei, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§ 2º Após a formalização do Termo de Doação, autoriza o donatário a ocupar o imóvel descrito no art. 1º desta Lei, onde se obriga a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação e outras que recaiam sobre o bem imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.361.845-8

168202/2025

Lei nº 22.835

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Campo Largo, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Campo Largo, de imóvel integrante de lote urbano, situado na Rua 7 de Setembro, s/n, Município de Campo Largo, registrado sob a Transcrição das Transmissões n° 8.670 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, com área de 841,00 m² (oitocentos e quarenta e um metros quadrados).

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei se destina à instalação e ao funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Doação e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.
§ 1º No Termo de Doação, constarão a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º desta Lei, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.
§ 2º Após a formalização do Termo de Doação, autoriza o donatário a ocupar o imóvel descrito no art. 1º desta Lei, onde se obriga a:
I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;
II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação e outras que recaiam sobre o bem imóvel;
III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;
IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.205.711-8

168204/2025

Lei nº 22.836

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao Município de Abatiá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos da Rodovia Estadual PR-436, no Município de Abatiá, do Sistema Rodoviário Estadual - S.R.E. a seguir discriminados:

I - trecho sob o código 436S0070EPR, com 1,030 km (um quilômetro e trinta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 1597 do S.R.E. de coordenadas 23°18′45,26”S, 50°18′29,96″O e ponto do KM 68+000 de coordenadas 23°19'13,26"S, 50°18'44.50"O (Datum WGS84);

II - trecho sob o código 436S0090EPR, com 1,45 km (um quilômetro e quatrocentos e cinquenta metros) de extensão, compreendido entre o ponto do KM 72+000 coordenadas 23°18'9.54"S, 50°19'36.58"O (Datum WGS84) e o ponto de referência 990 do S.R.E. de coordenadas 23°18′0,19″S, 50°18′48,31″O.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a transferir, ao Município de Abatiá, o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, dos trechos rodoviários indicados nos incisos I e II do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A transferência prevista no *caput* deste artigo tem por finalidade a incorporação dos trechos de rodovia estadual implantada ao sistema viário sob jurisdição municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 22.671.290-9

168205/2025

Lei nº 22.837

4 de dezembro de 2025.

Autoriza o Estado do Paraná a realizar operação de aumento do capital social da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A., nas condições e até o valor que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Estado do Paraná, acionista controlador da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - Ceasa/PR, a propor e aprovar o aumento de capital social no valor de R$ 79.000.000,00 (setenta e nove milhões de reais).

§ 1º A Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - Ceasa/PR passará, a partir do aumento de capital social, a contar com capital social de até de R$ 135.314.102,00 (cento e trinta e cinco milhões, trezentos e quatorze mil, cento e dois reais).

§ 2º O Estado do Paraná deverá deter, sempre, no mínimo, a maioria do capital acionário votante.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.216.593-4

168206/2025

Lei nº 22.838

4 de dezembro de 2025.

Estabelece os níveis de governança das Instituições Estaduais de Ensino Superior, estrutura os cargos de Direção Acadêmica e as Funções Acadêmicas, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A estrutura organizacional básica das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, também denominadas Universidades, integrantes da Administração Autárquica do Poder Executivo Estadual, poderá contar com os seguintes níveis de governança e correspondentes cargos comissionados, denominados de Direção Acadêmica, e funções comissionadas, denominadas Funções Acadêmicas:

I - Nível de Decisão Colegiada: representado pelos Conselhos Superiores, presididos pelo Reitor da Universidade, cuja composição e competências são definidas pelos respectivos estatutos e regimentos;

II - Nível de Direção Superior, representado:

a) pelo Reitor da Universidade, com competências relativas à função estratégica, liderança e articulação institucional ampla;

b) pelo Vice-Reitor, que auxiliará o Reitor no desempenho das suas funções, bem como o representará em suas ausências e impedimentos e sempre que por ele for designado;

c) por Pró-Reitores;

d) por autoridades universitárias equiparadas;

III - Nível de Direção Técnica: representado pelo Diretor de campus, Diretor de Centro de Ciências, Diretor de Setor de Ciências, ou congênere, com responsabilidade pela coordenação e liderança das atividades técnicas das unidades de execução e das atividades relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento das respectivas estruturas;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IV - Nível de Assessoramento: representado pelas unidades responsáveis por competências de auxílio e apoio direto, estratégico, técnico e especializado aos integrantes do nível de direção da entidade no desempenho de suas competências institucionais, nos termos dos respectivos atos regimentais, podendo ser denominadas de:

a) Gabinete da Reitoria: unidade representada pelo Chefe de Gabinete, responsável pelas atribuições de prestar auxílio e assistência abrangente ao Reitor no desempenho de suas atribuições e no atendimento de seus compromissos oficiais;

b) Assessoria Executiva, Assessoria Técnica ou Assessoria Especial, representadas por:

1. Assessorias Executivas: responsáveis pelas atribuições de prestar auxílio e assistência abrangente ao Reitor e aos Pró-Reitores no atendimento de assuntos técnicos e administrativos;

2. Assessorias Técnicas e Assessorias Especiais, compostas por um conjunto de assessores com conhecimentos técnicos em áreas especializadas, com a atribuição de prestar auxílio e apoio direto especializado ao Reitor, aos Pró-Reitores e Diretores no desempenho de suas responsabilidades, que, por sua natureza, não admitem chefia de unidade;

c) Unidade Técnica ou Secretaria: representada por unidades técnicas ou secretarias constituídas, respectivamente, para a realização de atividades técnicas e de suporte específicas complementares às atividades-fim das unidades organizacionais dos níveis de direção superior e técnica;

V - Nível de Execução: representado por unidades com denominação de Departamento, Coordenação ou equivalente, hierarquicamente subordinadas a uma unidade de Direção Superior ou Técnica, dirigido por um Diretor, Chefe de Departamento, Chefe de Coordenação ou equivalente, com responsabilidade de realizar as atividades típicas da Universidade, estabelecidas em regulamento, de acordo com requisitos legais vigentes, consolidadas em atividades técnicas e especializadas de natureza executiva, e organizadas sucessivamente, quando necessário, nas seguintes subunidades:

a) Divisão: unidade caracterizada como detalhamento da Diretoria, Departamento, Coordenação ou equivalente, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos, representada pelo Chefe de Divisão, com atividades técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas e afetas às atribuições da unidade subordinante;

b) Seção: unidade decorrente do detalhamento da Divisão, formalmente constituída conforme as determinações legais e critérios técnicos aplicáveis, representada pelo Encarregado de Seção, com atividades técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas afetas às atribuições da unidade subordinante;

c) Área: unidade decorrente do detalhamento da Seção e, excepcionalmente, conforme o porte necessário, das unidades do nível de assessoramento, formalmente constituída de acordo com as determinações legais e critérios técnicos aplicáveis, representada pelo Responsável de Área, com competências técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas afetas às atividades da unidade subordinante.

Parágrafo único. Em decorrência do princípio da autonomia universitária, a denominação específica, o detalhamento das atribuições e competências, e a estrutura organizacional da Universidade deverão ser definidos por seus respectivos regulamentos, regimentos internos e estatutos, observados o conjunto de atribuições dos cargos de Direção Acadêmica e das Funções Acadêmicas disposto no Anexo I e os quantitativos distribuídos no Anexo II, ambos desta Lei.

Art. 2º Os cargos em comissão de Direção Acadêmica serão providos por ato de nomeação do Reitor, conforme dispuser o regulamento da Universidade, observada a legislação em vigor.

§ 1º A simbologia e as atribuições dos cargos comissionados de Direção Acadêmica constam no Anexo I e o quantitativo dos cargos consta no Anexo II, ambos desta Lei.

§ 2º Os cargos de Direção Acadêmica são de livre nomeação e exoneração, por ato do Reitor da Instituição Estadual de Ensino Superior - IEES.

§ 3º A remuneração devida pelo exercício de Direção Acadêmica consta no Anexo III desta Lei, sendo vedada qualquer outra vantagem com a mesma natureza, bem como outra forma de cálculo, parcela ou prática, salvo vantagem compatível prevista em lei específica.

§ 4º Ao servidor com vínculo efetivo nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão é facultada a opção pelo subsídio desse cargo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo acrescido de gratificação fixa correspondente a 90% (noventa por cento) do valor do subsídio do cargo em comissão respectivo, nos termos do art. 159 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

§ 5º Ao ocupante de cargo de Direção Acadêmica é vedada a percepção simultânea de horas extras.

Art. 3º As Funções Acadêmicas serão providas por ato de designação do Reitor, conforme dispuser o regulamento da Universidade, observada a legislação em vigor, sendo reservadas a titulares de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior ou de Agente Universitário, e cumulativas com os vencimentos do cargo de provimento efetivo e vantagens previstas em lei específica.

§ 1º A simbologia e as atribuições das Funções Acadêmicas constam no Anexo I e o quantitativo de funções consta no Anexo II, ambos desta Lei.

§ 2º A gratificação pelo exercício de Função Acadêmica consta no Anexo III desta Lei.

§ 3º Ao ocupante de Função Acadêmica é vedada a percepção simultânea de horas extras.

§ 4º É vedada a cumulação de Função Acadêmica com cargo em comissão de Direção Acadêmica.

§ 5º As Funções Acadêmicas são de livre designação e exoneração, por ato do Reitor da Instituição Estadual de Ensino Superior - IEES.

Art. 4º Autoriza os Reitores das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES a efetuarem a alteração, mediante transformação, dos quantitativos, da distribuição e da simbologia dos cargos em comissão e funções acadêmicas de que trata o Anexo II desta Lei, observados os respectivos valores de remuneração e desde que não implique aumento de despesa.

§ 1º As Funções Acadêmicas não poderão ser transformadas em cargos em comissão de Direção Acadêmica e os cargos em comissão de Direção Acadêmica não poderão ser transformados em Funções Acadêmicas.

§ 2º A análise, deliberação, operação e o estabelecimento de normas das alterações previstas no caput deste artigo serão atribuições de cada Universidade, sendo formalizadas mediante ato próprio do Reitor, com a devida publicação no Diário Oficial do Estado e posterior comunicação formal à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, para registros e anotações.

Art. 5º A participação de servidor como membro de Conselho Superior ou de qualquer outro órgão colegiado no âmbito das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada, sendo vedado atribuir cargo de Direção Acadêmica ou Função Acadêmica pelo seu exercício.

Art. 6º As nomeações, designações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta Lei deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado pelas Universidades, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. O ato de nomeação, designação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deverá especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.

Art. 7º A remuneração das Direções Acadêmicas e das Funções Acadêmicas a que se refere esta Lei não é incorporável aos vencimentos, nem computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não serve de base para cálculo de outras vantagens.

Parágrafo único. A remuneração das Direções Acadêmicas e das Funções Acadêmicas compõem a base de cálculo para fins de gratificação natalina, férias e adicional de férias, na forma prevista na legislação vigente.

Art. 8º Autoriza o Poder Executivo a promover as modificações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 9º O quantitativo total de Direções Acadêmicas e de Funções Acadêmicas das Universidades fica distribuído na forma do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As Direções Acadêmicas e Funções Acadêmicas dos Hospitais Universitários, listadas no Anexo II, observarão o disposto nesta Lei.

Art. 10. Altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 20.932, de 17 de dezembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Fixa o valor da Gratificação de Responsabilidade Acadêmica - GRA em 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração básica da carreira de docente Adjunto, com dedicação exclusiva, nível A.

Art. 11. Acrescenta o art. 22A à Lei nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021, com a seguinte redação:

Art. 22A. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI poderá, mediante necessidade comprovada pela IEES em processo específico, autorizar a utilização da carga horária correspondente à diferença entre o regime parcial e o regime de quarenta horas de docentes efetivos, para atender excepcional interesse público, nos termos da legislação em vigor.(NR)

Art. 12. Altera o art. 27 da Lei nº 20.933, de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Veda, nas IEES, o pagamento de substituições de cargo de Direção, Função Acadêmica e da Gratificação de Responsabilidade Acadêmica - GRA.

Parágrafo único. Excetuam-se da vedação do caput deste artigo a substituição de cargos ou funções:

I - em que os titulares exercem responsabilidade de ordenadores de despesas;

II - em que os titulares exercem direção clínica e de enfermagem em Hospitais Universitários;

III - nos casos de licenças para tratamento de saúde, quando o afastamento ultrapasse trinta dias consecutivos, e de licença maternidade.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Art. 14. Revoga:

I - a Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009;

II - a Lei nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012;

III - a Lei nº 17.204, de 29 de junho de 2012.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 22.240.624-2

168209/2025

ANEXO I

DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS DIREÇÕES ACADÊMICAS E FUNÇÕES ACADÊMICAS	
1 – DIREÇÕES ACADÊMICAS E FUNÇÕES ACADÊMICAS COM A NATUREZA DE CHEFIA OU DIREÇÃO SUPERIOR	
DA-1 e FA-1	Exercício de atividades relativas ao conjunto de atribuições destinado a uma posição de comando hierárquico que implica na responsabilidade decisória com relação aos órgãos internos das Universidades, nos termos definidos pelos respectivos regimentos, prestando auxílio direto ao dirigente máximo da instituição.
DA-2 e FA-2	Exercício de atividades relativas ao conjunto de atribuições destinado a uma posição de comando hierárquico que implica na responsabilidade decisória de coordenar a execução de programas, projetos ou atividades de uma ou mais unidades administrativas táticas ou operacionais e seus respectivos servidores.
DA-3 e FA-3	Exercício de atividades relativas ao conjunto de atribuições destinado a uma posição de comando hierárquico de responsabilidade decisória e técnica relacionada à Direção ou Unidade; de cargos de comando hierárquico subordinado a uma Pró-Reitoria, Órgão ou Unidade.
2 - DIREÇÕES ACADÊMICAS E FUNÇÕES ACADÊMICAS COM A NATUREZA DE ASSESSORAMENTO	
DA-1 e FA-1	Responsável pelas atribuições de prestar auxílio e assistência abrangente ao Reitor da Universidade no desempenho de suas atribuições e no atendimento de seus compromissos oficiais.
DA-3 a DA-5 e FA-3 a FA-7	Responsável pelas atribuições de prestar auxílio e apoio direto especializado ao titular da Universidade e demais Diretores no desempenho de suas responsabilidades, que, por sua natureza, não admite chefia da unidade.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3 - FUNÇÕES ACADÊMICAS COM A NATUREZA DE CHEFIA EXECUTIVA	
FA-5 a FA-7	Responsável por unidade prevista em regimento interno, caracterizada como detalhamento da estrutura de Diretoria, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos, representada pelo Chefe de Divisão, com atividades técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas afetas às atribuições da unidade subordinante.
	Responsável por unidade decorrente do detalhamento da Direção, formalmente constituída em regimento interno conforme as determinações legais e critérios técnicos aplicáveis, representada pelo Encarregado de Seção, com atividades técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas afetas às atribuições da unidade subordinante.
	Responsável por unidade decorrente do detalhamento de Diretoria, formalmente constituída conforme as determinações legais e critérios técnicos aplicáveis, representada pelo Responsável de Área, com competências técnicas relacionadas à execução de um conjunto de atribuições funcionalmente organizadas afetas às atividades da unidade subordinante.

ANEXO II

TOTAL DE DIREÇÕES ACADÊMICAS E FUNÇÕES ACADÊMICAS							
UEL	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	18	3	56	15	11	160	131
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	1	0	22	19	3		
UEM	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	22	3	57	9	51	117	167
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	1	0	10	2	2		
UEPG	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	18	1	57	0	3	138	85
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	0	0	4	0	1		
UNIOESTE	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	15	20	28	41	133	111	0
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	1	0	10	7	29		
UNICENTRO	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	26	5	62	30	61	102	15
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	0	1	2	16	20		
UENP	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	9	20	23	6	24	58	45
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	6	1	25	16	8		
UNESPAR	**FA-1**	**FA-2**	**FA-3**	**FA-4**	**FA-5**	**FA-6**	**FA-7**
	16	19	36	5	17	93	114
	DA-1	**DA-2**	**DA-3**	**DA-4**	**DA-5**		
	0	0	3	19	7		

TOTAL DE DIREÇÕES ACADÊMICAS E FUNÇÕES ACADÊMICAS / HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS							
HU/UEL	FA-1	FA-2	FA-3	FA-4	FA-5	FA-6	FA-7
	1	3	0	3	6	39	89
	DA-1	DA-2	DA-3	DA-4	DA-5		
	0	0	2	0	0		
HU/UEM	FA-1	FA-2	FA-3	FA-4	FA-5	FA-6	FA-7
	1	3	10	1	15	22	30
	DA-1	DA-2	DA-3	DA-4	DA-5		
	0	0	1	0	0		
HU/UEPG	FA-1	FA-2	FA-3	FA-4	FA-5	FA-6	FA-7
	1	4	12	0	30	20	0
	DA-1	DA-2	DA-3	DA-4	DA-5		
	0	0	1	0	0		
HU/UNIOESTE	FA-1	FA-2	FA-3	FA-4	FA-5	FA-6	FA-7
	1	5	0	0	55	1	0
	DA-1	DA-2	DA-3	DA-4	DA-5		
	0	0	8	5	0		

ANEXO III

TABELAS DE VALORES E EQUIVALÊNCIAS PARA DIREÇÃO ACADÊMICA E FUNÇÃO ACADÊMICA				
DIREÇÃO ACADÊMICA			FUNÇÃO ACADÊMICA	
SIMBOLOGIA	SUBSÍDIO (SEM VÍNCULO)	GRATIFICAÇÃO FIXA (COM VÍNCULO)	SIMBOLOGIA	VENCIMENTO
DA-1	R$ 6.842,96	R$ 6.158,66	FA-1	R$ 6.158,66
DA-2	R$ 5.866,91	R$ 5.280,00	FA-2	R$ 5.280,00
DA-3	R$ 5.375,04	R$ 4.837,31	FA-3	R$ 4.837,31
DA-4	R$ 4.014,76	R$ 3.613,13	FA-4	R$ 3.613,13
DA-5	R$ 2.654,46	R$ 2.388,91	FA-5	R$ 2.388,91
			FA-6	R$ 1.762,95
			FA-7	R$ 934,89

168212/2025

Lei nº 22.839

4 de dezembro de 2025.

Institui o Março Borgonha, mês de conscientização sobre o mieloma múltiplo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Março Borgonha, mês dedicado à conscientização sobre o mieloma múltiplo.
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Março Borgonha tem por objetivos promover o fomento à:

I - disseminação de informações sobre o mieloma múltiplo e os direitos das pessoas acometidas por essa enfermidade;

II - criação de políticas públicas voltadas aos que sofrem com a doença;

III - pesquisa e ao estudo para o avanço do conhecimento sobre o tema;

IV - realização de exames de rotina;

V - facilitação do diagnóstico e do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo;

VI - publicação de pesquisa científica estadual sobre a doença;

VII - sensibilização da população sobre o tema.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Para a consecução dos objetivos descritos no art. 2º desta Lei poderão ser firmadas parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Maria Victoria
Deputada Estadual

Prot. 25.042.518-0

168226/2025

Lei nº 22.840

4 de dezembro de 2025.

Altera a Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a realizar repasse de recursos públicos, mediante termos de colaboração ou termos de fomento, às organizações da sociedade civil que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a realizar o repasse de recursos públicos às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, consideradas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como às cooperativas constituídas por agricultores familiares e demais beneficiários definidos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observadas a legislação aplicável a cada modalidade de parceria e as normas pertinentes à execução orçamentária e financeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga o § 11 do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Prot. 25.046.369-3

168231/2025

Lei nº 22.841

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Liga Paranaense de Bandas e Fanfarras, com sede no Município de São José dos Pinhais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Liga Paranaense de Bandas e Fanfarras, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Thiago Bührer
Deputado Estadual

Prot. 25.049.755-5

168233/2025

Lei nº 22.842

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Brasileira de Apoio e Defesa da Cidadania, do Contribuinte e do Consumidor, com sede no Município de Paranavaí.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Brasileira de Apoio e Defesa da Cidadania, do Contribuinte e do Consumidor, com sede no Município de Paranavaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Prot. 25.049.698-2

168235/2025

Lei nº 22.843

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Desenvolve Tamarana, com sede no Município de Tamarana.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Desenvolve Tamarana - IDT, com sede no Município de Tamarana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Prot. 25.049.643-5

168238/2025

Lei nº 22.844

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Walter Antônio Petruzziello.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Walter Antônio Petruzziello.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Maria Victoria
Deputada Estadual

Prot. 25.049.600-1

168240/2025

Lei nº 22.845

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores de Bertioga, com sede no Município de Guaraqueçaba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores de Bertioga, com sede no Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Prot. 25.049.534-0

168241/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.846

4 de dezembro de 2025.

Institui o Dia do Biomédico a ser celebrado anualmente em 20 de novembro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia do Biomédico a ser celebrado anualmente em 20 de novembro.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Dia do Biomédico tem por objetivo reconhecer a importância dos profissionais da biomedicina para a saúde pública e privada, bem como valorizar o seu papel nas áreas de diagnóstico, pesquisa, docência e inovação científica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Marli Paulino
Deputada Estadual

Prot. 25.049.474-2

168243/2025

Lei nº 22.847

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Tanielton Lopes Pereira.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Tanielton Lopes Pereira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Cristina Silvestri
Deputada Estadual

Prot. 25.049.421-1

168244/2025

Lei nº 22.848

4 de dezembro de 2025.

Insere a Jornada de Agroecologia no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere a Jornada de Agroecologia, realizada anualmente no mês de agosto, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná
Parágrafo único. O evento tem por objetivo promover a agroecologia, a soberania alimentar, a preservação ambiental e a valorização dos saberes tradicionais, por meio de atividades como feiras, oficinas, seminários, apresentações culturais, entre outras.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Professor Lemos
Deputado Estadual

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Arilson Chiorato
Deputado Estadual

Goura
Deputado Estadual

Renato Freitas
Deputado Estadual

Moacyr Fadel
Deputado Estadual

Dr. Antenor
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual

Ana Júlia
Deputada Estadual

Prot. 25.057.269-7

168247/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.849

4 de dezembro de 2025.

Institui o Dia de Memória às Vítimas do Holodomor Ucraniano a ser lembrado anualmente no quarto sábado do mês de novembro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia de Memória às Vítimas do Holodomor Ucraniano a ser lembrado anualmente no quarto sábado do mês de novembro.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Delegado Jacovós
Deputado Estadual

Prot. 25.057.307-3

168249/2025

Lei nº 22.850

4 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Carlos Valezi.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Carlos Valezi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Dr. Leônidas
Deputado Estadual

Prot. 25.061.675-9

168255/2025

DECRETO Nº 12.132

Demissão da servidora JUSSARA BERENICE HEIN NOWATSCHEK, Professora do Quadro Próprio do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.990.693-1, e ainda,

Considerando que a servidora JUSSARA BERENICE HEIN NOWATSCHEK, RG nº 3.XXX.103-X, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-03, lotada no Núcleo Regional de Educação de Toledo, infringiu com sua conduta o disposto no inciso I do art. 279, inciso XV do art. 285 c/c alínea "b" do inciso V e §1º do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que a servidora foi submetida a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante e a Deliberação nº 165/2025 do Conselho do Magistério, que cotejando as provas acostadas nos autos e a defesa apresentada, entendeu configurada a conduta irregular da servidora, recomendando sua demissão; e ainda,

Demonstrado que a infração administrativa perpetrada se enquadra nas hipóteses em que a lei comina penalidade máxima, não assiste ao gestor público a faculdade de aplicar sanção diversa, ainda que sob a invocação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplicando-se à espécie o entendimento consagrado na Súmula nº 650 do Superior Tribunal de Justiça;

Dessa forma, diante da tipicidade da conduta e da vinculação da Administração à legalidade estrita, impõe-se a aplicação da penalidade prevista em lei, nos exatos termos do normativo que rege a matéria;

DECIDE:

Art. 1º Demitir a servidora JUSSARA BERENICE HEIN NOWATSCHEK, RG nº 3.XXX.103-X, do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-03, lotada no Núcleo Regional de Educação de Toledo, por ter infringido com sua conduta o disposto no inciso I do art. 279, inciso XV do art. 285 c/c alínea "b" do inciso V e §1º do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

168368/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 12.133

Demissão da servidora LAURETE MARIA RUARO, Professora do Quadro Próprio do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.429.521-9, e ainda,

Considerando que a servidora LAURETE MARIA RUARO, RG nº 7.XXX.882-X, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-01, lotada no Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, infringiu com sua conduta o disposto no inciso VI do art. 279 c/c alínea "b" do inciso V e §1º do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que a servidora foi submetida a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante e a Deliberação nº 164/2025 do Conselho do Magistério, que cotejando as provas acostadas nos autos e a defesa apresentada, entendeu configurada a conduta irregular da servidora, recomendando sua demissão; e ainda,

Demonstrado que a infração administrativa perpetrada se enquadra nas hipóteses em que a lei comina penalidade máxima, não assiste ao gestor público a faculdade de aplicar sanção diversa, ainda que sob a invocação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplicando-se à espécie o entendimento consagrado na Súmula nº 650 do Superior Tribunal de Justiça;

Dessa forma, diante da tipicidade da conduta e da vinculação da Administração à legalidade estrita, impõe-se a aplicação da penalidade prevista em lei, nos exatos termos do normativo que rege a matéria;

DECIDE:

Art. 1º Demitir a servidora LAURETE MARIA RUARO, RG nº 7.XXX.882-X, do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-01, lotada no Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, por ter infringido com sua conduta o disposto no inciso VI do art. 279 c/c alínea "b" do inciso V e §1º do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

168370/2025

DECRETO Nº 12.134

Divulga o calendário de feriados e estabelece os dias de recesso e de ponto facultativo do ano de 2026, para cumprimento pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 87, da Constituição Estadual, e conforme o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º Divulga o calendário de feriados e estabelece os dias de recesso e de ponto facultativo do ano de 2026, para cumprimento pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais:

I - 1º de janeiro, Confraternização Universal, feriado nacional;

II - 2 de janeiro, recesso;

III - 16 e 17 de fevereiro, ponto facultativo;

IV - 18 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas, ponto facultativo até as 14 horas;

V - 2 de abril, ponto facultativo;

VI - 3 de abril, Paixão de Cristo, feriado nacional;

VII - 20 de abril, ponto facultativo;

VIII - 21 de abril, Tiradentes, feriado nacional;

IX - 1º de maio, Dia do Trabalho, feriado nacional;

X - 4 de junho, Corpus Christi, ponto facultativo;

XI - 5 de junho, ponto facultativo;

XII - 7 de setembro, Independência do Brasil, feriado nacional;

XIII - 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;

XIV - 2 de novembro, Finados, feriado nacional;

XV - 15 de novembro, Proclamação da República, feriado nacional;

XVI - 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, feriado nacional;

XVII - 21 a 31 de dezembro, recesso;

XVIII - 25 de dezembro, Natal, feriado nacional.

Art. 2º Os feriados declarados em lei municipal de que tratam os arts. 1º e 2º da Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, serão observados pelas repartições da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, nas respectivas localidades.

Art. 3º Caberá aos dirigentes dos Órgãos e Entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais ou que não possam ser paralisados sem comprometimento da eficiência nas questões afetas às respectivas áreas de competência.

Art. 4º É vedada a antecipação ou postergação dos recessos e pontos facultativos em discordância com o que dispõe este Decreto.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes dos Órgãos e Entidades a análise da eventual necessidade de expediente nos dias declarados como de ponto facultativo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168371/2025

Decreto nº 12.134 - 04/12/2025

CALENDÁRIO 2026

janeiro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

01/01 - Confraternização Universal

fevereiro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

18/02 - Ponto facultativo até às 14:00h

março

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

abril

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

03/04 – Paixão de Cristo
21/04 - Tiradentes

maio

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

01/05 - Dia do Trabalho

junho

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

04/06 - Corpus Christi

julho

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

agosto

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

setembro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

07/09 - Independência do Brasil

outubro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28*	29	30	31

12/10 - Nossa Senhora Aparecida
* 28/10 - Dia do Servidor Público

novembro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

02/11 – Finados
15/11 - Proclamação da República
20/11 - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

dezembro

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19*
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

*19/12 - Emancipação Política do Paraná
25/12 – Natal

FERIADOS
Datas definidas em lei federal, bem como aquelas dispostas na legislação estadual ou municipal, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.093/95

PONTO FACULTATIVO
Dia úteis em que a administração poderá dispensar total ou parcialmente o expediente a critério da autoridade superior do Órgão ou Entidade

RECESSO
Período de suspensão do expediente administrativo de acordo com a análise de conveniência e oportunidade da chefia do Poder Executivo

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 12.135

Torna sem efeito o Decreto nº 12.111, de 2 de dezembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 12.111, de 2 de dezembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168378/2025

DECRETO Nº 12.136

Dispõe sobre as Unidades Técnicas de Engenharia e Arquitetura e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 87 e seu parágrafo único da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e no Decreto nº 10.585, de 11 de julho de 2025, bem como o contido no protocolado nº 24.597.958-4,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS UNIDADES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Art. 1º Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura - UTEA é a unidade administrativa, criada com fundamento no inciso II do §3º do art. 7º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com a finalidade de desempenhar atividades técnicas relacionadas ao planejamento, gestão e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia em órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, cujas competências serão estabelecidas no respectivo ato do Chefe do Poder Executivo de criação de cada Unidade.

Parágrafo único. As Unidades previstas no *caput* deste artigo poderão ser criadas nas entidades da Administração Autárquica do Poder Executivo Estadual, com fundamento na alínea "c" do inciso III do art. 16 da Lei nº 21.352, de 2023.

Art. 2º As Unidades Técnicas de Engenharia e Arquitetura - UTEAs:

I - serão administrativamente subordinadas à estrutura do órgão ou entidade nos quais estão inseridas;

II - estão sujeitas às diretrizes, orientação normativa e supervisão técnica da Secretaria de Estado das Cidades - SECID;

III - poderão ser desdobradas em áreas de atuação, tendo em vista critérios técnicos relativos à especialização funcional, divisão e volume de trabalho, observadas as normas técnicas estabelecidas.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PELA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Art. 3º Na gestão das UTEAs, cabe à SECID:

I - a análise e emissão de parecer acerca da criação ou extinção de Unidades Técnicas de Engenharia e Arquitetura nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual;

II - a promoção de ações com vista à efetiva implementação da normatização proposta por este Decreto;

III - o suporte técnico e orientação às unidades impactadas para viabilizar a transição gradual e harmônica da transferência de competências, primando pela manutenção dos serviços de forma ininterrupta, com o propósito de garantir a preservação e continuidade das contratações em andamento;

IV - o monitoramento e avaliação dos impactos da nova normatização, identificando possíveis ajustes e melhorias a serem implementados;

V - a prestação de informações, documentação e suporte técnico necessários à continuidade da execução dos respectivos contratos, de modo que assegure a ininterrupta manutenção dos serviços em andamento;

VI - a definição de diretrizes para o compartilhamento de informações de obras públicas pelos órgãos e entidades, com vistas à gestão centralizada dessas informações;

VII - a articulação permanente com os órgãos, entidades e Unidades Técnicas de Engenharia e Arquitetura, em assuntos relacionados às disposições deste Decreto.

Art. 4º As UTEAs, quando implantadas nos órgãos e entidades, terão suas responsabilidades e competências assumidas de forma gradual e por etapas, observado o cronograma acordado entre as partes, que será elaborado conforme a efetiva estruturação técnica e operacional de cada Unidade.

CAPÍTULO III
DA CRIAÇÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Art. 5º A criação das UTEAs será proposta por iniciativa do órgão ou entidade, mediante a demonstração dos requisitos previstos no art. 7º deste Decreto, dos demais critérios estabelecidos no Decreto nº 7.300, de 13 de abril de 2021, bem como das diretrizes e análise técnica da SECID.

Art. 6º As UTEAs serão criadas desde que demonstrados minimamente os seguintes requisitos:

I - planejamento do órgão ou entidade, contemplando o porte, a complexidade, o histórico e a continuidade da demanda de obras;

II - disponibilidade orçamentária para execução das obras e serviços de engenharia;

III - disponibilidade orçamentária para manutenção da Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura;

IV - disponibilidade ou necessidade de pessoal;

V - alinhamento com as diretrizes, metas e entregas de Governo, principalmente as estabelecidas no Plano de Contratações Anual do Estado - PCA-E, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Plano Plurianual - PPA.

CAPÍTULO IV
DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Art. 7º Os servidores do QPPE, ocupantes das funções de engenheiro e de arquiteto, alocados na SECID, poderão ser designados por ato do Secretário de Estado das Cidades para exercer atividades temporárias em órgão ou entidade do Poder Executivo, sem que tal medida importe em remoção.

Art. 8º Os critérios técnicos para a designação dos servidores do QPPE, ocupantes das funções de engenheiro e de arquiteto, entre as UTEAs, serão definidos pela SECID, ouvida a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Altera o inciso IX do *caput* do art. 15 do Anexo ao Decreto nº 4.497, de 20 de dezembro de 2023, e lhe acrescenta os incisos X, XI e XII, passando a vigorar com a seguinte redação:

IX - expedir diretrizes e orientação normativa e realizar a supervisão técnica, na matéria de sua competência, das Unidades Técnicas de Engenharia e Arquitetura - UTEAs e demais unidades administrativas e profissionais da área de obras e serviços de engenharia;

X - avaliar a criação e extinção de UTEAs nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, responsáveis pelo planejamento, gestão e/ou fiscalização descentralizada de obras e serviços de engenharia;

XI - fornecer o suporte técnico necessário ao desenvolvimento das obras públicas e garantir o intercâmbio de metodologia, informações e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento integrado das UTEAs e demais unidades com atuação na área de obras e serviços de engenharia;

XII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Secretário de Estado do Planejamento

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

GUTO SILVA
Secretário de Estado das Cidades

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

168380/2025

DECRETO Nº 12.137

Cria a Unidade Técnica da Engenharia e Arquitetura no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e altera dispositivos do Decreto nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do o art. 87 e seu parágrafo único, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, no Decreto nº 12.136, de 4 de dezembro de 2025, e o contido no protocolado nº 24.597.958-4,

DECRETA:

Art. 1º Cria a Unidade Técnica da Engenharia e Arquitetura – UTEA, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, de acordo com o Decreto nº 12.136, de 4 de dezembro de 2025, responsável pelo planejamento, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, na forma deste Decreto.

Art. 2º O dimensionamento mínimo de profissionais para o adequado desempenho das responsabilidades e competências da UTEA da SESP será composto por:

I - 4 (quatro) arquitetos;

II- 34 (trinta e quatro) engenheiros.

§1º A alocação e o provimento do dimensionamento de que trata o *caput* deste artigo serão realizados conforme as vagas autorizadas nas respectivas legislações de pessoal, observada à existência de dotação orçamentária suficiente no âmbito do órgão responsável.

§2º A UTEA iniciará suas atividades de forma gradual e por etapas, nos termos do art. 7º deste Decreto, ainda que o dimensionamento mínimo previsto neste artigo não esteja integralmente atendido.

Art. 3º Acrescenta a alínea "e" ao inciso IV do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, com a seguinte redação:

e) Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura – UTEA.

Art. 4º Acrescenta a Seção V ao Capítulo IV do Título III do Anexo I do Decreto nº 8.301, de 2024, com a seguinte redação:

Seção V
Da Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura

Art. 5º Acrescenta o art. 48A à Seção V do Capítulo IV do Título III do Anexo I do Decreto nº 8.301, de 2024, com a seguinte redação:

Art. 48A. À UTEA/SESP, dotada de autonomia técnica e funcional, observado o disposto na Lei nº 21.352, de 2023, compete:

I - o assessoramento e a coordenação das demandas oriundas das unidades de execução programática da SESP, com vista a consolidação dos planos estratégicos anteriormente elaborados de forma autônoma e descentralizada pelo comando das mencionadas unidades, tendo como objetivo a composição dos instrumentos de planejamento orçamentário e gestão financeira - PPA, LDO, LOA e PCA, previamente exigidos pela legislação de regência para realização de investimentos em obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura;

II - a definição e o estabelecimento das diretrizes para o recebimento, processamento e tramitação das demandas que visarem a realização de obras e serviço de engenharia e/ou arquitetura em edificações no âmbito da SESP, com a edição de instruções normativas, ou outros atos congêneres, que se fizerem necessárias para completa regulamentação da matéria, a serem observadas pelas unidades demandantes subordinadas à Pasta;

III - o apoio técnico às unidades de execução programática subordinadas à Pasta, visando o desenvolvimento e elaboração dos artefatos de planejamento das contratações que possam integrar os documentos instrutores nos *metaprocessos licitatórios* das demandas por obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, indispensáveis à instrução das contratações desta natureza (tais como ETPs, TRs, planilhas de serviços e orçamentárias, especificações, memoriais e cronogramas), no interesse da SESP, observadas as normativas vigentes aplicáveis;

IV - o desenvolvimento de análises, estudos e ferramentas para o aperfeiçoamento de parâmetros com vista a proposição de melhorias para modernização dos Termos de Referência e demais elementos instrutores utilizados na composição dos *metaprocessos licitatórios* dirigidos à contratação de serviços técnicos de engenharia, projetos e obras, no interesse da SESP;

V - análise preliminar à conformação técnica e normativa das proposições que buscam a celebração de convênios, contratos, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos congêneres relacionados à área de atuação da Unidade Técnica, no interesse da SESP;

VI - a supervisão e acompanhamento do planejamento, instrução, licitação, contratação, execução e fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura em edificações conduzidos e gerenciados diretamente pela SESP, incluída a expedição de atestados de cumprimento de contratos relacionados à área, firmados no âmbito de ação e de interesse da Pasta, ou ainda, daqueles descentralizados, sob competência e atribuição de outros órgãos, entidades ou entes conveniados, nos termos conferidos pela necessária autorização governamental, em conformidade com a legislação de regência;

VII - a obtenção de dados sobre as obras, projetos, documentações e outras informações pertinentes, relativos aos bens imóveis em uso ou de interesse das unidades subordinadas a SESP, por meio da interlocução com órgãos e entidades públicas;

VIII - a manutenção de registros cadastrais e de sistemas de informações de pessoas físicas ou jurídicas, devidamente registradas nos respectivos conselhos profissionais,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para efeito de habilitação em licitações públicas conduzidas pela SESP;

IX - o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, cujas atividades contemplem técnicas de engenharia e/ou arquitetura, para a realização de serviços profissionais de interesse da SESP;

X - o desempenho de outras atividades correlatas."

Art. 6º Altera o Organograma constante no Anexo II do Decreto nº 8.301, de 2024, que passa a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 7º A UTEA/SESP terá suas responsabilidades, atribuições e competências assumidas de forma gradual e por etapas, observado o cronograma que deverá ser acordado entre as partes SESP/SECID até a efetiva assunção das obras e demais contratações já previstas em fase de planejamento, o qual será elaborado conforme a efetiva estruturação técnica e operacional da Unidade.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024:

I – o item 1 da alínea "d" do inciso IV do art. 2º;

II – o art. 43.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Secretário de Estado do Planejamento

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

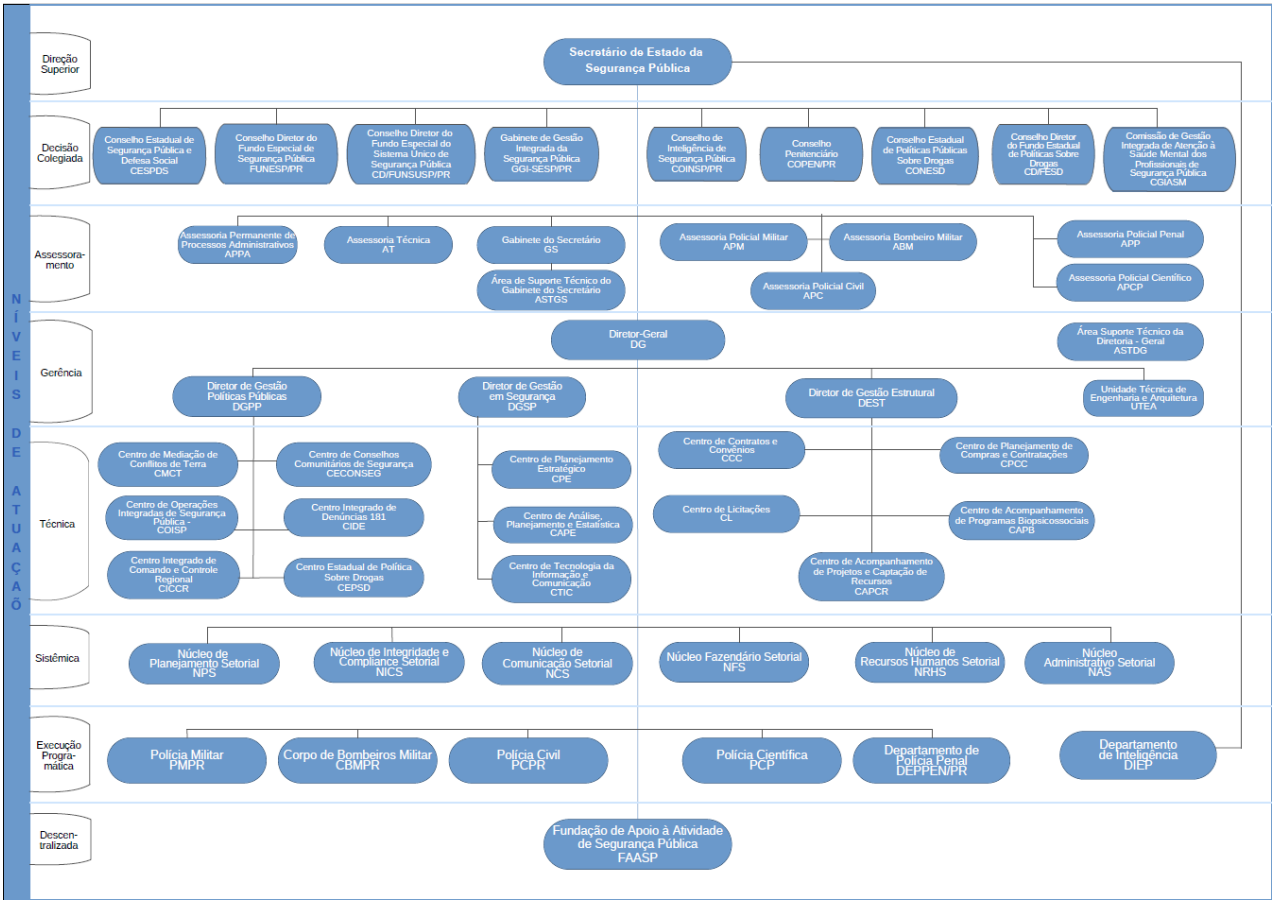
GUTO SILVA
Secretário de Estado das Cidades

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 12.137/2025

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.301, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA



168382/2025

DECRETO Nº 12.138

Nomeação de membros representantes governamentais titular e suplente, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.095.378-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, o seguinte representante governamental, da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

ANDREY ROBERTO DOS SANTOS, RG nº X.600.012-X, como conselheiro titular, em substituição a MARLOS CAEL BELO.

Art. 2º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, o seguinte representante governamental, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda:

JEAN FELIPE MARQUES DE LIMA, CPF nº 094.XXX.479-XX, como conselheiro suplente, em substituição a LUIZ EDUARDO OKAZAKI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

168384/2025

DECRETO Nº 12.139

Nomeação de EDSON NARDES DA SILVA, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.094.633-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EDSON NARDES DA SILVA, CPF nº XXX.XXX.149-3X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, do Departamento de Trânsito do Paraná, ficando exonerado OSVALDO BENEDITO CAMARGO, CPF nº XXX. XXX.499-1X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168387/2025

DECRETO Nº 12.140

Transforma funções e cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, as funções comissionadas executivas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-8, da Secretaria de Estado da Saúde.	em	- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-10, para a Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-14, da Secretaria de Estado da Saúde.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, para a Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168390/2025

DECRETO Nº 12.141

Nomeação e designação para exercerem cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.099.384-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, LETICIA HELENA PABIS, RG nº 14.XXX.959-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, JACKELINE GARCIA DOS SANTOS, RG nº 6.XXX.450-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-10, da Secretaria de Estado da Saúde.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168392/2025

DECRETO Nº 12.142

Torna sem efeito o Decreto nº 12.106, de 2 de dezembro de 2025 e nomeia THIAGO AUGUSTO MENDES ABUCARUB no Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.106.359-1,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 12.106, de 2 de dezembro de 2025.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, THIAGO AUGUSTO MENDES ABUCARUB, CPF nº XXX.XXX.929-3X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 4 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168393/2025

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

23.766.860-0/25
1.Considerando que a Cláusula de Reversão é uma condição resolutiva, e seu advento extingue para todos os efeitos os direitos a qual ela se opõe, conforme disposto nos arts. 128 e 1.359 do Código Civil. 2.Considerando a impossibilidade de cumprimento do encargo legal por parte do Estado do Paraná, conforme informações constantes no caderno administrativo. 3.Considerando que é pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o descumprimento do encargo estabelecido em lei que determinara a doação de bem público enseja, por si só, a sua desconstituição. 4.Considerando que a reversão não caracteriza ato de disposição patrimonial, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, o que prescinde de autorização legislativa específica. 5.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 23.766.860-0**, aliado ao contido na Informação da Procuradoria Geral do Estado (Mov. 23), **AUTORIZO** a formalização da reversão da doação do imóvel objeto da matrícula n° 3.254 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel do Ivaí/Pr. 6.**PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à DPE/SEAP para providências. EM 04/12/2025. (Enc. Proc à SEAP).

CASA CIVIL

25.097.962-2/25
1.Diante da solicitação apresentada no **PROTOCOLADO Nº 25.097.962-2**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 15, VI, da Lei Estadual nº 13.666/2002 c/c art. 2º, §1º e art. 5º, ambos do Decreto nº 3.828/2008. 2. **PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências. Em 04/12/25. (Enc. Proc. ao NRHS/CC).

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

25.062.598-7/25
1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 25.062.598-7**, e considerando a manifestação favorável exarada na Informação nº 870/2025-AT-GAB/PGE, **AUTORIZO** a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI a dar início à execução do **Programa Bolsa Cuidador Familiar. 2.** A autorização ora concedida fica **condicionada à estrita observância** das recomendações e orientações jurídicas emitidas pela Procuradoria-Geral do Estado, constantes do mov. 7. 3. **PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências administrativas cabíveis. Em 04/12/25. (Enc. Proc. à SEMIPI).

168409/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

24.965.676-3/25
1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.965.676-3, EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades do Instituto Água e Terra, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 04.12.25. (Enc. Proc. ao IAT).

168413/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.906.353-3/25
OBJETO Prorrogação de disposição funcional de servidor. **DESTINO** Poder Legislativo Federal (Câmara dos Deputados). **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Sem ônus para órgão de origem. **AMPARO LEGAL** art. 2º, inc. II, alínea "b" c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.906.353-3**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES**, CPF nº xxx.588.xxx-59, até 31/12/2026. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 04.12.25

24.807.072-2/25
OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta. **AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1º c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.807.072-2**, **AUTORIZO** a prorrogação de disposição funcional da servidora **SAILE TONETTE DE OLIVEIRA**, CPF nº XXX.990. XXX-41, até 31/12/2026. 2. A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 04.12.25

168411/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1.416

Revoga a Resolução CC nº 1.407, de 1º de dezembro de 2025.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a Resolução CC nº 1.407, de 1º de dezembro de 2025, que designou a servidora KAMILLA DE CARLI, RG nº 9.XXX.301-X, para exercer suas atividades junto à Superintendência Geral de Governança de Serviços e Dados – SGSD.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 4 de dezembro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

168037/2025

DETRAN

EXTRATO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2025

PARTES CONVENIADAS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, PMPR COM INTERVENIÊNCIA DA SESP E O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

OBJETO: a celebração do TERMO DE CONVÊNIO entre o DETRAN/PR, a PMPR com interveniência da SESP e o Município de Santa Helena tendo por objetivo operacionalizar ações governamentais conjuntas a serem implementadas pelos PARTÍCIPES, visando o fiel, pleno e adequado cumprimento das respectivas competências estabelecidas no Artigo 22, incisos V, VI, IX, XI, XII, XIII, XIV; Artigo 23 inciso III; Artigo 24, incisos IV, V, VI, XIII, XIV, XV e XXII; Artigo 124, inciso VIII; Artigo 128 e Artigo 131 § 2º; observadas as dições do Artigo 25, todos da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e suas alterações; compreendendo a delegação recíproca das competências de fiscalização e lavratura de autos de infração no âmbito da circunscrição territorial do Município de SANTA HELENA.

AUTORIZAÇÃO: Viviane da Paz Carvalho – Diretora-Presidente do DETRAN/PR em Exercício.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná/DIOE.

Nº TERMO	MUNICÍPIO	DATA DA AUTORIZAÇÃO	PROTOCOLO
010/2025	SANTA HELENA	12/11/2025	22.243.535-8

166450/2025

Diário OFICIAL Paraná

Procuradoria Geral do Estado

RESOLUÇÃO nº 295/2025 - PGE

Súmula: Suspender a designação do Procurador do Estado em razão da suspensão de férias do titular.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Suspender a designação do Procurador do Estado **GUILHERME HENRIQUE HAMADA**, RG nº 13.XXX.118-X, realizada pela Res. 278/2025-PGE, para exercício da função de Procurador-Chefe da Coordenadoria de Recursos – CRR a partir de 03 de dezembro de 2025, em razão da suspensão do período de férias do Procurador do Estado titular **FERNANDO MERINI**, R.G. nº 7.XXX.400-X.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada eletronicamente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado do Paraná

166996/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº 11240/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Airton João Vachowicz, RG nº 1.xxx.158-x, para responder como Chefe da Divisão de Seguridade Funcional do Departamento de Recursos Humanos e Previdência da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DRH/DSF, no período de 11/12/2025 a 18/12/2025, em virtude da licença casamento da titular da função, a servidora Nelsi Aparecida de Oliveira, RG n° 4.xxx.659-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

166493/2025

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC Nº 066/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, torna público o extrato do Termo de Ajustamento de Conduta com o **INFOTRIZ COMERCIAL LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.586.694/0001-41, conforme o teor do protocolo nº 24.776.027-0.

1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DO FATO

Violação ao disposto na Cláusula 1, item 1.4., subitem 1.4.1, do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 183/2022; sujeitando-se, portanto, às sanções previstas no art. 150, incisos II e III, art. 152, inciso I, e art. 154, inciso II, ambos da Lei Estadual n. 15.608/2007; e Cláusula 12, item 12.4, alíneas a e b, do referido edital.

2. CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACORDO

O compromissário se compromete a realizar as medidas abaixo:

a) Participar de cursos e treinamentos promovidos pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), visando a correta compreensão dos seus deveres e proibições ou a melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

b) A participação nos cursos e treinamentos deverá ser atestada mediante a apresentação de certificado, emitido pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), com carga horária total de, no mínimo, 100 horas; e

c) Os temas dos cursos e treinamentos deverão versar sobre o assunto Licitações e Contratos Administrativos.

3. CLÁUSULA PENAL ESTIPULADA

Em caso de descumprimento total ou parcial deste TAC, será aplicada imediatamente multa no valor **de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do lote no qual participou, correspondente ao valor de **R$ 870,25 (oitocentos e setenta reais com vinte e cinco centavos)**, que deverá ser paga em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Certificado de Descumprimento do TAC.

4. VIGÊNCIA

O presente termo de ajustamento de conduta terá a vigência **de 90 (noventa) dias úteis**, e o prazo para o cumprimento integral das obrigações é de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Extrato, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, observada a vigência, desde que devidamente justificado pelo compromissário e previamente autorizado pela autoridade competente.

Curitiba, 02/12/2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

166458/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 15.988.052-4
Termo de Doação nº: 59/2021
Termo Aditivo nº: 47/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Entre Rios do Oeste
Fundamento legal: Lei nº 20.799 de 18/11/2021, publicada no DIOE n° 11060 de 19/11/2021.
Descrição: Aditivo ao Termo de Doação para prorrogar o prazo para averbação da Escritura Pública junto ao registro do bem nos respectivos cartórios, que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2027.
Imóvel: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a Matrícula n.º 24.289 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon, localizado na Rua Roque Valério Machado, s/n, Centro, com área documental de 1.352,55 m², destinado ao funcionamento do Centro de Convivência da Criança e do Adolescente.
Valor do imóvel: R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais).

166627/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC Nº 072/2025

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, torna público o extrato do Termo de Ajustamento de Conduta com o **LPK LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.177.343/0001-99, conforme o teor do protocolo nº 24.804.983-9.

1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DO FATO

Violação ao disposto na Cláusula 7, itens 7.1, 7.2 e 7.3, das Condições Gerais do Edital do Pregão Eletrônico n. 25/2023; sujeitando-se, portanto, às sanções previstas nos art. 155, inc. IV e V e art. 156, incisos II e III, da Lei Federal 14.133/2021 e art. 193 e art. 196, inciso III, ambos da Decreto Estadual n. 10.086/2022; e Cláusula 13, item 13.2, alínea b, do referido edital.

2. CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACORDO

O compromissário se compromete a realizar as medidas abaixo:

a) Participar de cursos e treinamentos promovidos pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), visando a correta compreensão dos seus deveres e proibições ou a melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

b) A participação nos cursos e treinamentos deverá ser atestada mediante a apresentação de certificado, emitido pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), com carga horária total de, no mínimo, 100 horas; e

c) Os temas dos cursos e treinamentos deverão versar sobre o assunto Licitações e Contratos Administrativos.

3. CLÁUSULA PENAL ESTIPULADA

Em caso de descumprimento total ou parcial deste TAC, será aplicada imediatamente multa no valor de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do lote no qual participou, correspondente ao valor de **R$ 3.184,49 (três mil, cento e oitenta e quatro reais com quarenta e nove centavos)**, que deverá ser paga em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Certificado de Descumprimento do TAC.

4. VIGÊNCIA

O presente termo de ajustamento de conduta terá a vigência **de 90 (noventa) dias úteis**, e o prazo para o cumprimento integral das obrigações é de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Extrato, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, observada a vigência, desde que devidamente justificado pelo compromissário e previamente autorizado pela autoridade competente.

Curitiba, 02/12/2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

166506/2025

Resolução SEAP Nº 11.220

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos; considerando o disposto no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o previsto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013; e considerando o Cumprimento de Ordem Judicial – COJ 1262/2025, com decisão em caráter liminar do Poder Judiciário do Estado do Paraná, proferida nos Autos de Mandado de Segurança nº 0012776-28.2025.8.16.0004, constante no protocolo n.º 24.832.104-0;

RESOLVE

Remover sub judice a servidora Ana Raquel de Oliveira Alves, RG n.º 10.XXX.519-X, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Assistente Social, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotada na Secretaria de Estado da Educação – SEED, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 40/2025 AASC
Protocolo 24.832.104-0

166785/2025

Resolução SEAP N.º 11.197/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 25.047.397-4.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, os servidores nomeados pelo Decreto nº 11.551/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional, nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 11.197/2025

Cargo: Agente Profissional

NOME	RG	FUNÇÃO
Fernanda Censi do Amaral Pankiewicz	8xxx136x – PR	Administrador
Jaquelina de Fatima Pontarolo	790xxx579xx – PR	Administrador

Lamonyque Silva Rodrigues de Oliveira	28xxx082x – RJ	Administrador
Valdemir Gauto	9xxx157x – PR	Administrador
Vinícius Herrera Franceschini	066xxx019xx – PR	Administrador
Clodoaldo Pereira Franco	5xxx688x – PR	Engenheiro de Segurança do Trabalho

166862/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8761 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 3279 DE 18/12/2023 O NOME DE KATIA TEIXEIRA DE MEIROZ GRILO
R.G. 20970570 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6966 DE 05/07/2016 O NOME DE NELZIRA GUEDES OLIVEIRA
R.G. 35339000 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8762 02/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 950 DE 20/03/2019 O NOME DE ISABEL APARECIDA SEMEGHINI
R.G. 39230593 LF - 3
EXCLUIR DA PORTARIA N. 14350 DE 12/07/2005 O NOME DE MARLENE ANANIAS
R.G. 49023111 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 14425 DE 19/07/2005 O NOME DE ANGELA MARIA DA SILVA RIBEIRO
R.G. 62087641 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8763 02/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 1936 DE 25/08/2023 O NOME DE EDILSON DE MEDEIROS
R.G. 35125477 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 2926 DE 23/05/2007 O NOME DE EDSON EDUARDO DE SOUZA
R.G. 31600804 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 8684 DE 12/04/2022 O NOME DE JANES MARA BERLATTO
R.G. 20333073 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 8944 DE 24/05/2022 O NOME DE JANES MARA BERLATTO
R.G. 20333073 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 9423 DE 22/10/2004 O NOME DE PEDRO ALVES
R.G. 48656293 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 16043 DE 04/11/2005 O NOME DE SUELY TYSKI
R.G. 42973556 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 23705 DE 18/10/2006 O NOME DE ADALGISA DA LUZ LONARDONI
R.G. 41887303 LF - 4
EXCLUIR DA PORTARIA N. 23723 DE 19/10/2006 O NOME DE ADALGISA DA LUZ LONARDONI
R.G. 41887303 LF - 4
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8764 02/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 12380 DE 29/09/2017 O NOME DE PEDRO ROGERIO DE PAIVA
R.G. 64874691 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 20989 DE 30/06/2006 O NOME DE REGINA MARIA CORDEIRO
R.G. 86112426 LF - 1
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8765 02/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
EXCLUIR DA PORTARIA N. 15619 DE 14/03/2014 O NOME DE ROSA MARIA ZDRADK
R.G. 86387956 LF - 2
1
-
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 8766 02/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
EXCLUIR DA PORTARIA N. 15620 DE 14/03/2014 O NOME DE ROSA MARIA ZDRADK
R.G. 86387956 LF - 2

165712/2025

PORTARIA Nº 69/2025 – SEAP

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5° da Lei n° 21.352 de janeiro de 2023, nomeada por meio do Decreto Estadual nº 9.398, de 02 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscal, conforme abaixo:

CONTRATO N° 8.638/2025

MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA

GESTOR	GESTOR SUBS.	FISCAL	FISCAL SUBS.
Edson Silveira Filho CPF: XXX.010.909-XX	Fernando Pereira de Oliveira CPF: XXX.111.289-XX	Bruno Rossa CPF: XXX.402.999-XX	Leonardo Tidre Rossetto CPF: XXX.021.009-XX

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Nos contratos firmados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Gestor e de Gestor Substituto deverão observar o contido nos incisos I a VI e X do art. 10, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Art. 3º Nos contratos firmados com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Fiscal e de Fiscal Substituto deverão observar o contido nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, inclusive quanto ao recebimento provisório do objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske

Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

166236/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.144595/25, Pensão por morte, Protocolo 25.029.564-2. Segurado: URBANO CESAR GONCALVES, CPF 70678014868 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: NEZILDA LECI GODOY GONÇALVES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 6239.19. Total do Benefício R$ 6239.19

Ato n.144594/25, Pensão por morte, Protocolo 25.029.564-2. Segurado: URBANO CESAR GONCALVES, CPF 70678014868 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: NEZILDA LECI GODOY GONÇALVES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3713.44. Total do Benefício R$ 3713.44

Ato n.144578/25, Pensão por morte, Protocolo 24.629.382-1. Segurado: MARLENE HOREVITCH MORENO, CPF 28713281968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ANTONIO JOAQUIM MORENO NETO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 6346.81. Total do Benefício R$ 6346.81

Ato n.144583/25, Pensão por morte, Protocolo 24.970.387-7. Segurado: AMERICO PEREIRA, CPF 16568273953 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: JANETE BERGES PEREIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 8801.58. Total do Benefício R$ 8801.58

Ato n.144587/25, Pensão por morte, Protocolo 24.425.171-4. Segurado: ADILIO DE ALMEIDA, CPF 34976310949 - LF 21. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: DALETI PEREIRA DE ALMEIDA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2431.11. Total do Benefício R$ 2431.11

Ato n.144601/25, Pensão por morte, Protocolo 25.038.844-6. Segurado: AMADO BATISTA LUIZ, CPF 28041070949 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: CLELIA PERPETUA REGINO LUIZ, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 33503.94. Total do Benefício R$ 33503.94

Ato n.144577/25, Pensão por morte, Protocolo 23.588.062-8. Segurado: MARIA DOS SANTOS CARVALHO, CPF 64361446920 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: PEDRO PEREIRA NECKEL, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1686.07. Total do Benefício R$ 1686.07

Ato n.144586/25, Pensão por morte, Protocolo 24.425.171-4. Segurado: ADILIO DE ALMEIDA, CPF 34976310949 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: DALETI PEREIRA DE ALMEIDA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 810.41. Total do Benefício R$ 810.41

Ato n.144599/25, Pensão por morte, Protocolo 24.976.503-1. Segurado: IRAI LAMOUNIER, CPF 51981289968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ROZENILDA SPRADA DE LARA, Credor de Alimentos, Cota 19.06%, Valor R$ 1517.45. Total do Benefício R$ 1517.45

Ato n.144593/25, Pensão por morte, Protocolo 24.993.598-0. Segurado: MARIA ODETE TEIXEIRA TURQUINO, CPF 71811680968 - LF 21. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ATTILIO TURQUINO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1098.13. Total do Benefício R$ 1098.13

Ato n.144598/25, Pensão por morte, Protocolo 24.563.294-0. Segurado: LUIZ EUZEBIO, CPF 30158729900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ROSANA CARDIM, Convivente, Cota 100%, Valor R$ 8943.87. Total do Benefício R$ 8943.87

Curitiba, 3 de dezembro de 2025

166588/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 165, de 1º de dezembro de 2025.

Divulga o preço médio ponderado para o milho e estabelece o índice de subvenção econômica na modalidade equivalência em produto para as operações contratadas pelas regras do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em atendimento ao disposto na Lei nº 15.605, de 15 de agosto de 2007 e art. 3º c/c o art. 8º, inciso IX, do Regulamento anexado ao Decreto nº 1.444, de 12 de setembro de 2007, e

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 66,93% (sessenta e seis inteiros enoventa e três centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal do milho de **R$ 17,67** (dezessete reais e sessenta e sete centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para o mês de **novembro de 2016**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 64,05% (sessenta e quatro inteiros e cinco centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 19,21** (dezenove reais e vinte e um centavos) divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2017**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 63,57% (sessenta e três inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 19,47** (dezenove reais e quarenta e sete centavos) divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2018**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 59,54% (cinquenta e nove inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 21,62** (vinte e um reais e sessenta e dois centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2019**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 54,14% (cinquenta e quatro inteiros e catorze centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 24,51** (vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2020**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 50,26% (cinquenta inteiros e vinte e seis centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 26,58** (vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2021**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 41,35% (quarenta e um inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 31,34** (trinta e um reais e trinta e quatro centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2022**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 3,19% (três inteiros e dezenove centésimos por cento) **inferior** ao preço mínimo nominal de **R$ 55,20** (cinquenta e cinco reais e vinte centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2023**;

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, restou 11,82% (onze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 47,79** (quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2024;**

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **novembro de 2025**, ficou 16,60% (dezesseis inteiros e sessenta centésimo por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 45,83** (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), divulgado pela CONAB/MAPA para **novembro de 2025;**

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o preço médio nominal ponderado para **novembro de 2025**, da saca de 60 kg (sessenta quilogramas) de milho, no importe de **R$ 53,44** (cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º A equivalência em saca de 60 kg de milho nos preços mínimos nominais de **2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2024 e 2025** para efeito da subvenção econômica nas operações contratadas pelas regras do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, com parcelas **vincendas no mês de dezembro de 2025**, é **zero**.

Art. 3º Tendo como referência o preço médio nominal do milho do mês de novembro/2025, saca de 60/kg, calculado pela SEAB/DERAL no valor de **R$ 52,42 (cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)**, e o preço mínimo para o referido cereal/saca de 60/kg, estabelecido pela CONAB para o ano de 2023, no valor de **R$ 55,20 (cinquenta e cinco reais e vinte centavos)**, o bônus equivalência em produto a ser aplicado sobre o valor das parcelas dos mutuários **vincendas no mês dezembro de 2025**, relativas às operações do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, é de 3,19% (três inteiros e dezenove centésimos por cento).

Parágrafo único. O valor correspondente ao percentual de subvenção deverá ser creditado pelo agente financeiro contratante da operação em conformidade às disposições do Termo de Cooperação ou Convênio celebrado entre a Seab, a Fomento Paraná e o IDR-Paraná no prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento do valor repassado pelo FDE para não serem remunerados rendimentos, que caso ocorrentes, deverão ser devolvidos ao FDE.

Art. 4º Tem direito ao índice de subvenção econômica estabelecida no artigo 3º os mutuários que pagarem as parcelas até o vencimento do contrato celebrado com o agente financeiro.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

166523/2025

ADAPAR

PORTARIA Nº **502**, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.
Designa servidor para substituição do Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RENATO REZENDE YOUNG BLOOD,** RG nº 13.XXX.815-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas a Presidência da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, no período de 10/12/2025 à 19/12/2025, por motivo de férias do titular da Pasta.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

166280/2025

PORTARIA Nº **458,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa os servidores mentorado e mentor para participarem do Programa de Mentoria da Adapar.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, bem como, os artigos. 12, inc. XVI; 26, inc. XXIII e 35, inc. IV do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 326/2013 e a Portaria nº 197/2022 que estabelece os procedimentos para o Programa de Mentoria da Adapar, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como mentor e mentorado na Adapar, em substituição, a Portaria Adapar nº 319/2025.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA ADAPAR (ER)	CARGO, FUNÇÃO, NOME E LOTAÇÃO DO SERVIDOR MENTORADO-EL	CARGO, FUNÇÃO, NOME E LOTAÇÃO DO SERVIDOR MENTOR-EL
Dois Vizinhos	Med. Vet. Kimberli Barbosa EL de Dois Vizinhos	Med.Vet. Luiza Coutinho Costa EL de Realeza

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

166223/2025

Secretaria das Cidades

RESOLUÇÃO Nº 147/2025/SECID

Súmula: Designa servidor para responder como Coordenador de Integração e Informação Técnica - CIIT, em virtude da licença da titular da função.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 134/2025-SECID, considerando a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 25.084.096-9;

RESOLVE,

Art. 1º Designar o servidor Rafael Rauta Buiar, portador do RG nº 10.XXX.118-X, como Coordenador de Integração e Informação Técnica - CIIT em substituição a licença da servidora Esperanza Minervini Gomes RG.: 007.XXX.909-XX no período de 01/12/2025 à 04/01/2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades

166638/2025

AMEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DO ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DOS ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA-AMEP
PORTARIA N° 122/2025/AMEP

EMENTA: **Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato Administrativo n° 46/2025, firmado entre a AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP e a RENAULT DO BRASIL LTDA.**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP, nomeado pelo Decreto nº 44/2023, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – ANEXO I do Decreto nº 698/1995, bem como em respeito ao disposto na Lei n° 21.353, de 01 de janeiro de 2023, em atendimento ao contido no protocolo n° 24.924.863-0.

RESOLVE:

Art. 1° Designar servidores para a Gestão e Fiscalização do Contrato Administrativo nº 46/2025, firmado entre a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP e a Renault do Brasil Ltda., cujo objeto é a aquisição de veículo com sua respectiva plotagem, conforme as especificações do termo de referência constante em edital:

I. Cleverson Ignácio Correa, matrícula funcional n° 837452, para atuar como Gestor;

II. Gabrieli Fernanda Aparecida Masba, matrícula funcional nº 782725, para atuar como Fiscal.

Art. 2° Para atuarem como substitutos aos servidores indicados no artigo acima, na eventualidade de impossibilidade de atuação indicam-se:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I. Kauane Firman, matrícula funcional n° 869381, como Gestora substituta;
II. **Maria Eduarda Almeida Moreira,** matrícula funcional n° 1019868, como Fiscal substituta.
Art. 3° No desempenho destas funções, os servidores nomeados deverão atentar para o cumprimento das regras definidas no contrato, na Instrução Normativa n° 07/2025/AMEP e demais atos normativos aplicáveis à espécie.
Art. 4° Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Curitiba/PR, 02 de dezembro de 2025.
Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da AMEP

166370/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DO ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA – AMEP
CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - CGMRMC

RESOLUÇÃO N.º 30/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Campina Grande do Sul/PR, de aprovação das minutas de leis municipais de Revisão do Plano Diretor Municipal, que incidem sobre a Bacia do Capivari, conforme protocolo 22.265.641-9.

RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação das minutas de leis municipais de Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Urbano e instrumentos urbanísticos complementares, referentes a Revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul/PR, com área urbana na Bacia do Rio Capivari.
Curitiba, 01 de dezembro de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC.

RESOLUÇÃO N.º 31/ 2025

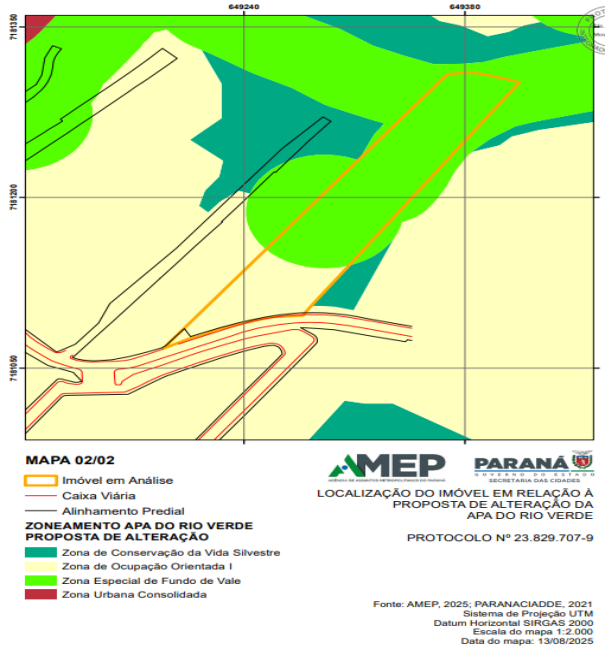
O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
- a solicitação, realizada pelo Município de Piraquara/PR, de aprovação das minutas de leis municipais de Revisão do Plano Diretor Municipal, que incidem sobre as Bacias dos Rios Iguaçu e Iraí, conforme protocolo 19.712.185-8.

RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação das minutas de leis municipais de Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Urbano e instrumentos urbanísticos complementares, referentes a Revisão do Plano Diretor Municipal de Piraquara/PR, com área urbana nas Bacias dos Rios Iguaçu e Iraí.
Curitiba, 01 de dezembro de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM - RMC.

RESOLUÇÃO N.º 32/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
-que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
-que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";
-a solicitação, realizada pelo Município de Campo Largo/PR, de recategorização de zoneamento ambiental localizado na Avenida Cristina, S/N, Jardim Florestal, 83601970, Campo Largo/PR (Coordenadas: - 25.479890656332092 -49.51558470726013/Matrícula: 45.782), número de matrícula nº 45.782, área total de 12.451,57m², atingido pela Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Verde, conforme protocolo 23.829.707-9;
-a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pelo Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT) na reunião 124ª realizada em 12/09/2025, a qual deu parecer favorável a recategorização do zoneamento, considerando a constatação do IAT e medida de compensação;
-a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde – APA do Rio Verde, instituído pelo Decreto Estadual 9.711/2025.

RESOLVE:
Manifestar-se favoravelmente à aprovação de recategorização de Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) para Zona de Ocupação Orientada I (ZOO I), com compensação de área de vegetação de 5.483,40m², sendo as áreas de Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV) e Reserva Legal averbadas em matrícula em até 180 dias após publicação da resolução, em imóvel localizado no Município de Campo Largo, na APA do Rio Verde, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.
Curitiba, 01 de dezembro de 2025.
GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM – RMC
ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO VERDE



RESOLUÇÃO N.º 33/ 2025

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, em reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2025, consoante o disposto no inciso IV do Art. 5º da Lei Estadual n.º 12.248, de 31 de julho de 1998, Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022, e considerando:
- que este Conselho faz parte do Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais da RMC, que tem, entre outros, o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;
- que uma das competências do Conselho Gestor dos Mananciais é coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previstos e necessários ao cumprimento dos objetivos da Lei Estadual n.º 12.248/98 e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;
- que conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n° 10.499, de 14 de março de 2022 no § 2º do Art. 23: "As alterações propostas deverão ter seu conteúdo validado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Instituto Água e Terra - IAT e Município, e aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sempre em consonância ao estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001";

- a solicitação, realizada pelo Município de Quatro Barras /PR, de permissão de atividade de serralheria na área de incidência de zoneamento ambiental localizado na Rua 25 de Janeiro, nº 898- Centro- Quatro Barras/PR, matrículas nº 02.024 e nº 02.025, atingido pela Zona de Parques (ZPAR), Zona Especial de Indústria e Serviços II (ZEIS II) e Zona de Urbanização Consolidada II (ZUC II), na área em questão, que incide sobre a APA do Rio Iraí, conforme protocolo 23.200.034-1;
- a deliberação e encaminhamento ao CGM/RMC, pela Câmara Técnica (CAT) do Iraí na 5ª reunião realizada em 11/08/2025, a qual deu parecer favorável ao pedido de permissão da atividade de serralheria;
- a necessidade de adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí – APA do Rio Iraí, instituído pelo Decreto Estadual 7854/2024.

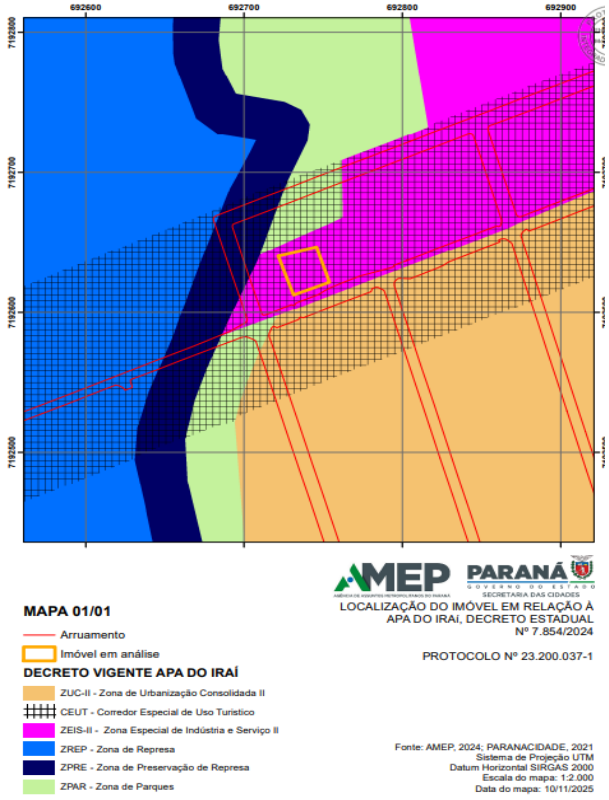
RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à aprovação Correção de Base, com a recategorização de Zona de Parques (ZPAR) para Zona Especial de Indústria e Serviço II (ZEIS II), em imóvel localizado no Município de Quatro Barras, na APA do Rio Iraí, conforme Decretos 2.200/2000 e 11.660/2014, sendo que a permissão da atividade de serralheria solicitada já foi deliberada favoravelmente pela CAT do Iraí, conforme mapa de delimitação de áreas para ajuste de zoneamento.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS
Presidente do CGM – RMC

ANEXO- PROPOSTA DE AJUSTE DE ZONEAMENTO- APA DO RIO IRAÍ



166368/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 275/2025-SETI, DE 1.º DE DEZEMBRO DE 2025

Designa substituto durante o afastamento do titular da Pasta.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor **Michel Jorge Samaha**, CPF n.º 616.XXX.XXX-04, Coordenador da Unidade Executiva do Fundo Paraná nesta Secretaria de Estado, para exercer, interinamente e sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, durante o período de 5 a 11 de janeiro de 2026, em razão do afastamento do titular da Pasta para fruição de férias.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1.º de dezembro de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

166522/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Aos 25 dias do mês de novembro do ano de 2025, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, de acordo com o que consta da Listagem de Eliminação de Documentos nº 1/2025, aprovada pela titular do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, por intermédio do Decreto Estadual nº 3.539, de 29 de novembro de 2019, e respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, 26 de setembro de 2025, procedeu à eliminação de 12,60 metros lineares (90 caixas) dos documentos relativos a Aviso, Circular, Informação, Memorando, Ofício, Clipping, Reclamação. Elogio, Sugestão, Protesto, Crítica, Reivindicação, Candidato a Cargo Público, Agenda, Protocolo, Recepção, Tramitação e expedição de documentos, do período de 1989 a 2021, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Local e data: Curitiba, 27 de novembro de 2025.

Gilcilei de Fátima Heimovski
Responsável designada para supervisionar e acompanhar a eliminação
(Assinatura eletrônica)

Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
(Assinatura eletrônica)

166761/2025

Diário OFICIAL Paraná

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 256/2025-SETI, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Atualiza a composição da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, CEA, e designa seus membros.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023, considerando o Decreto Estadual n.º 1.416, de 12 de setembro de 2007, e tendo em vista as indicações contidas nos protocolos 24.655.350-5, 24.655.029-8, 24.655.158-8, 24.655.208-8, 24.654.967-2, 24.654.888-9, 24.655.248-7, 24.655.092-1, 24.655.295-9, 24.654.784-0 e 25.023.637-9

RESOLVE:

Art. 1.º Atualizar a composição da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, CEA.

Art. 2.º Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão mencionada no artigo anterior:

I – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti:

a) Maria Aparecida Crissi Knuppel, CPF n.º 390.XXX.XXX-68, como presidente;

b) Mário Cândido Athayde Júnior, CPF n.º 535.XXX.XXX-49, como secretário executivo.

II – Conselho Estadual de Educação, CEE:

a) Aurélio Bona Júnior, CPF n.º 027.XXX.XXX-80, titular;

b) Fátima Aparecida da Cruz Padoan, CPF n.º 601.XXX.XXX-25, suplente.

III – Secretaria de Estado da Educação, SEED:

a) Marlon de Campos Mateus, CPF n.º 044.XXX.XXX-99, titular;

b) Eliana Provenci, CPF n.º 029.XXX.XXX-10, suplente.

IV – Universidade Estadual de Londrina, UEL:

a) Alexandre Urbano, CPF n.º 120.XXX.XXX-95, titular;

b) Maria Elisa Wotzasek Cestari, CPF n.º 826.XXX.XXX-30, suplente.

V – Universidade Estadual de Maringá, UEM:

a) Mariana Moran Baroso, CPF n.º 044.XXX.XXX-36, titular;

b) Paulo Cesar Ossani, CPF n.º 799.XXX.XXX-15, suplente.

VI – Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG:

a) Raquel Abdallah da Rocha Oliveira, CPF n.º 267.XXX.XXX-57, titular;

b) Josecler da Conceição Kapp Lepinski, CPF n.º 695.XXX.XXX-68, suplente.

VII – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste:

a) Elenita Conegero Pastor Manchope, CPF n.º 704.XXX.XXX-15, titular;

b) Tércio Vieira de Araujo, CPF n.º 019.XXX.XXX-27, suplente.

VIII – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro:

a) Ângelo André Marafon, CPF n.º 027.XXX.XXX-17, titular;

b) Carlos Eduardo Bittencourt Stange, CPF n.º 478.XXX.XXX-49, suplente.

IX – Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP:

a) Emilia de Paiva Porto, CPF n.º 008.XXX.XXX-05, titular;

b) Ana Paula Millet Evangelista dos Santos, CPF n.º 722.XXX.XXX-00, suplente.

X – Universidade Estadual do Paraná, Unespar:

a) Antonio Marcos Dorigão, CPF n.º 861.XXX.XXX-49, titular;

b) Antenógines Leonel Pedroso, CPF n.º 276.XXX.XXX-72, suplente.

XI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, Fafiman e Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV:

a) Antonio Carlos Xavier, CPF n.º 447.XXX.XXX-20, titular;

b) Lisandra Cristina Kaminski Moreno, CPF n.º 058.XXX.XXX-40, suplente.

XII - Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, CCT Paraná:

a) Sanimar Busse, CPF n.º 906.XXX.XXX-34, titular;

b) Everton Ricardi Lozano da Silva, CPF n.º 006.XXX.XXX-63, suplente.

Art. 3.º A coordenação dos trabalhos será realizada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti.

Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução n.º 155/2023-Seti, de 23 de agosto de 2023.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

166515/2025

UEL

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Art. 207 da Constituição Federal e Art. Nº 180 da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando o Art. 4º da Lei 9.663/91;

Considerando a sentença proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de Mandado de Segurança sob Nº 20.599-8, na qual restou reconhecida a autonomia da Universidade Estadual de Londrina;

Considerando a Resolução Nº 4.896/93, da Colenda Corte de Contas do Estado do Paraná;

Considerando o Art. 54, § 1º e incisos da Lei Federal Nº 9.394/96;

Considerando o contido no Art. 138, inciso III, § 6º da Lei Nº 6174/1970-Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná;

Considerando a Lei Estadual Nº 16372/2009;

Considerando o Decreto Estadual nº 9689/2018; **RESOLVE:**

I - Tornar público as portarias emitidas pela Universidade Estadual de Londrina, abaixo relacionados:

3302 - 26/11/2025 - ROSIENE TORRES - (HU) - RG 6XXX061X/PR Determinar que passe a responder pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, no período de 26/11/2025 a 11/01/2026. Estabelecer que a referida servidora acumule as funções do Cargo acima mencionado, com o Cargo de Diretor de Registro, Remuneração e Benefício da Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

3303 - 26/11/2025 - SUZANA MALI DE OLIVEIRA - (CCE) - RG 12XXX568X/PR - Determinar que passe a responder pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no período de 24/11/2025 a 27/11/2025. Estabelecer que a referida docente acumule o cargo acima mencionado com o Cargo de Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

3346 - 01/12/2025 - SUZANA MALI DE OLIVEIRA - (CCE) - RG 12XXX568X/PR - Determinar que passe a responder pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no período de 01/12/2025 a 03/12/2025. Estabelecer que a referida docente acumule o cargo acima mencionado com o Cargo de Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

3336 - 01/12/2025 - CLAUDIA CRISTINA BOSELLI - (CCA) - RG 6XXX598X/PR - Designar para o Cargo de Chefe da Divisão de Patologia Animal do Hospital Veterinário, atribuindo-lhe a Função Acadêmica FA-2, a partir de 19/11/2025. Estabelecer que a Função Acadêmica perdure enquanto a servidora estiver no exercício das funções estabelecidas acima.

3337 - 01/12/2025 - ALECIO MARTINS FONTES - (PROPLAN) - RG 003XXX418X/PR - Determinar que passe a responder pela Pró- Reitoria de Planejamento, no período de 07/01/2026 a 16/01/2026. Estabelecer que o referido docente acumule as funções acima mencionadas com o Cargo de Diretor de Diretor de Orçamento e Programação da Pró-Reitoria de Planejamento.

3338 - 01/12/2025 - ALEXANDRE URBANO - (CCE) - RG 7XXX370X/PR Determinar que passe a responder pela Pró-Reitoria de Planejamento, no período de 19/01/2026 a 30/01/2026. Estabelecer que o referido docente acumule as funções acima mencionadas com o Cargo de Diretor de Avaliação e Informação Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento.

3339 - 01/12/2025 - SERGIO HENRIQUE GERELUS - (CECA) - RG 7XXX591X/PR - Determinar que passe a responder pela Pró-Reitoria de Planejamento, no período de 02/02/2026 a 13/02/2026. Estabelecer que o referido docente acumule as funções acima mencionadas com o Cargo de Diretor de Planejamento e Integração Acadêmica da Pró-Reitoria de Planejamento.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

A Diretora de Registro, Remuneração e Benefício, no exercício do cargo de Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Art. Nº 207 da Constituição Federal e Art. Nº 180 da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando o Art. 4º da Lei 9.663/91;

Considerando a sentença proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de Mandado de Segurança sob Nº 20.599-8, na qual restou reconhecida a autonomia da Universidade Estadual de Londrina;

Considerando a Resolução Nº 4.896/93, da Colenda Corte de Contas do Estado do Paraná;

Considerando o Art. 54, § 1º e incisos da Lei Federal Nº 9.394/96;

Considerando o disposto na Lei Nº 17382/2012, Decreto Estadual Nº 9689/2018, Ato Executivo Nº 084/2022; **RESOLVE:**

I.Tornar público as portarias emitidas pela Universidade Estadual de Londrina, abaixo relacionados:

3294 - 26/11/2025 - JACINTA DE FATIMA DUARTE CRUZ - (CECA) - RG 4XXX129X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para todos os efeitos legais, conf. Art. 129 da Lei 6.174 de 16/11/1.970 (Pessoal Civil), no período de 01/04/1985 a 17/12/1988, 18/12/1988 a 25/07/2003 para fins de aposentadoria e disponibilidade.

3295 - 26/11/2025 - MARCIA TESHIMA - (CESA) - RG 000XXX938X/PR Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AD A para AD B.

3296 - 26/11/2025 - GILIARDI DALAZEN - (CCA) - RG 308XXX067X/RS Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente de AD A para AD B.

3297 - 26/11/2025 - SUZETE SILVA - (CCH) - RG 4XXX848X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AC B para AC C apartir de 07/12/2025.

3298 - 26/11/2025 - VANESSA TAVARES DE OLIVEIRA BARROS (CECA) - RG 6XXX879X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AC B para AC C a partir de 26/12/2025.

3299 - 26/11/2025 - JEFFERSON JANUARIO DOS SANTOS - (CCH) - RG 35XXX780X/SP - Promover, conforme o disposto no Artigo 12º, inciso II, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o seguinte docente de AD D para AC A.

3304 - 27/11/2025 - PAULO DE TARSO DE MELLO AYRES PUTINATTI (CCS) - RG 29XXX524X/SP - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente de AS A para AS B.

3305 - 27/11/2025 - CELSO LUIZ JUNIOR - (CECA) - RG 10XXX216X/PR Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º e, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente de AC B para AC C a partir de 15/12/2025.

3306 - 27/11/2025 - MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO - (CECA) - RG 8699XXX990X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º e, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AC A para AC B a partir de 18/12/2025.

3307 - 27/11/2025 - LUIZ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO - (CESA) - RG 20XXX619X/SP - Promover, conforme o disposto no Artigo 12º, inciso II, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o seguinte docente DE AD D para AC A.

3308 - 27/11/2025 - JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES - (CESA) - RG 003XXX441X/PR - Promover, conforme o disposto no Artigo 12º, inciso II, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o seguinte docente de AD D para AC A.

3309 - 27/11/2025 - MARIA MARTA DA SILVA MERCIAL - (SEBEC) - RG 8XXX179X/PR - Determinar que, em regime de 40 horas semanais, lotada na Divisão de Restaurante Universitário do Serviço de Bem Estar à Comunidade, passe a prestar serviços junto à Secretaria Administrativa do Hospital Veterinário, no período de 08/12/2025 a 07/12/2026, permanecendo inalteradas as demais condições.

3310 - 27/11/2025 - ANA CAROLINA MOREIRA SALATINI - (CCH) - RG 43XXX284X/SP - Rescindir, a pedido, o Contrato por Regime Especial, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2025, de 18/05/2005, como professor Colaborador/Adjunto, PD D1, em regime de trabalho de 20 horas semanais, lotada no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas do Centro de Letras e Ciências Humanas, a partir de 16/10/2025.

3311 - 27/11/2025 - BARBARA ANGELIO QUIRINO - (CCB) - RG 9XXX986X/PR - Rescindir, a pedido, o Contrato por Regime Especial, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2025, de 18/05/2005, como professor Colaborador/Adjunto, PD D1, em regime de trabalho de 20 horas semanais, lotada no Departamento de Biologia Animal e Vegetal do Centro de Ciências Biológicas, a partir de 31/10/2025.

3312 - 27/11/2025 - CAMILA ZOE CORREA - (CTU) - RG 10XXX135X/PR Rescindir, a pedido, o Contrato por Regime Especial, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2025, de 18/05/2005, como professor Colaborador/Adjunto, PD D1, em regime de trabalho de 20 horas semanais, lotada no Departamento de Construção Civil do Centro de Tecnologia e Urbanismo, a partir de 08/10/2025.

3313 - 27/11/2025 - GISLAINE SEMCOVICI NOZI - (CECA) - RG 8XXX538X/PR - Rescindir, a pedido, o Contrato por Regime Especial, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2025, de 18/05/2005, como professor Colaborador/Adjunto, PD D1, em regime de trabalho de 20 horas semanais, lotada no Departamento de Educação do Centro de Educação, Comunicação e Artes, a partir de 09/01/2026.

3314 - 27/11/2025 - DANIELE BORRASCA DE MORAES - (CTU) - RG 12XXX807X/PR - Registrar a vacância em 15/01/2026, do término do Contrato de Regime Especial relativo ao período de 15/01/2024 a 14/01/2026, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, de 18/05/2005, como Agente Universitário de Execução, na função de Técnico Administrativo, Classe E 01, em regime de trabalho de 40 horas semanais, lotada no Centro de Tecnologia e Urbanismo.

3315 - 27/11/2025 - GISIAN FERNANDES - (CCS) - RG 12XXX173X/PR Registrar a vacância em 15/01/2026, do término do Contrato de Regime Especial relativo ao período de 15/01/2024 a 14/01/2026, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, de 18/05/2005, como Agente Universitário de Execução, na função de Técnico Administrativo, Classe E 01, em regime de trabalho de 40 horas semanais, lotada no Centro de Ciências da Saúde.

3316 - 27/11/2025 - RAFAEL RODRIGUES DE MORAES - (PCU) - RG 6XXX064X/PR - Registrar a vacância em 01/02/2026, do término do Contrato de Regime Especial relativo ao período de 01/02/2024 a 31/01/2026, contratado nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, de 18/05/2005, como Agente Universitário Profissional, na função de Arquiteto, Classe P 01, em regime de trabalho de 40 horas semanais, lotado no Prefeitura do Campus Universitário.

3317 - 27/11/2025 - THIAGO GOMES SOUZA - (PROPLAN) - RG 20XXX211X/RJ - Registrar a vacância em 10/01/2026, do término do Contrato de Regime Especial relativo ao período de 10/01/2024 a 09/01/2026, contratado nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005, de 18/05/2005, como Agente Universitário Profissional, na função de Arquiteto, Classe P 01, em regime de trabalho de 40 horas semanais, lotado no Divisão de Arquitetura da Diretoria de Planejamento do Território e Edificações da Pró-Reitoria de Planejamento.

3318 - 27/11/2025 - ALINE CRISTINA VIEIRA WALGER - (CCS) - RG

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

10XXX163X/PR - Rescindir, a pedido, o Contrato por Regime Especial, contratada nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2025, de 18/05/2005, como professor Colaborador/Assistente, PS M1, em regime de trabalho de 20 horas semanais, lotada no Departamento de Clínica Médica do Centro de Ciências da Saúde, a partir de 13/01/2026.

3319 - 27/11/2025 - DAGOBERTO RIBEIRO DA SILVA - (HU) - RG 001XXX053X/PR - Declarar a contagem de tempo de contribuição para fins de aposentadoria reconhecido como período laborado em condições especiais, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos nº 0000474-92.2023.8.16.0179, que converte o período especial de 27/10/1994 a 28/10/2014 em tempo comum, aplicando-se o fator 1,4 para conversão, totalizando 8 anos 0 meses e 2 dias nos termos do Artigo 57 da Lei 8.213/1991.

3320 - 28/11/2025 - RAFAEL GUILLARDI ARMELIN - (CCB) - RG 43XXX241X/SP - Retificar a Portaria nº 3123 de 11/11/2025, para constar que sua lotação é Departamento de Psicologia Social e Institucional do Centro de Ciências Biológicas.

3324 - 01/12/2025 - FLAVIO LUIS FREIRE RODRIGUES - (CCH) - RG 6XXX413X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente de AC B para AC C.

3325 - 01/12/2025 - BEATRIZ CARMO LIMA DE AGUIAR - (CECA) - RG 5XXX203X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º e, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial da seguinte docente de AC A para AC B a partir de 12/12/2025.

3326 - 01/12/2025 - ANDREIA BENDINE GASTALDI - (CCS) - RG 15XXX078X/SP - Promover, conforme o disposto no Artigo 12º, inciso II, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, a seguinte docente de AD D para AC A.

3327 - 01/12/2025 - ROSANE DE CARVALHO SILVA - (CECA) - RG 8XXX988X/PR - Determinar que, em regime de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Administrativa do Centro de Educação, Comunicação e Artes, continue a prestar serviços junto à Divisão de Livraria da Editora da Universidade Estadual de Londrina, no período de 21/11/2025 a 30/06/2026, permanecendo inalteradas as demais condições.

3328 - 01/12/2025 - SILVIA APARECIDA FORNAZARI DA SILVA - (CCB) RG 16XXX108X/PR - Conceder licença sabática nos termos do artigo 158 do RGU, para realizar produção intelectual de caráter relevante, durante o período de 31/01/2026 a 30/07/2026.

3329 - 01/12/2025 - ALVARO BARRETO ALVES NETO - (SAUEL) - RG 4XXX752X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 14 para a Classe 15, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3330 - 01/12/2025 - CRISTINA DUARTE RUIZ - (PROPLAN) - RG 3XXX077X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 17 para a Classe 18, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3331 - 01/12/2025 - PATRICIA BASSO SQUARÇA MENDES - (HU) - RG 8XXX588X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 07 para a Classe 08, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3332 - 01/12/2025 - FABIANO GUSTAVO HERRERO DE AZEVEDO - (HU) RG 6XXX807X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 13 para a Classe 14, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3333 - 01/12/2025 - MARIA ELIANE LONGHI BARROSO - (CCB) - RG 004XXX759X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 16 para a Classe 17, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3334 - 01/12/2025 - OBEDES DE OLIVEIRA - (HU) - RG 3XXX104X/PR Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 12 para a Classe 13, em virtude da conclusão de 120 (cento e vinte) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3335 - 01/12/2025 - ELISANGELA FLAUZINO ZAMPAR - (HU) - RG 8XXX977X/PR - Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 15 para a Classe 16, em virtude da conclusão de 200 (duzentas) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3340 - 01/12/2025 - JENNEFER REIKO HARA NAKAMURA - (CTU) - RG 141XXX27-X/PR - Prorrogar o Contrato de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005 de 18/05/2005, aprovada no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital PRORH Nº 102/2023 de 02/08/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 04/08/2023, no Cargo de Agente Universitário de Execução, na Função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, E 01, em regime de 40 horas semanais, lotada no Centro de Tecnologia e Urbanismo, a partir de 08/01/2026 até 07/01/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

3341 - 01/12/2025 - EDUARDO ARTONI MARTINS - (PROAF) - RG 13XXX652X/PR - Prorrogar o Contrato de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005 de 18/05/2005, aprovado no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital PRORH Nº 102/2023 de 02/08/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 04/08/2023, no Cargo de Agente Universitário de Execução, na Função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, E 01, em regime de 40 horas semanais, lotado na Divisão de Fiscalização de Patrimônio da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, a partir de 08/01/2026 até 07/01/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

3342 - 01/12/2025 - JOSE DE JESUS BRAGA MARTEL JUNIOR (PROPLAN) - RG 16XXX100X/PR - Prorrogar o Contrato de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005 de 18/05/2005, aprovado no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital PRORH Nº 178/2024 de 09/10/2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 10/10/2024, no Cargo de Agente Universitário Profissional, na Função de ENGENHEIRO ELETRICISTA, P 01, em regime de 40 horas semanais, lotado na Divisão de Engenharia da Diretoria de Planejamento do Território e Edificações da Pró-Reitoria de Planejamento, a partir de 08/01/2026 até 07/01/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

3343 - 01/12/2025 - LETICIA ARRIAS DOS SANTOS - (CESA) - RG 9XXX078X/PR - Prorrogar o Contrato de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005 de 18/05/2005, aprovada no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital PRORH Nº 102/2023 de 02/08/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 04/08/2023, no Cargo de Agente Universitário de Execução, na Função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, E 01, em regime de 40 horas semanais, lotada no Centro de Estudos Sociais Aplicados, a partir de 10/02/2026 até 09/02/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

3344 - 01/12/2025 - MARIA DE ALMEIDA SILVA - (CCE) - RG 10XXX781X/PR - Prorrogar o Contrato de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 108/2005 de 18/05/2005, aprovada no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital PRORH Nº 035/2022 de 11/04/2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 12/04/2022, no Cargo de Agente Universitário de Execução, na Função de TÉCNICO EM LABORATÓRIO/QUÍMICA, E 01, em regime de 40 horas semanais, lotada no Centro de Ciências Exatas, a partir de 06/02/2026 até 05/02/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Contrato por Prazo Determinado em Regime Especial.

3345 - 01/12/2025 - ALAOR JOSÉ DE BARROS - (HU) - RG 3XXX527X/PR Conceder licença especial, conf. Art. 247 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1.970, no período de 24/11/2025 a 23/12/2025.

3347 - 01/12/2025 - JOAO BOLFE LOPES - (RADE) - RG 7XXX868X/PR Determinar a promoção por capacitação, nos termos do Artigo 18 da Lei Estadual No. 21.583/2023, passando da Classe 17 para a Classe 18, em virtude da conclusão de 120 (cento e vinte) horas de cursos de atualização e conceito satisfatório na avaliação de desempenho.

3348 - 01/12/2025 - FABIO LOPES - (CCE) - RG 4XXX863X/PR - Determinar o término da dedicação de 08 (oito) horas mensais, de seu regime de trabalho junto ao Hospital Universitário, conforme portarias 7111/2016 e 4429/2018, a partir de 01/12/2025.

3431 - 02/12/2025 - ADEVAL LINO FERREIRA - (CCE) - RG 8XXX351X/PR - Alterar, conforme o disposto nos Artigos 9º,10º e 13º, da Lei Estadual nº. 11.713 de 07/05/97, o nível salarial do seguinte docente, de AD B para AD C.

Rosiene Torres
Pró-Reitora de Recursos Humanos em exercício

166919/2025

Diário OFICIAL Paraná

UEM

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das contratações em Regime Especial para funções técnico-universitárias, referentes ao mês de novembro de 2025.

Nome	RG	Contrato	Função	Remuneração	Vigência contrato	
Cleia Torino de Souza	69957994/PR	442/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	05/11/2025	04/05/2026
Daniel Francisco Silva	105032765/PR	456/2025	Técnico Administrativo	4231.60	14/11/2025	13/05/2026
Eduardo Ferraz Kotsifas	134556374/PR	433/2025	Advogado	7616.88	03/11/2025	02/05/2026
Eduardo Tagami	61142614/PR	458/2025	Técnico Administrativo	4231.60	25/11/2025	30/06/2026
Eloisa Pedroni Pimentel	106875839/PR	444/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	07/11/2025	06/05/2026
Gustavo Carraro Ninno	10034139940/PR	432/2025	Técnico Administrativo	4231.60	03/11/2025	02/05/2026
Jenifer Samira Lopes	126453884/PR	445/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	07/11/2025	06/05/2026
João Carlos de Souza	94333466/PR	451/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	07/11/2025	06/05/2026
João Pedro Gomes Santana	141305948/PR	435/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	05/11/2025	04/05/2026
Luiz Henrique Toffanetto e Marques	55747261/PR	450/2025	Analista de Informática	7616.88	10/11/2025	09/05/2026
Murilo Dias Curioni	130127878/PR	443/2025	Técnico Administrativo	4231.60	11/11/2025	10/05/2026
Paulo Vinicius Trevisan	104385842/PR	449/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	07/11/2025	06/05/2026
Rafael Adrian Faustino	96470991/PR	431/2025	Técnico Administrativo	4231.60	03/11/2025	30/06/2026
Rodrigo Medeiros	456322012/SP	439/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	05/11/2025	04/05/2026
Rosineia dos Santos Aragao Sanches	58657298/PR	438/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	05/11/2025	04/05/2026
Roze Lorraine Saldanha	59839829/PR	426/2025	Bioquímico	8588.33	04/11/2025	03/05/2026
Talita Aparecida dos Santos Warken	90586416/PR	437/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	05/11/2025	04/05/2026
Tania Novaes de Oliveira	69682774/PR	436/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	04/11/2025	03/05/2026
Vanessa Daniella Prado dos Santos Salvato	10959284907/PR	448/2025	Tradutor-Intérprete de LIBRAS	7616.88	07/11/2025	06/05/2026
Walison Bravo Santos	110186738/PR	430/2025	Técnico Administrativo	4231.60	03/11/2025	02/05/2026

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das Admissões para funções técnico-universitárias, referentes ao mês de novembro de 2025.

Nome	R.G.	Decreto	Função	Remuneração	Posse	Exercício
Vanessa de Souza Pianovski	125140521/PR	11.302	Bibliotecário	7616.88	19/11/2025	19/11/2025
Jamilson Gomes Moreira Junior	9641392948/PR	11.137	Técnico Administrativo	4231.60	24/10/2025	10/11/2025

(1) Salário da função + Gratificação de Atividade de Saúde. Lei 21.586/2023 2021 e Decreto 3808/2023 – HUM;
(2) Salário da função + Gratificação de Atividade de Saúde nos termos da Lei 21.586/2023 – Demais Unidades;
(3) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial nos termos da Lei 21.586/2023 e Decreto 3808/2023;
(4) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial + Gratificação de Atividade de Saúde. Lei 21.586/2023 e Decreto 3808/2023 – HUM;
(5) Salário da função + Gratificação de Segurança Patrimonial + Gratificação de Atividade de Saúde nos termos da Lei 21.586/2023 – Demais Unidades;

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das contratações em Regime Especial para docentes, referentes ao mês de novembro de 2025.

Nome	RG	Contrato	Classe	RT	Salário base	Inc. Tit. R$	Vigência contrato	
Ana Claudia Mendes de Seixas	203522175/SP	454/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	17/11/2025	18/07/2026
Carolina Coelho de Magalhães Grossi	16004311/MG	446/2025	Assistente A-Msc-CRES	40	4148.65	2489.19	11/11/2025	18/07/2026
Fernanda Assunção Valim	93901711/PR	457/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	17/11/2025	18/07/2026
Gilberto Junior Rodrigues	84090158/PR	455/2025	Assistente A-Msc-CRES	40	4148.65	2489.19	13/11/2025	18/07/2026
Isabella Tamine Parra Miranda	40384758/PR	441/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	07/11/2025	18/07/2026
Jéssica Caroline Zanette Barbieri	99061375/PR	453/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	17/11/2025	18/07/2026
Laís Pacifico Martineli	90962094/PR	419/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/11/2025	18/07/2026
Rodrigo Pinto de Andrade	88963474/PR	429/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/11/2025	18/07/2026
Shandy Alexandra Morassi Francisco	3005957942/SP	434/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/11/2025	18/07/2026
Silvana Rodrigues Malheiro Huss	84599069/PR	428/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/11/2025	18/07/2026
Suely da Silva Carreira	31764432/PR	447/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	07/11/2025	18/07/2026
Vinicius Moura de Oliveira	105527110/PR	440/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	11/11/2025	18/07/2026
William Robson Cazavechia	75271220/PR	427/2025	Adjunto A-Doc-CRES	40	5213.30	5473.97	04/11/2025	18/07/2026

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 967/2022-GRE de 11/10/2022, torna público os extratos das Admissões para docentes, referentes ao mês de novembro de 2025.

Nome	RG	Decreto	Classe	RT	Salário base	Inc. Tit. R$	Posse	Exercício
André Sampaio Ferreira	392064/AP	11.303	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	06/11/2025	06/11/2025
Antonio Gabriel Santana Martins	5084955714/RS	11.305	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	19/11/2025	19/11/2025
Fernanda Amorim Accorsi	87023907/PR	10.305	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	14/11/2025	14/11/2025
Francielle Renata Danielli Martins Marques	90107909/PR	11.260	Adjunto	40	5213.30	5473.97	10/10/2025	10/11/2025
Jose Henrique Casemiro	81327149/PR	11.440	Assistente	24	2489.19	1493.50	03/11/2025	03/11/2025
Marcela Navarro Pianucci	430984728/SP	11.440	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	04/11/2025	04/11/2025
Marcelo Zolin Lorenzoni	102252845/PR	11.440	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	19/11/2025	19/11/2025
Mayara Mari Murata	89744156/PR	11.440	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	27/11/2025	27/11/2025
Murilo Henrique Campana Bento	128001689/PR	11.440	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	28/11/2025	28/11/2025
Renan Vidal Viesser	89770157/PR	11.440	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	28/11/2025	28/11/2025
Robert Filipe dos Passos	2100748611/RS	10.305	Adjunto	TIDE	8080.62	8484.65	05/11/2025	05/11/2025
Weber Alexandre Sobreira Moraes	50128792/PR	11.440	Assistente	24	2489.19	1493.50	03/11/2025	03/11/2025

166435/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UENP

Edital nº 028/2025 – UENP/*Campus* Luiz Meneghel

PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA BOLSA DO RECÉM-FORMADO DE NÍVEL SUPERIOR, COM FORMAÇÃO EM FISIOTERAPIA OU EDUCAÇÃO FÍSICA A Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* Luiz Meneghel, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e da Coordenação Geral do Projeto de Extensão PROGRAMA PERMANENTE: NÚCLEO DE EQUOTERAPIA – UENP/CLM FASE 3, considerando os Editais nº 01/2025 e 05/2025 UENP/*Campus* Luiz Meneghel e o eProtocolo nº 25.034.677-8 tornam pública a: 1. Prorrogação da vigência da bolsa para PROFISSIONAL RECÉM-FORMADO DE NÍVEL SUPERIOR, com formação em Fisioterapia, atribuída ao bolsista Eduardo Fernando Koga Algoso, por mais 12 meses, com vigência de 06/02/2026 a 05/02/2027. Bandeirantes-PR, 27 de novembro de 2025. Prof. Dr. Ricardo Castanho Moreira – Diretor do CLM/UENP e Profa. Dra. Thais Helena C. Patelli – Coordenadora do Projeto

166543/2025

UEPG

Portaria R. - Nº 2025.856

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando*

o artigo 279, III, IV, V, VI, VII e XIV, o artigo 285, IV, XIV e o artigo 293, V, alíneas 'c' e 'e' da Lei no 6.174, de 20 de novembro de 1970 – Estatuto do Servidor Público do Paraná;

o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, instaurada pela Portaria R. n°2024.402, 26 de junho de 2024, alterada pela Portaria R. no 2024.665; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo n°24.000016557-5,*

R E S O L V E:

Art. 1° Acatar a conclusão da Comissão de Processo Administrativo, instaurada pela Portaria R. no 2024.402 e alteração, na conformidade do Relatório Final emitido pela referida Comissão, sugerindo a aplicação da Pena Disciplinar de Demissão ao servidor CRES William da Silva Pereira, lotado no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, pelo descumprimento dos deveres previstos no Estatuto do Servidor Público do Paraná.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 28 de novembro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

166546/2025

Portaria R. - Nº 2025.853

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando*

a conclusão da Comissão de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria R. n° 2024.494, de 07 de agosto de 2024; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo n° 24.000035687-7,*

R E S O L V E:

Art. 1° Acatar a conclusão do Relatório Final emitido pela Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria R. n° 2024.494, que decidiu pelo arquivamento do Processo n° 24.000035687-7.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 28 de novembro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

166729/2025

Portaria R. - Nº 2025.862

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando* os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo n° 25.000082657-9 e apensos,*

R E S O L V E:

Art. 1° Instaurar *Sindicância Administrativa* a fim de apurar as circunstâncias, autoria e materialidade dos fatos relativos à inscrição do ENADE 2025, conforme peças integrantes do Processo n°25.000082657-9.

Art. 2° Compor *Comissão de Sindicância Administrativa* incumbida dos trabalhos decorrentes do disposto no Art. 1o desta Portaria, integrada pelos seguintes servidores:

I – *Fátima Aparecida Queiroz Dionizio,* RG no 12.XXX.291-X, Professora lotada no Departamento de Pedagogia - Presidente;

II – *Éder Carlos Ferreira de Souza,* RG no 6.XXX.082-X, Professor lotado no Departamento de Química - Secretário;

III – *Joana D'Arc Martins Pupo,* RG no 4.XXX.633-X, Professora lotada no Departamento de Estudos da Linguagem.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 1° de dezembro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

166749/2025

Portaria R. - Nº 2025.861

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando* os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo n° 25.000090425-1 e apensos,*

R E S O L V E:

Art. 1° Instaurar *Sindicância Administrativa* a fim de apurar as circunstâncias, autoria e materialidade dos fatos relativos as inscrições do ENADE 2025, conforme peças integrantes do Processo n° 25.000090425-1.

Art. 2° Compor *Comissão de Sindicância Administrativa* incumbida dos trabalhos decorrentes do disposto no Art. 1o desta Portaria, integrada pelos seguintes servidores:

I – *Fátima Aparecida Queiroz Dionizio,* RG n°12.XXX.291-X, Professora lotada no Departamento de Pedagogia - Presidente;

II – *Éder Carlos Ferreira de Souza,* RG n° 6.XXX.082-X, Professor lotado no Departamento de Química - Secretário;

III – *Joana D'Arc Martins Pupo,* RG n° 4.XXX.633-X, Professora lotada no Departamento de Estudos da Linguagem.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 1° de dezembro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

166760/2025

UNESPAR

RESOLUÇÃO Nº 270/2025 – CAD/UNESPAR

Aprova a remoção do docente Nilson César Bertóli para a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III, do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a Resolução 093/2025 - SETI, que regulamenta o processo de remoção de Professores de Ensino Superior e Agentes Universitários entre as Instituições componentes do Sistema de Ensino Superior do Paraná;

considerando o Parecer nº 067/2025 - Progesp;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 24.608.746-6;

considerando a deliberação contida na Ata da 24ª Sessão (21ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 03 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a remoção do docente Nilson César Bertóli, código de vaga DOC 7158. 7.1.40.1.0, para a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Paranavaí, em 03 de dezembro de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino

Reitora da Unespar

RESOLUÇÃO Nº 271/2025 – CAD/UNESPAR

Aprova a remoção agente universitária de nível profissional Scheyla Joanne Horst para a Universidade do Centro-Oeste.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III, do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a Resolução 093/2025 - SETI, que regulamenta o processo de remoção de Professores de Ensino Superior e Agentes Universitários entre as Instituições componentes do Sistema de Ensino Superior do Paraná;
considerando o Parecer nº 066/2025 - Progesp;
considerando a solicitação autuada no protocolado nº 24.684.763-0;
considerando a deliberação contida na Ata da 24ª Sessão (21ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 03 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a remoção a remoção agente universitária de nível profissional Scheyla Joanne Horst, código de vaga AUS.01126.7.1.40.0.0, para a Universidade do Centro-Oeste.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Paranavaí, em 03 de dezembro de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

166903/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de dezembro de 2025:

583-PROGESP, de 4-12-2025: Concede promoção de classe e adicional de titulação, de 105% sobre o vencimento ao docente Marcos Aurélio Larson, RG nº 5.XXX.224-X, para a classe de Professor Adjunto, nível A, concedida por conclusão do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Comunitário, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

166902/2025

UNIOESTE

PORTARIA Nº 4953/2025-GRE, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.
O Reitor, em Exercício, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,
considerando a Decisão judicial proferida nos Autos de Ação Penal nº 0019128-82.2024.8.16.0021;
considerando o Processo n° 25.080.750-3, de 01 de dezembro de 2025,
DETERMINA:
Art. 1º Em atendimento a Decisão judicial proferida nos Autos de Ação Penal nº 0019128-82.2024.8.16.0021:
A suspensão do Exercício da Função Pública do Servidor N.J.C., RG nº 4.XXX.039-X, junto ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP/UNIOESTE, a contar de 01/12/2025;
A revogação da assinatura digital e bloqueio do login de N.J.C nos sistemas do hospital;
A proibição de acesso ou frequência ao HUOP.
Art. 2º Esta Portaria gera efeito a contar de 01 de dezembro de 2025.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
GILMAR RIBEIRO DE MELLO
REITOR EM EXERCÍCIO

166463/2025

PORTARIA Nº 4956/2025-GRE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.
Designar o Servidor RODRIGO ALLAN BARCELLA, RG nº 12.XXX.130-X, para o cargo em comissão de Diretor Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, simbologia DA-1, no período de 25 de novembro a 07 de dezembro de 2025, em substituição ao titular.
PORTARIA Nº 4957/2025-GRE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.
Designar o Servidor RODRIGO ALLAN BARCELLA, RG nº 12.XXX.130-X, Diretor Geral, em exercício, do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como Ordenador de Despesas do HUOP, no período de 25 de novembro a 07 de dezembro de 2025, em substituição ao titular.
PORTARIA Nº 4958/2025-GRE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.
Conceder progressão de nível ao Professor CARLOS ESTEVÃO LAGUSTERA, RG nº 8.XXX.789-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto – nível C para nível D, por avaliação de desempenho.

166806/2025

EXTRATO 029/2025 – UNIOESTE
DIRETORIA DE CONVÊNIOS
Natureza: Acordo de Cooperação 0133/2025 **Partes:** UNIOESTE x ITAIPU x PARQUETEC **Objeto: E**stabelecer a cooperação entre os participes visando o apoio ao Centro de Engenharia e Ciências Exatas do Campus de Foz do Iguaçu da UNIOESTE, especialmente nos cursos de Engenharia Mecânica, Ciência da Computação, Engenharia Elétrica e Matemática, bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa, técnico-científico e de recursos humanos no campo do Centro de Engenharia e Ciências Exatas. **Data da assinatura: 25/11/2025 Data de Vigência:** 25/11/2030

Natureza: TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 019/2025 **Partes:** UNIOESTE x ZAAM **Objeto:** Estabelecer condições de cooperação entre os PARTÍCIPES para o desenvolvimento do projeto intitulado "Adjuvante a base de óleo vegetal", doravante denominado PROJETO. O óleo será provindo de prensa extrusora, a partir da produção de torta de soja. **Data da assinatura:** 01/12/2025 **Data de Vigência:** Terá vigência a partir da data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao período de agosto de 2022 a agosto de 2024, para fins de convalidação das atividades já executadas no âmbito do projeto descrito no Plano de Trabalho.

166510/2025

Secretaria da Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SEEC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
RESULTADO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PROTOCOLO: 22.981.128-2

Despacho Secretária:

1. Acolho o relatório final como razões de decidir, concluindo pela RESPONSABILIDADE, conforme os fatos narrados no protocolo n. 22.981.128-2**,** com a confirmação de autoria e materialidade, com aplicação da penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA elencada no inciso I do artigo 291 da Lei 6174/1970, bem como a possível celebração de TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC conforme prevê o artigo 4º do Decreto 10615/2025, com a restituição dos valores, num total de R$ 2.720,36 (dois mil setecentos e vinte reais e trinta e seis centavos) acrescidos de possíveis atualizações monetárias.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

166361/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ - SEEC

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2025

A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, órgão da Administração Direta do Governo do Estado do Paraná, através da Comissão de Audiência Pública, nomeada por meio da Resolução 102/2025 com fundamento no Art. 21 da Lei Federal N.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e no Art. 51 do Decreto Estadual N.º 10.086/2022, submete à Audiência Pública o processo de implantação do Museu Internacional de Arte (MIA).

Objeto da Audiência Pública: Discussão e coleta de manifestações e subsídios para o aperfeiçoamento dos documentos de planejamento e licitação (Estudo Técnico Preliminar, Estudos Preliminares do Anteprojeto e Orçamento Estimado) relativos à futura contratação, em regime de Contratação Integrada, que envolverá a elaboração dos projetos e a execução da obra do Museu Internacional de Arte (MIA) em Foz do Iguaçu, conforme detalhado no ETP - protocolo nº 24.885.640-8

Local: A Audiência Pública será realizada de forma híbrida. Presencial, à Rua Padre Montoya, nº 490, 2º andar, sala 14, bairro Centro, Foz do Iguaçu, Paraná, CEP: 85.851-080 e virtual, no link: https://www.cultura.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas-Centre-Pompidou-Parana

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Data e horário: A sessão terá início no dia 16 de dezembro de 2025, às 13h30 do horário de Brasília, com transmissão ao vivo pelo Youtube.

Participação dos Interessados e Procedimentos: Poderão participar da Audiência Pública qualquer cidadão, prestador de serviço, entidade de classe, autoridade interessada no tema, órgão de controle, instituição ou demais interessados devidamente cadastrados para participação virtual ou presencial, sem distinção de qualquer natureza, desde que observadas as regras de boa educação, urbanidade e as disposições deste Edital e de seu Regulamento. O interessado poderá participar de três (3) formas: i) **Como expositor:** Participante que fará manifestação oral no ambiente presencial. É obrigatória a prévia inscrição mediante preenchimento de formulário específico, no qual deverá ser previamente registrado o teor de sua manifestação, no período 08h30min do dia 03/12/2025 até as 17h30min de 15/12/2025, disponível no site da tabela. ii) **Como ouvinte com manifestação por escrito:** Participante que fará manifestação por escrito, no ambiente virtual ou presencial. É obrigatória a prévia inscrição mediante preenchimento de formulário, no qual deverá ser previamente registrado o teor de sua manifestação, no período 08h30min do dia 03/12/2025 até as 14h30min de 16/12/2025, disponível no site da tabela. iii) **Como ouvinte sem pergunta (virtual):** Participante que acompanhará o evento em ambiente virtual, poderá realizar a inscrição prévia mediante preenchimento de formulário caso o participante deseje registrar presença. iv) **Como ouvinte sem pergunta (presencial):** O participante que acompanhar o evento presencialmente deverá preencher ficha específica no dia, a qual servirá como lista de presença para controle da Administração.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

166504/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL Nº 640/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.353.169-5

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 673/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 57) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 58-60), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Santo Antonio da Platina – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166302/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 641/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.592.312-2

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 669/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 21) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 22-24), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Cambé – unidade 2 – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166303/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 642/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.351.829-0

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 640/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 82) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 83-85), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Mamborê – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166304/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 643/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.348.992-3

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 600/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 51) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 52-54), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Candói – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166306/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 644/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.353.792-8

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz

Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 641/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 56) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 57-59), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Goioerê – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166307/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 645/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.333.538-1

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 642/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 51) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 52-54), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São Pedro do Ivaí – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166308/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 646/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.340.747-1

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 682/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 53) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 54-56), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São Pedro do Paraná – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166310/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 647/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.592.857-4

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 845/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 20) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 21-23), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Foz do Iguaçu -unidade 1 – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
A SEDEF/NFS

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166312/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 648/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.354.263-8

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 589/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 45) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 46-48), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São Jerônimo da Serra – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166313/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 649/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.352.848-1

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 831/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 47) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 48-50), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São João do Triunfo – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS

Curitiba, 2 de dezembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166314/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 650/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 22.354.818-0

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 645/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 47) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 48-50), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Porto Vitoria – Segunda parcela.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166315/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 658/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.848.496-9

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 190/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 697/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 15), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 16), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Ubiratã.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166324/2025

RESOLUÇÃO Nº 717/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Ubiratã**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166327/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 639/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.466.049-5.

I. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação e **AUTORIZO**, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e no art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base n solicitação da Chefia do Gabinete (Mov. 05), no Documento de Formalização de Demanda da área técnica (Mov. 29), na pesquisa de preço (mov. 80-84) e no mapa de vantajosidade (Mov. 85), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (Mov. 88-89), bem como na Informação Técnica nº 689/2025 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (Mov. 106), **a contratação da empresa REGINAUREA BEZERRA DA SILVA CALIXTO, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.013.395/0001-37,** tendo por objeto a aquisição de 1 (uma) impressora em *Braille***,** e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 23-23), **a realização da despesa no valor total de R$ 48.950,00 (quarenta e oito mil e novecentos e cinquenta reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
III. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166284/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 655/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.839.523-0.

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 124/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 648/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 20), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 22), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Ampére.
I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166299/2025

RESOLUÇÃO Nº 715/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Santa Isabel do Ivaí**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166277/2025

RESOLUÇÃO Nº 733/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Maiara de Almeida Abreu, RG nº **.813.478-*, para responder pelo cargo de Diretora Geral, em substituição a Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli, por motivo de fruição de férias no período de 03.12.2025 a 07.12.2025.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166434/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 656/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.848.040-8

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 184/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 653/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 15), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 16), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Santa Isabel do Ivaí.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166300/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 657/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.848.250-8

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 188/2025 (Mov. 22) e no Despacho nº 687/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 24), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 25), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São Tomé.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166309/2025

RESOLUÇÃO Nº 713/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Guapirama**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166265/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 659/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.845.276-5

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 183/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 694/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Matinhos.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166318/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 372/2025

Protocolo nº**25.010.157-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CENTRO DE SECAGEM SEGURA DA UNIDADE II DO HONPAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2098 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166252/2025

RESOLUÇÃO Nº 714/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Ampére**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166275/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 373/2025

Protocolo nº **24.897.666-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO DA APAE-SJP", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 75 aprovadas pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166256/2025

RESOLUÇÃO Nº 716/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **São Tomé**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166278/2025

RESOLUÇÃO Nº 718/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Matinhos**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166281/2025

Diário OFICIAL Paraná

RESOLUÇÃO nº 730/2025 - SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **Vanderley Novaski Barbosa,** inscrita no CPF/MF sob nº ***.631.769- **, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina,** inscrita no CNPJ Nº 3.024.375/0001-80 destinado à execução do projeto aprovado "Melhorias da Estrutura da Entidade para a Garantia do Pleno Atendimento às Crianças e Adolescentes", no valor de **R$ 246.406,00 (duzentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e seis reais**), com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166247/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 651/2025 - SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.951.537-0

I. **AUTORIZO,** com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 070/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 868/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 32) e Informação Técnica nº 340/2025 - DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 34), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 14-17), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Fernandes Pinheiro.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166568/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 663/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.839.665-2

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 149/2025 (Mov. 16) e no Despacho nº 710/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 19), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 20), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Arapongas.

Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166664/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 664/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.848.147-1

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 169/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 710/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São José da Boa Vista.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166666/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 665/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.839.565-6

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 145/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 690/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Anahy.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166667/2025

RESOLUÇÃO Nº 722/2025 – SEDEf

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Arapongas**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166650/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 666/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 25.021.286-0

AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 070/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 779/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16) e Informação Técnica nº 320/2025 - DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 23), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 19-22), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Pinhão.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166632/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 667/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.840.204-0

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 139/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 689/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 17), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 18), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Céu Azul.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
A SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166670/2025

RESOLUÇÃO Nº 723/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **São José da Boa Vista**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166652/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO SECRETARIAL nº 670/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.840.329-2

AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 146/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 824/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 23), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 24), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Chopinzinho.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166672/2025

RESOLUÇÃO Nº 724/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Anahy**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166654/2025

RESOLUÇÃO Nº 725/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Céu Azul**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166656/2025

RESOLUÇÃO Nº 726/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Chopinzinho**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166659/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 653/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.592.900-7

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 862/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 28) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 29-31), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Foz do Iguaçu – unidade 3 – Segunda parcela.
I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;
II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166587/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 660/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.839.708-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 170/2025 (Mov. 18) e no Despacho nº 712/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 21), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 22), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Assis Chateaubriand.
I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166582/2025

RESOLUÇÃO Nº 719/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Assis Chateaubriand**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166571/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 661/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.847.699-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 163/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 723/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Quatiguá.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166584/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 662/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.847.699-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 143/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 700/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Marialva.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166555/2025

RESOLUÇÃO Nº 720/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Quatiguá**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166578/2025

RESOLUÇÃO Nº 721/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Marialva**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166580/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 662/2025 – SEDEF – RETIFICADO

Referente ao protocolado nº 24.845.179-3

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 143/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 700/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Marialva.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166914/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 678/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.844.735-4

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 216/2025 (Mov. 26) e no Despacho nº 803/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 25), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 27), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Londrina unidade 02.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166938/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 727/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Londrina**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166892/2025

RESOLUÇÃO Nº 728/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Londrina**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166904/2025

RESOLUÇÃO Nº 729/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Iguaraçu**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166907/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 679/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.841.448-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 213/2025 (Mov. 20) e no Despacho nº 804/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 19), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 21), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Iguaraçu.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166945/2025

RESOLUÇÃO Nº 737/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Clevelândia**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166961/2025

RESOLUÇÃO Nº 738/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Joaquim Távora**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166962/2025

RESOLUÇÃO Nº 739/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Francisco Beltrão**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166965/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 668/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.840.375-6

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 140/2025 (Mov. 16) e no Despacho nº 711/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 23), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 24), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Clevelândia**.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

167000/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 674/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.967.551-2

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 214/2025 (Mov. 23) e no Despacho nº 804/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 22), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 24), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Londrina unidade 01.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166923/2025

RESOLUÇÃO Nº 741/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Jesuítas**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166985/2025

RESOLUÇÃO Nº 742/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Tijucas do Sul**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166991/2025

RESOLUÇÃO Nº 740/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Capanema**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166978/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 700/2025 – SEDEF

Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização dos contratos do Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 021/2023 e reconduzido pelo Decreto nº 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

Considerando a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública, especialmente no que se refere à gestão e fiscalização contratual;

Considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que regulamenta a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual no âmbito da Administração Pública estadual;

Considerando a Lei Estadual n° 22.160 de 30 de outubro de 2024, que institui o Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas;

Considerando o Edital de Credenciamento nº 002/2025 e o Termo de Referência nº 001/2025, que disciplinam as condições técnicas e operacionais para o credenciamento e a execução dos serviços de acolhimento institucional;

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos de fiscalização técnica e administrativa dos contratos firmados com as instituições credenciadas;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a padronização dos procedimentos de fiscalização técnica e administrativa a serem adotados pelos fiscais e gestores de contratos vinculados ao Edital de Credenciamento nº 002/2025, no âmbito do Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas, conforme previsto nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 10.086/2022 e na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º A fiscalização dos contratos será exercida pelo Fiscal de Contrato designado por ato próprio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, competindo-lhe acompanhar, monitorar e verificar a correta execução dos serviços, em conformidade com o Termo de Referência, contrato e demais normativos aplicáveis.

Art. 3º A fiscalização compreenderá, de forma integrada:

I – Fiscalização Técnica, destinada a verificar a execução física, qualitativa e operacional dos serviços prestados pela instituição credenciada;

II – Fiscalização Administrativa, destinada a analisar a regularidade documental, o controle de vagas, os relatórios apresentados e os elementos necessários para fins de pagamento e conformidade contratual.

Parágrafo único. O Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo deverão atuar de forma articulada, sob coordenação do Gestor do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 4º Compete ao Fiscal de Contrato, nos termos do Decreto nº 10.086/2022 (arts. 11 e 12), do Edital nº 002/2025 e do Termo de Referência:

I – acompanhar e verificar a execução dos serviços de acolhimento residencial, avaliando o cumprimento das obrigações estruturais, operacionais, terapêuticas e psicossociais;

II – verificar se a instituição mantém a equipe mínima exigida, composta por coordenador, assistente social, psicólogo, educadores sociais;

III – assegurar que os acolhimentos sejam realizados com base em adesão e permanência voluntária, devidamente formalizadas e com avaliação médica prévia conforme a Lei nº 13.840/2019;

IV – conferir a existência, atualização e conformidade do Plano Singular de Atendimento (PSA) de cada acolhido, assegurando que o documento esteja devidamente elaborado pela equipe técnica da instituição, de forma individualizada, e em conformidade com as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelo Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas.

V – realizar visitas técnicas *in loco* periódicas, registrando em relatório padronizado a conformidade da estrutura física, o número de acolhidos, o atendimento às atividades terapêuticas (psicossociais, familiares, culturais e de reinserção social) e a observância dos direitos dos acolhidos;

VI – verificar a execução das atividades previstas no Programa de Acolhimento (como oficinas, atendimento individual, atividades culturais, esportivas e educacionais) estão sendo efetivamente executadas;

VII – verificar o cumprimento das normas éticas e legais, especialmente a vedação de contenção física, isolamento e quaisquer práticas abusivas;

VIII – acompanhar o controle de vagas, acolhimentos e desligamentos, com conferência da comunicação tempestiva à coordenação do programa, conforme prazos previstos no Termo de Referência;

IX – conferir a regularidade da documentação mensal apresentada para fins de pagamento, analisando a correspondência entre o número de vagas ocupadas, a execução efetiva dos serviços e o relatório técnico de resultados;

X – comunicar de imediato ao Gestor do Contrato as ocorrências que demandem medidas corretivas, suspensão de pagamento ou abertura de processo administrativo.

§1º O Relatório de Fiscalização constante do Anexo I deverá ser utilizado para o registro das visitas técnicas, verificações documentais, ocorrências relevantes, recomendações e demais informações necessárias ao acompanhamento contratual.

§2º O preenchimento do modelo padronizado é obrigatório e integrará o processo administrativo de execução contratual.

§3º A Coordenação do Programa poderá promover ajustes formais no Anexo I, quando necessários à melhoria da gestão contratual, desde que não impliquem alteração do conteúdo normativo desta Resolução.

Art. 5º Os relatórios de fiscalização técnica ou administrativa deverão conter, no mínimo:

I – identificação da instituição e do contrato;

II – data e horário da visita;

III – identificação da equipe técnica responsável e número de acolhidos;

IV – condições estruturais observadas;

V – conformidade das atividades terapêuticas;

VI – análise do PSA e registros de atendimento;

VII – registro de eventuais não conformidades, recomendações e prazos de correção;

VIII – parecer conclusivo sobre a execução contratual.

Art. 6º Constatada irregularidade grave ou reincidência de descumprimento contratual, o Fiscal deverá comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato, que encaminhará à autoridade competente a abertura de processo administrativo de responsabilização e, se cabível, à suspensão de repasses.

Art. 7º A ausência de registros, relatórios ou comunicações obrigatórias por parte do Fiscal implicará responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 10.086/2022.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Gestor do Contrato ou pela autoridade competente da SEDEF.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO I

ROTEIRO DE FISCALIZAÇÃO – PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE USO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS / SEDEF – PARANÁ

Elaborado conforme Edital de Credenciamento nº 002/2025-SEDEF e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
Nome da Instituição:	
Município:	
CNPJ:	
Capacidade total de acolhimento:	
Público atendido:	( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Misto

2. INFRAESTRUTURA		
Item	**Avaliação**	**Observações**
Quartos e banheiros – higiene e ventilação	☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim	
Cozinha e refeitório – conservação e condições sanitárias	☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim	
Espaços de atendimento individual e coletivo – privacidade e adequação	☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim	
Áreas externas (horta, campo, oficinas, capela)	☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim	

3. EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA			
Cargo/Função	**Quantitativo**	**Vínculo**	**Capacitação em dependência química**
Coordenador(a)			( ) Sim ( ) Não
Psicólogo(a)			( ) Sim ( ) Não
Assistente Social			( ) Sim ( ) Não
Educador Social / Monitor			( ) Sim ( ) Não
Outros profissionais			( ) Sim ( ) Não

•Há responsável técnico em tempo integral? ( ) Sim ( ) Não
•Realiza capacitação contínua da equipe? ( ) Sim ( ) Não

4. PROCESSO DE ACOLHIMENTO

• Existe fluxo formal de triagem e admissão? ( ) Sim ( ) Não
• É elaborado Plano Individual de Atendimento (PIA) ou Plano de Acolhimento Singular (PAS)? ( ) Sim ( ) Não
◦ Inclui metas, acompanhamento, evolução e plano de saída?
( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
• Há registro de reavaliações periódicas? ( ) Sim ( ) Não

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5. NORMAS DE CONVIVÊNCIA

• Há regimento interno e normas de convivência disponíveis aos acolhidos? ( ) Sim ( ) Não
• As sanções disciplinares são graduadas e documentadas? ( ) Sim ( ) Não
• Há registros de desligamentos e seus motivos? ( ) Sim ( ) Não
(Observação: este item constitui parâmetro de boas práticas, sem caráter sancionatório.)

6. ARTICULAÇÃO COM AS REDES LOCAIS

Rede de Saúde:
• Comunica o acolhimento e o desligamento à rede SUS? ( ) Sim ( ) Não
• Garante acesso à atenção básica e serviços especializados? ( ) Sim ( ) Não
Rede Socioassistencial:
• Comunica o acolhimento ao CRAS/CREAS do município de origem? ( ) Sim ( ) Não
• Há articulação para reinserção familiar e comunitária? ( ) Sim ( ) Não

7. ATIVIDADES TERAPÊUTICAS E SOCIOEDUCATIVAS

Tipo de atividade	Frequência	Responsável	Observações
Atendimentos psicológicos			
Grupos terapêuticos			
Oficinas de artes, música, horta, etc.			
Educação continuada / escolarização			
Espiritualidade (voluntária)			
Atividades esportivas e de lazer			

8. DIREITOS DOS ACOLHIDOS

• O acolhido mantém contato com familiares (visitas, telefonemas, correspondência)? ( ) Sim ( ) Não
• Participa de atividades externas quando previstas no PIA? ( ) Sim ( ) Não
• Há registro e controle de medicação e atendimento médico? ( ) Sim ( ) Não
• É garantida a liberdade de crença e a participação voluntária em atividades religiosas? ( ) Sim ( ) Não
• É vedada a exigência de qualquer contrapartida financeira, bens ou serviços pelo acolhimento.

9. PROCESSO DE DESLIGAMENTO

• O desligamento é planejado e documentado? ☐ Sim ☐ Não
• Há plano de reinserção social e laboral?( ) Sim ( ) Parcial ( ) Não
• Há acompanhamento pós-alta? ( ) Sim ( ) Não

10. AVALIAÇÃO FINAL DA FISCALIZAÇÃO

• Situação geral da instituição:
( ) Regular ( ) Regular com recomendações ( ) Irregular
Principais achados e recomendações:

Data da visita:	
Fiscal(es) responsável(eis):	
Assinatura:	
Responsável Técnico da Instituição:	
Assinatura:	

166293/2025

RESOLUÇÃO nº 732/2025 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 -SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**
Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Municípios	Equipamentos
Fernandes Pinheiro	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166567/2025

RESOLUÇÃO Nº 734/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023-SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**
Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Município	Equipamento
Pinhão	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166635/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2025 – SEDEF
ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, no uso de suas atribuições, aprova novo Cronograma das Fases do Edital de Chamamento Público n° 01/2025 – SEDEF, que tem for finalidade a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de colaboração com o objetivo de executar acolhimento institucional para pessoas com deficiências que estejam em situação de vulnerabilidade ocasionada por dependência de cuidados para atividades da vida diária e rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares, conforme segue:

6 CRONOGRAMA DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO:
a) Fase de avaliação e classificação das propostas: 13/03/2025 a 15/04/2025;
b) Fase de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da(s) OSC(s) selecionada(s), incluindo a inocorrência dos impedimentos legais: de 18/04/2025 a 15/05/2025;
c) Realização de visita técnica: 19/05/2025 a 13/06/2025;
d) Fase de aprovação do plano de trabalho apresentado: de 18/06/2025 a 19/10/2025;
e) Fase de emissão de pareceres técnicos: de 22/10/2025 a 05/11/2025; e
f) Fase de celebração do instrumento de parceria: de 10/11/2025 a 20/01/2026.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

166911/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
ERRATA - PORTARIA Nº 721, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

Considerando a necessidade de correção na Portaria nº 721, de 01 de dezembro de 2025, publicada no DIOE nº 12040, de 02 de dezembro de 2025, **PUBLICA ERRATA:**

Onde se lê: "Fabiano Alves da Silva"

Leia-se: "Fabiano Alves de Oliveira"

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

166238/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CULTIVE AGRICOLA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363178 com validade até 01/12/2030, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Rua São Joaquim, sn no município de Roncador/PR.

166392/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASSIA SILVA DIAS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363238 com validade até 01/12/2031, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Parte 03 do Lote Rural nº16/17/17-A, Gleba Atlântida, S/N no município de Iporã/PR.

166407/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAS RECICLAVEIS COMETA - ASSOCIACAO, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 361982 com validade até 01/12/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na Rua Eloy Maciel, 771 no município de Campo Mourão/PR.

166378/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANA, a Licença de Instalação - LI nº 363299 com validade até 01/12/2028, para Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - Lei Estadual Nº 10.671/93 a ser implantada na Rua Roberto Paiva, 595 no município de Cascavel/PR.

166414/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ CESAR FORNEL, a Licença de Instalação - LI nº 363168 com validade até 01/12/2028, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Sítio Sitinho - Quinhão nº 7 da Fazenda Estrela, S/N no município de Ortigueira/PR.

166388/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LALUFA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA., a Licença de Instalação - LI nº 362742 com validade até 01/12/2029, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Estrada José Kalinoski, sn no município de Teixeira Soares/PR.

166379/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORADORA CASA GRANDE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363192 com validade até 01/12/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rodovia Mello Peixoto, s/n no município de Cambé/PR.

166398/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADRIANA M BONATTO & CIA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363158 com validade até 01/12/2027, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na Rua Sergipe, 295 no município de Francisco Beltrão/PR.

166385/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORADORA CASA GRANDE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363197 com validade até 01/12/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Avenida Esperança, S/N no município de Cambé/PR.

166400/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADEMAR DAHMER, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 363172 com validade até 01/12/2026, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LOTE RURAL N°196 E PARTE DO LOTE RURAL N°197, GLEBA 10, 196 no município de Santa Helena/PR.

166390/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALLTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MICROPROCESSADOS DE TILAPIA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 315581 com validade até 25/02/2028, para Industrial - Alimentos instalada na Linha Três Bocas, Distrito Xaxim, s/n no município de Toledo/PR.

166413/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VICENTE E TEIXEIRA COSMETICOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 363174 com validade até 01/12/2031, para Comércio e Serviço - Envasamento de produtos químicos instalada na Rua São Paulo, 2150 no município de Cascavel/PR.

166391/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE LUIZIANA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363112 com validade até 01/12/2026, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na PR-553 KM-03, subscrito no Lote de Terras nº 3-A, S/N no município de Luiziana/PR.

166381/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSE CARLOS GUEDES, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363182 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na ITAGUAJE, LR 357-A, BAIRRO BONITO, GL. RIO VERDE-2, S/N no município de Formosa do Oeste/PR.

166393/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS CASTELANI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363215 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Lote de Terras nº 03, S/N no município de Astorga/PR.

166403/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAURO FERREIRA DOS SANTOS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363235 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada da Agua Mineira, Gleba nº7 - Colonia Sao Sebastiao do Guaraci, sn no município de Nossa Senhora das Graças/PR.

166406/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERVINO BENKE, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363247 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Chácara Willy Davis, Estrada Maracanã, S/N no município de Castro/PR.

166409/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JAIRO JACIR GUZZO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363264 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LINHA SÃO BRAZ, S/N no município de Dois Vizinhos/PR.

166411/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELARIO SCHNEIDER, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363265 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Linha Lageado Grande, 00 no município de Capanema/PR.

166412/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, a Autorização Ambiental - AA nº 63686 com validade até 02/12/2026, para Desassoreamento de rios locais a ser implantada na Endereco:PARQUE DA PRAINHA Bairro:CENTRO Cep:84535000Fernandes Pinheiro no município de Fernandes Pinheiro/PR.

166802/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCIO THOME BORBOREMA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363183 com validade até 01/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LR 199-A-3, BAIRRO GUARANY, GL. RIO VERDE-2, S/N no município de Jesuítas/PR.

166394/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO ELETROBRAS CHESF, a Licença Prévia - LP nº 363141 com validade até 01/12/2030, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia a ser implantada na Rodo Anel BR 158, 0 no município de Campo Mourão/PR.

166382/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença Prévia - LP nº 363202 com validade até 01/12/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Lote rural 1A, 2° parte do 30°perimetro da Fazenda Britânia, sn no município de Toledo/PR.

166401/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA, a Licença Prévia - LP nº 363184 com validade até 01/03/2026, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na RUA XAVIER DA SILVA, 471 no município de Ibiporã/PR.

166395/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RUELA & RUELA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363219 com validade até 01/12/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na AVENIDA 14 DE NOVEMBRO, 1.274 no município de Florestópolis/PR.

166405/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRF S/A, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363151 com validade até 01/12/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rua Leopoldo Froes, 1001 no município de Ponta Grossa/PR.

166384/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CAMPO LIMPO SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - ME, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363072 com validade até 01/12/2026, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Estrada da Guaricana, 2500 no município de São José dos Pinhais/PR.

166380/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRF S/A, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363150 com validade até 01/12/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rua Leopoldo Froes, 1001 no município de Ponta Grossa/PR.

166383/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARVALHO & CARVALHO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363161 com validade até 12/05/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Avenida Paraná, 484 no município de Paranavaí/PR.

166386/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALESSANDRO SILVA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 270443-R2 com validade até 26/05/2028, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Rodovia PR - 468, KM - 37,5, s/n no município de Umuarama/PR.

166404/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADEMIR ROMEU CLEVESTON, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363196-R1 com validade até 01/12/2031, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Lote Rural nº 102, do 45º Perímetro, s/n no município de Entre Rios do Oeste/PR.

166399/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUGUSTINHO TENFEN, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363171-R1 com validade até 01/12/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 195-A-3, GL. 11, COL. PINDORAMA, SN no município de Cafelândia/PR.

166389/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDSON ROBERTO DE OLIVEIRA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363239-R1 com validade até 01/12/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 23-D, GL. MELHORANÇA, COL. PINDORAMA, S/N no município de Nova Aurora/PR.

166408/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAHLE CRUZEIRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363187-R3 com validade até 01/12/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na ROD. PR 323 KM 288, LOTE 14-A/1, GLEBA 02, S/N no município de Cruzeiro do Oeste/PR.

166396/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALESSANDRO SILVA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 187860-R2 com validade até 05/08/2026, para Industrial - Alimentos instalada na Rodovia PR - 468, KM - 37,5, s/n no município de Umuarama/PR.

166402/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SEMENTES E CEREAIS BORTOLUZZI LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 303969-R2 com validade até 29/08/2027, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Rua Ulisses Faria, 1268 no município de São Mateus do Sul/PR.

166410/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CENTERPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS - EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359012-R1 com validade até 01/12/2030, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios instalada na Rua Pedro Abib, 14 no município de Rio Azul/PR.

166377/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS QUATRO PRIMOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363190-R2 com validade até 01/12/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida Visconde de Mauá, 4800 no município de Ponta Grossa/PR.

166397/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUCAS LUIS KOHLER, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 363166 com validade até 01/12/2030, para Agropecuária - Aquicultura instalada na ESTRADA - DEZ DE MAIO, SN no município de Toledo/PR.

166387/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REDIVIVUS RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 63685 com validade até 02/12/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LOTE RURAL 67.B/4, GLEBA Nº 01 - LINHA TAPUÍ Bairro:ZONA RURAL Cep:85927850Toledo no município de Toledo/PR.

166801/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALESSANDRO DE CARVALHO, a Autorização Ambiental - AA nº 63671 com validade até 30/11/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:SITIO BARREIRINHO Bairro: Cep:84950000Wenceslau Braz no município de Wenceslau Braz/PR.

166804/2025

Portaria n° 12766/2025/OP-GOUT. Prot. 25.031.042-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) LAUDIO JOÃO ZAGO - CPF/CNPJ 835.765.419-34. Rio Piquiri. Piquiri. Coordenadas UTM 7.323.797,81 N 204.155,89 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 71.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina.

166516/2025

Portaria n° 12765/2025/OD-GOUT. Prot. 24.741.452-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) HAMILTON TAITI MARUYAMA - CPF/CNPJ 742.194.809-00. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.261.977,00 N 257.284,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 39.33 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

166673/2025

Portaria n° 12773/2025/OP-GOUT. Prot. 24.820.187-8. Canalização. Outorgado(s) Copel Geração e Transmissão S/A - CPF/CNPJ 04.370.282/0001-70. Córrego Iguaçu. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.147.326,00 N 388.839,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Controle de cheias. Município Reserva do Iguaçu.

166674/2025

Portaria n° 12788/2025/OD-GOUT. Prot. 23.587.497-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) LATICINIOS LATCO LTDA - CPF/CNPJ 78.900.511/0004-08. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.148.794,00 N 245.120,00 E. Validade 11/10/2030. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza, Processo fabril. Vazão máxima outorgada 6.18 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Realeza. Esta portaria revoga a portaria n° 13262/2024/OD-GOUT.

166549/2025

Portaria n° 12791/2025/OD-GOUT. Prot. 22.770.331-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Ponta Grossa. Ribeira. Coordenadas UTM 7.255.416,89 N 675.374,48 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 54.79 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cerro Azul. Esta portaria revoga a portaria n° 1279/2021.

166590/2025

Portaria n° 12787/2025/OP-GOUT. Prot. 24.907.288-5. Captação superficial. Outorgado(s) JOCENEI TELES - CPF/CNPJ 041.940.019-23. Mina/Nascente Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.305.503,96 N 517.296,37 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 1.50 m³/h 24:00 horas/dia 20 dias/mês. Município Ortigueira.

166719/2025

Portaria n° 12776/2025/OD-GOUT. Prot. 24.888.702-8. Travessia. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Córrego Sem denominação na base. Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7.456.626,00 N 479.502,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Esgotamento sanitário. Município Bela Vista do Paraíso. Esta portaria revoga a portaria n° 26095/2023/OP-GOUT.

166700/2025

Portaria n° 12782/2025/OD-GOUT. Prot. 24.445.076-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ADILSON ADELAR METTE - CPF/CNPJ 032.486.769-73. Córrego Baitaca. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.275.630,16 N 803.759,91 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 16.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon.

166612/2025

Portaria n° 12783/2025/OD-GOUT. Prot. 24.508.192-8. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Antonio Valdecir Marta - CPF/CNPJ 554.658.709-15. Córrego Jacutinga. Piquiri. Coordenadas UTM 7.309.963,91 N 242.962,02 E. Validade 05/10/2028. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 44.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand.

166613/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 12785/2025/OD-GOUT. Prot. 24.611.582-6. Captação superficial. Outorgado(s) Kley Hamm - CPF/CNPJ 004.262.339-13. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.298.234,11 N 784.473,19 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 4.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Mercedes.

166614/2025

Portaria n° 12763/2025/OD-GOUT. Prot. 24.741.449-5. Captação superficial. Outorgado(s) HAMILTON TAITI MARUYAMA - CPF/CNPJ 742.194.809-00. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.261.778,00 N 257.373,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 16:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

166644/2025

Portaria n° 12764/2025/OD-GOUT. Prot. 24.741.451-7. Captação superficial. Outorgado(s) HAMILTON TAITI MARUYAMA - CPF/CNPJ 742.194.809-00. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.261.884,00 N 257.297,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 27.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

166658/2025

Portaria n° 12767/2025/OD-GOUT. Prot. 22.830.202-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA. - CPF/CNPJ 29.737.368/0002-08. Tibagi. Coordenadas UTM 7.211.217,42 N 594.754,63 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 32.44 m³/h 09:35 horas/dia 31 dias/mês. Município Ponta Grossa. Esta portaria revoga a portaria n° 1812/2019.

166526/2025

Portaria n° 12780/2025/OD-GOUT. Prot. 21.735.866-3. Captação superficial. Outorgado(s) JOSE MILTON SOARES - CPF/CNPJ 555.499.009-63. Córrego Guaçuzinho. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.299.879,02 N 799.552,65 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Terra Roxa. Esta portaria revoga a portaria n° 10161/2022/OP-GOUT.

166564/2025

Portaria n° 12774/2025/OP-GOUT. Prot. 24.858.725-3. Travessia. Outorgado(s) SERVIÇO SOCIAL AUTONOMO PARANÁ PROJETOS - CPF/CNPJ 02.681.709/0001-25. Rio Ivaí. Ivaí. Coordenadas UTM 7.425.586,23 N 317.147,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Sistema viário. Município Mirador.

166686/2025

Portaria n° 12770/2025/OP-GOUT. Prot. 24.127.509-4. Bueiro. Outorgado(s) CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO VEXX LTDA - CPF/CNPJ 05.081.101/0001-58. (Bueiro 1, 1) Córrego Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.149.991,58 N 627.531,62 E. Validade 2 anos. Finalidade Drenagem de loteamento. Município Lapa.

166605/2025

Portaria n° 12784/2025/OD-GOUT. Prot. 24.054.589-6. Captação superficial. Outorgado(s) Frigorífico TMJ Ltda. - CPF/CNPJ 47.183.789/0001-27. Córrego Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.127.069,86 N 319.514,77 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril, Limpeza. Vazão máxima outorgada 3.00 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Itapejara D'Oeste. Esta portaria revoga a portaria n° 11935/2024/OD-GOUT.

166604/2025

Portaria n° 12786/2025/OD-GOUT. Prot. 23.321.869-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Kley Hamm - CPF/CNPJ 004.262.339-13. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.298.438,00 N 784.224,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 22.80 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Mercedes.

166603/2025

PARECER NEGATIVO n° 10133/2025/PN-GOUT. Protocolo 24.826.452-7. Indefere o requerimento de outorga de direito para Captação subterrânea (Poço tubular) de CONCREFORT CONCRETO LTDA - CPF/CNPJ 24.901.235/0001-12, ROMAGNOLE PRODUTOS ELETRICOS S.A. - CPF/CNPJ 78.958.717/0003-08, AVIMAQ FERRAGENS LTDA. - CPF/CNPJ 21.844.612/0001-30. Coordenadas UTM 7.399.444,00 N 429.272,95 E. Município Mandaguari. Motivo: Usuário desistiu do uso do recurso hídrico.

166680/2025

Portaria n° 12769/2025/OD-GOUT. Prot. 23.911.845-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ARMAZENS GERAIS MAXI TRUST LTDA - CPF/CNPJ 06.948.104/0001-09. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.173.837,00 N 667.515,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 3.63 m³/h 13:46 horas/dia 31 dias/mês. Município Curitiba. Esta portaria revoga a portaria n° 10492/2025/AP-GOUT.

166536/2025

Portaria n° 12789/2025/OD-GOUT. Prot. 23.587.505-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) LATICINIOS LATCO LTDA - CPF/CNPJ 78.900.511/0004-08. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.148.971,27 N 245.107,38 E. Validade 16/10/2030. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Realeza. Esta portaria revoga a portaria n° 13307/2024/OD-GOUT.

166550/2025

Portaria n° 12771/2025/OP-GOUT. Prot. 24.625.559-8. Travessia. Outorgado(s) ASSAÍ PERIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA - CPF/CNPJ 39.294.221/0001-55. Córrego Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.426.526,69 N 487.269,19 E. Validade 2 anos. Finalidade Esgotamento sanitário. Município Londrina.

166623/2025

Portaria n° 12772/2025/OP-GOUT. Prot. 24.674.267-7. Travessia. Outorgado(s) MUNICIPIO DE FRANCISCO ALVES - CPF/CNPJ 77.356.665/0001-67. Ribeirão Antas. Piquiri. Coordenadas UTM 7.326.528,22 N 212.605,64 E. Validade 2 anos. Finalidade Sistema viário. Município Francisco Alves.

166624/2025

Portaria n° 12793/2025/OD-GOUT. Prot. 22.375.370-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) FONTE SHANGRILA-COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA - CPF/CNPJ 05.607.162/0001-06. Ivaí. Coordenadas UTM 7.398.687,76 N 379.135,50 E. Validade 6 anos. Finalidade Envase de água. Vazão máxima outorgada 41.67 m³/h 05:45 horas/dia 31 dias/mês. Município Doutor Camargo. Esta portaria revoga a portaria n° 145/2021.

166573/2025

Portaria n° 12779/2025/OD-GOUT. Prot. 22.375.363-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) WESLEY EDERSON GRANDO E OUTROS - CPF/CNPJ 056.209.429-61. Piquiri. Coordenadas UTM 7.375.702,83 N 239.566,47 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 13.00 m³/h 01:32 horas/dia 31 dias/mês. Município Xambrê.

166575/2025

Portaria n° 12794/2025/OD-GOUT. Prot. 22.896.013-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Monica Mohler Bez Batti - CPF/CNPJ 049.654.419-58. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.192.515,77 N 786.384,63 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 1.80 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 12723/2024/OP-GOUT.

166596/2025

Portaria n° 12792/2025/OD-GOUT. Prot. 21.022.112-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA LINHA MARAVILHA - CPF/CNPJ 06.352.232/0001-95. Piquiri. Coordenadas UTM 7.300.867,00 N 217.831,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Abastecimento coletivo tipo II (associação de moradores), Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 01:32 horas/dia 30 dias/mês. Município Maripá. Esta portaria revoga a portaria n° 4565/2019.

166557/2025

Portaria n° 12797/2025/OP-GOUT. Prot. 24.382.192-4. Captação superficial. Outorgado(s) COSTAZURE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA - CPF/CNPJ 48.850.650/0001-52. Mina/Nascente Sem denominação na base. Itararé. Coordenadas UTM 7.437.787,00 N 631.172,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Abastecimento coletivo tipo II (associação de moradores), Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ribeirão Claro.

166950/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à A.J GALLETTI ARGILA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 43907 com validade até 01/12/2028, para Explotação a ser implantada na Endereco:RODOVIA TILDO MAZZARINO, PR 480, KM 10 Bairro:ZONA RURAL Cep:87915000Santa Mônica no município de Santa Mônica/PR.

166803/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 731, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembrode 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Termo de Convênio a ser formalizado com a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, que tem por objeto o atendimento de animais silvestres nativos e exóticos, entregues pelas regionais do Instituto Água e Terra - IAT ou Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMAmb, entregues voluntariamente pela população, resgatados ou apreendidos, com vistas à realização de triagem, tratamento clínico-veterinário, soltura, eutanásia ou destinação final adequada;
- Considerando o conteúdo do protocolo n.º 24.419.814-7,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Lucas Silva Azevedo, RG nº 22.xxx.235-x, como Gestor do Convênio mencionado acima.

Art. 2º Designar o servidor Pedro Chaves Camargo, RG nº 6.xxx.477-x, como Fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido Convênio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

166758/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) INSTITUTO AGUA E TERRA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 595 DE 02/12/2025
ORGAO - INSTITUTO AGUA E TERRA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARIESE CARGNIN MUCHAILH				90	21/12/2012	20/12/2017	05/01/2026	04/04/2026
36140631	1	NAXVIII	246833397					
SIDNEI PEDRO PISKLEVITZ				90	21/12/1997	20/12/2002	05/01/2026	04/04/2026
41757620	1	NAXVIII	249224197					
NEUSA RODRIGUES DA COSTA				90	21/12/2012	20/12/2017	03/12/2025	02/03/2026
42992739	1	NAXVIII	250574649					
NICEU CEZAR DE OLIVEIRA				90	21/12/1992	20/12/1997	15/01/2026	14/04/2026
9060235	1	NAXVIII	250791453					

165929/2025

NOTIFICAÇÃO 00721/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 14/08/2025 às 16:42 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 80 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200779** (protocolo SID 24.491.104-8) em desfavor do CPF 34.997.278/0001-05/**NOVA VIDA LAVANDERIA E TINTURARIA EIRELI**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00722/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 04/11/2025 às 11:13 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202740** (protocolo SID 24.959.049-5) em desfavor do CPF 03.731.287/0001-18/**VANCOUROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COUROS LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00723/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 04/11/2025 às 14:02 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202999** (protocolo SID 24.959.201-3) em desfavor do CPF 03.731.287/0001-18/**VANCOUROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COUROS LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00724/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/11/2023 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **124437** (protocolo SID 21.372.723-0) em desfavor do CPF 856.456.489-00/**RAUL CRODA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00725/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 18/07/2025 às 09:59 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200647** (protocolo SID 24.446.912-4) em desfavor do CPF 05.626.355/0001-04/**SLI ARMAZENS GERAIS E TERMINAL DE CARGAS LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00726/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/01/2024 às 14:45 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **160390** (protocolo SID 21.625.208-0) em desfavor do CPF 008.931.809-98/**FABIO POLIPO**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00727/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 12/08/2025 às 10:44 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201392** (protocolo SID 24.509.063-3) em desfavor do CPF 08.151.884/0001-97/**AGUAS DE SARANDI - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00728/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 04/08/2025 às 16:05 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 53 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200700** (protocolo SID 24.427.498-6) em desfavor do CPF 065.565.869-60/**Jucélia Irch**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00729/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 30/05/2025 às 15:16 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200371** (protocolo SID 24.083.029-9) em desfavor do CPF 670.954.709-44/**Celia Marcia Costa**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00730/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 03/09/2025 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172751** (protocolo SID 24.606.100-9) em desfavor do CPF 332.248.039-91/**ORLANDO TURRA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00731/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 06/06/2025 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **173826** (protocolo SID 24.124.845-3) em desfavor do CPF 851.773.779-20/**OANIO SILVA DE SOUZA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00732/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 19/08/2021 às 13:59 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **129510** (protocolo SID 18.058.815-9) em desfavor do CPF 79.979.027/0001-28/**VMM-VALADARES MINERAÇÃO METALURGIA IND. E COM. LTDA.**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00733/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 03/09/2025 às 14:50 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172752** (protocolo SID 24.609.523-0) em desfavor do CPF 759.845.719-00/**IVETE TEREZINHA CIKOSKI**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00734/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 03/09/2025 às 15:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172753** (protocolo SID 24.609.585-0) em desfavor do CPF 759.845.719-00/**IVETE TEREZINHA CIKOSKI**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00735/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 18/06/2025 às 10:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 31 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **166813** (protocolo SID 24.187.320-0) em desfavor do CPF 754.604.759-53/**JOSÉ ROBERTO VOLPATO**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00736/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/09/2025 às 15:55 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 82 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **183425** (protocolo SID 24.702.746-7) em desfavor do CPF 299.150.198-74/**CAIO CESAR GIBRAIL FERNANDES**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00737/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 01/07/2022 às 09:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **131587** (protocolo SID 19.155.491-4) em desfavor do CPF 31.541.797/0006-72/**TRANSTUR LOCADORA E TURISMO LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00738/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 09/06/2025 às 10:52 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200785** (protocolo SID 24.130.837-5) em desfavor do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CPF 106.361.629-82/**Lucas Atanael Brecailo**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00739/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 29/07/2021 às 08:15 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **130698** (protocolo SID 17.920.397-9) em desfavor do CPF 792.228.119-68/**CLAUDINEY RIBEIRO DA SILVA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00740/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/08/2025 às 17:26 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202250** (protocolo SID 24.561.437-3) em desfavor do CPF 492.912.039-04/**DORVALINO LUIZ BOHN**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00741/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 15/09/2025 às 09:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 62 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172758** (protocolo SID 24.659.219-5) em desfavor do CPF 75.150.904/0002-83/**MIOLAR ALIMENTOS LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00742/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 15:24 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201175** (protocolo SID 24.714.299-1) em desfavor do CPF 017.838.019-99/**RUI PIETRAS**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00743/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 14:28 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200542** (protocolo SID 24.718.005-2) em desfavor do CPF 049.045.579-48/**Tiago Turra**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00744/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 03/06/2025 às 14:40 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200376** (protocolo SID 24.100.863-0) em desfavor do CPF 410.642.329-49/**ANTONIO CARLOS CHAVES**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00745/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 04/06/2025 às 10:01 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200382** (protocolo SID 24.105.792-5) em desfavor do CPF 056.611.759-22/**SUELI DE FATIMA SILVA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00746/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 05/01/2024 às 13:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **165317** (protocolo SID 21.546.085-1) em desfavor do CPF 118.353.279-23/**WELLIGTON GOMES DA SILVA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00747/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 18/03/2024 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **151261** (protocolo SID 21.891.359-8) em desfavor do CPF 882.156.529-72/**ADAIR HATZ**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00748/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 18/03/2024 às 21:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **151274** (protocolo SID 21.897.951-3) em desfavor do CPF 045.490.859-83/**ANDRE HAZT**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00749/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 12:27 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202951** (protocolo SID 24.730.663-3) em desfavor do CPF 719.577.319-15/**Andrea Fernandes Marconcin**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00750/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 12:23 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202696** (protocolo SID 24.730.625-0) em desfavor do CPF 719.577.319-15/**Andrea Fernandes Marconcin**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação..

166905/2025

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREG-e N° 1322/2025 – GMS/SEED

Protocolo: 24.283.447-0

Assunto: Abertura processo licitatório PE n.º 1322/2025 – aquisição de etiquetas autoadesivas – plaquetas de identificação patrimoniais.
1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, de n.º 1233/2025 – SEED, no valor global máximo de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), objetivando a Aquisição etiquetas autoadesivas – plaquetas de identificação patrimoniais - para o controle eficiente dos bens móveis do Estado do Paraná para atender a demanda da Secretaria de Estado da Educação, conforme Edital e Anexos.
2. Considerando o contido na Informação n.º 4128/2025 – Ass Tec/SEED, com fundamento no art. 13, V, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e no artigo 1.º, §§ 3.º e 5.º do Decreto n.º 4.189/2016, AUTORIZO a realização da despesa e a instauração do procedimento licitatório.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, Delegação
De Competência Res. 7.309-GS/SEED

166242/2025

RESOLUÇÃO N.º 7170/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância PSS.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.960.886-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o processo instaurado, em desfavor do servidor Antônio Sanches Valera Neto, RG n.º 13.087.XXX-1, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, LF 52, com fundamento no art. 69, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166448/2025

RESOLUÇÃO N.º 7171/2025 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.566.654-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.566.654-3, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166437/2025

RESOLUÇÃO N.º 7176/2025 – GS/SEED

Súmula: Absolve servidor em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.211.425-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Silvio Alves, RG n.º 4.763.XXX-1, professor, QPM, LF 01, com fundamento no art. 182, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166453/2025

RESOLUÇÃO N.º 7172/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.570.048-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Vanessa Teles Gouveia dos Santos, RG n.º 6.004.735-9, professor, QPM, LF 90, por infração do art. 285, inciso III, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166443/2025

RESOLUÇÃO N.º 7175/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.547.902-6,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Bruna Frizon Grobs, RG n.º 10.359.XXX-7, professora contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, LF 04, por infração do art. 279, inciso I, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166449/2025

RESOLUÇÃO N.º 7177/2025 – GS/SEED

Súmula: Absolve servidor em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.640.306-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Thiago da Silva Filadelfo, RG n.º 8.533.XXX-4, professor, QFEB, LF 01, com fundamento no art. 182, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Arquivar o processo instaurado, em desfavor do servidor Marcos Cezar Kubiak, RG n.º 5.994.XXX-9, professor, QPM, LF 97, com fundamento no art. 69, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166436/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 7.185/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidora do Quadro Próprio do Magistério para atuar na Escola de Gestão do Paraná.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto no Termo de Cooperação Técnica n.º 202408075 – SEAP/SEED, celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e a Secretaria de Estado da Educação, e o contido no protocolado n.º 25.001.353-1,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora **Rubiane Rigoni Barros**, RG n.º 6.XXX.736-X, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM/SEED, para atuar na Escola de Gestão do Paraná, em consonância com o Termo de Cooperação Técnica n.º 202408075 – SEAP/SEED, cujo objeto consiste em "desenvolver ações de capacitação, atualização e aperfeiçoamento com base na política de capacitação estadual, alinhada à agenda estratégica de Estado, visando à prestação de serviços de qualidade e resultados sociais, utilizando-se das modalidades de ensino presencial, híbrido e a distância, tanto na Plataforma da EGP, como com cursos presenciais e/ou híbridos para o aperfeiçoamento dos quadros próprios de servidores e empregados públicos, assim como da comunidade em geral".

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

166973/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.797/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 651/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.607.564-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual do Campo de Paraíso do Sul – Ensino Fundamental, situada na Avenida A, 122, do Município de Barbosa Ferraz, NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2139/2019, de 04/06/2019, com vigência até 15/05/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5355/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.798/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 605/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.215.676-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Educativa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Interventor Manoel Ribas, 850, do Município e NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Educativa SC Ltda,. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 364/2017, de 15/02/2017, com vigência até 22/03/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3621/2021, de 13/08/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.799/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 634/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.883.837-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 07/12/2021 até 06/12/2028, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Izabel Ribeiro Finger, situado na Rua João Soares Filho, s/n, no Município de Mangueirinha, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5592/2018, de 29/11/2018, com vigência até 06/12/2021.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.800/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 637/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.143.362-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo Jupira Guimarães Bondervalle – Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Clevelândia, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3964/2022, de 11/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3964/2022, de 11/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.801/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 565/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.437.988-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ensino Fundamental, situada na Rua XV de Novembro, 210, no Município de Ventania, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2853/2022, de 26/05/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.802/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.658.845-7,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação do Colégio lnterativa – Educação lnfantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Luis Gulin, 783 do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte, para Colégio lnterativa Colombo – Educação lnfantil, Ensino Fundamental e Médio.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Escola Sementinha Educação lnfantil e Ensino Fundamental Ltda ME e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3095/2025, de 04/06/2025, com vigência até 31/12/2029.

Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.806/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 580/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.106.876-7 e 23.147.822-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Cívico Militar Dr. Fernando de Barros Pinto – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Pedro Pescador, 405, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1783/2022, de 11/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2421/2022, de 09/05/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.807/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 921/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.154.317-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico Militar Dr. Fernando de Barros Pinto – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Pedro Pescador, 405, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1783/2022, de 11/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 1784/2022, de 11/04/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Convalidar os atos escolares praticados pela instituição de ensino desde 01/01/2021, para regularização da vida escolar dos estudantes.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.808/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, e 12/2021, e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2659/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.237.025-2,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Colégio Sigma Unidade Dôminos – Ensino Médio, situado na Rua Carolina Vieira Netto, 80, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Hatti Educacional Ltda., criada pelo Ato datado de 02/06/2025, e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41213599302, protocolo 252589041, em 02/06/2025, e está inscrita no CNPJ n.º 61.116.415/0001-10.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2035.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação simultânea, na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do Ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.809/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 635/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.551.918-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Valdir Umberto de Azevedo – Ensino Fundamental, situada na Rua Londrina, 1426, do Município de Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4621/2020, de 27/11/2020, com vigência até 13/10/2024.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 14/10/2024 a 13/10/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4332/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

165767/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 990/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal do Contrato n.º 9141/2025, celebrado com Americanas3D Equipamentos Eletrônicos e Materiais Plásticos Ltda.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo nº 24.965.884-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem, respectivamente, como gestor e fiscal do Contrato n.º 9141/2025, celebrado com a empresa Americanas3D Equipamentos Eletrônicos e Materiais Plásticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 44.653.093/0001-29, referente à aquisição de material de Processamento de Dados para atender demandas da SEED pelo período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90017/2024:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Anderson Muniz Canizella	024.XXX.989-XX
Fiscal	Eliane Cristina Depetris	026.XXX.699-XX

Art. 2.º Ao gestor e fiscal designados caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, respectivamente.
Parágrafo único. Às atribuições originárias do gestor e fiscal de contrato, poderão ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e cientificação prévia do designado.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

166598/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 991/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor e fiscal do Contrato n.º 9139/2025, celebrado com Americanas3D Equipamentos Eletrônicos e Materiais Plásticos Ltda.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo nº 23.523.265-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem, respectivamente, como gestor e fiscal do Contrato n.º 9139/2025, celebrado com a empresa Americanas3D Equipamentos Eletrônicos e Materiais Plásticos Ltda., CNPJ n.º 44.653.093/0001-29, referente à aquisição de materiais de consumo e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90028/2024:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Anderson Muniz Canizella	024.XXX.989-XX
Fiscal	Eliane Cristina Depetris	026.XXX.699-XX

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal designados caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, respectivamente, e poderão ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e cientificação prévia do designado.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

166593/2025

CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

No uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 20.656/2021 **CERTIFICO** que o servidor **Clodomir Chevonica Junior, CPF n.º 058.644.359-29**, ajustou sua conduta e cumpriu **integralmente** com os deveres pactuados no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no caderno protocolar n.º 24.651.856-4, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 12.023, de 05 de novembro de 2025, presente às fls. 58, mov. 20 e fls. 60, mov. 22.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025..
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166830/2025

RESOLUÇÃO N.º 7182/2025 – GS/SEED

Súmula: Substitui membros da Comissão Paritária.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 23.191.536-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Fabiana Rodrigues**,** RG/PR n.º 5.911.xxx-1, servidora em exercício na Secretaria de Estado da Educação – ASS TEC/CPADS, como membro da Comissão Paritária designada pela Resolução n.º 5073/2025 – GS/SEED, em substituição ao servidor Pablo Augusto Inácio Almeida, RG/PR n.º 6.xxx.079-4.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Resolução nº. 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

166795/2025



RESOLUÇÃO N.º 6.969/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2674/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.890.506-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal Dr. Osvaldo dos Santos Lima – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Emílio de Menezes, 500, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3635/2020, de 16/09/2020, com vigência até 09/05/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1756/2021, de 22/04/2021, com vigência até 09/05/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 09/05/2026 até 09/05/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 09/05/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.970/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 859/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.197.012-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Cívico-Militar Walfredo Silveira Corrêa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Japim, 483, no Município de Arapongas, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5045/2020, de 11/12/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.971/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 903/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.992.403-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor Izidoro Luiz Cerávolo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Elídio Stábile, 379, no Município e NRE de Apucarana,

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1219/2018, de 21/03/2018, com vigência até 15/02/2028.

§ 2º O reconhecimento do curso foi concedido pela Resolução n.º 1861/2020, de 19/05/2020, com vigência até 10/07/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 11/07/2025 a 10/07/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.972/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 603/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 23.836.560-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Brasil, 911, no Município de Borrazópolis, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2009/2016, de 18/05/2016, com vigência até 23/03/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1380/2021, de 29/03/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.973/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 603/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 24.327.156-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Talita Bresolin – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida José Cunha Netto, 388, no Município de Califórnia e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6665/2022, de 24/10/2022, com vigência até 15/02/2033.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2408/2020, de 23/06/2020, com vigência até 01/07/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/07/2024 a 01/07/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.974/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 615/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.044.429-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Evolução Centro Cultural de Apucarana – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rubi, 233, no Município de NRE de Apucarana,

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro Educacional e Cultural Zohp Ltda.-ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5013/2016, de 09/11/2016, com vigência até 02/02/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1876/2020, de 21/05/2020, com vigência até 18/06/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 19/06/2024 a 18/06/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.975/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 591/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.579.631-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Marumbi – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Sete de Setembro, 199, do Município de Marumbi, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1438/2018, de 03/04/2018, com vigência até 10/09/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2583/2021, de 10/06/2021, com vigência até 27/10/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 28/10/2025 a 27/10/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.976/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 587/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.621.855-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2033, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professor Alcides Ramos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rio Iguaçu, 10, no Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4800/2020, de 07/12/2020, com vigência até 31/12/2023.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.978/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 598/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.412.793-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2022 até 31/12/2028, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Professor Paulo Artigas de Cristo – Ensino Fundamental, situada na Estrada Principal do Canelão, s/n, no Município de Itaperuçu, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2532/2019, de 04/07/2019, com vigência até 31/12/2021.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.979/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 612/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.713.102-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, situado na Avenida João Batista Stocco, 836, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 692/2018, de 22/02/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.981/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 612/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.775.856-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Nona Joana, situado na Rua Maria Geronasso do Rosário, 412, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 665/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.982/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 612/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.853.673-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, situado na Rua Pato Branco, 27, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 691/2018, de 22/02/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.983/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 612/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.421.495-9,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 11/02/2026 até 10/02/2036, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Carrossel, situado na Rua das Dálias, 05, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 299/2016, de 04/02/2016, com vigência até 10/02/2026.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.984/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 613/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.853.764-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Brilhantes, situado na Rua Alfredo Puppi, 94, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 667/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.985/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 613/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.854.012-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 24/05/2018 até 23/05/2026, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Vó Jandira, situado na Rua da Pedreira, 874, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2135/2013, de 06/05/2013, com vigência até 23/05/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.986/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 617/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.103.443-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Oscar Joseph D'Plácido e Silva – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Rio Piraquara, 810, do Município de Pinhais, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1920/2020, de 22/05/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4346/2021, de 21/09/2021, com vigência até 06/07/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 07/07/2025 a 06/07/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.988/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 570/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.450.499-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Ari Beraldin, situado na Rua Belo Horizonte, 46, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5515/2023, de 15/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.989/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 643/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.170.431-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Super Ativa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, localizado na Avenida Alderico Bandeira de Lima, 381, do Município de Campina Grande do Sul, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Coser e Coser – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda – ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4480/2016, de 10/10/2016, com vigência até 27/09/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida Resolução n.º 3348/2022, de 09/06/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.990/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 619/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.882.987-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Carlos Alberto Ribeiro – Ensino Fundamental e Normal, situado na Travessa Jacob Budel, 36, do Município de Bocaiuva do Sul, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7732/2022, de 28/11/2022, com vigência até 31/12/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 7732/2022, de 28/11/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.991/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 893/2025, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e o contido no protocolado n.º 24.762.875-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Emília Capelini Valenga – Ensino Fundamental, situada na Rua Duarte da Costa, 381, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3500/2025, de 30/06/2025, com vigência até 01/08/2032.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5114/2016, de 17/11/2016, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A renovação da autorização é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166815/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.071/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2700/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.305.714-0,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola Rainha do Carmelo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Dino Veiga, 555, no Município de Bandeirantes, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto Rainha do Carmelo, criada pela Ata datada de 26/07/2025 e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Estatuto Social, registrado no Serviço de Registro de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Bandeirantes, sob n.º SFTD3hQIDpdyPAeXoGGzF102q, de 08/08/2025, e inscrita no CNPJ sob n.º 58.039.361/0001-21.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos e do Ensino Fundamental (anos iniciais),

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

com implantação simultânea na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166842/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.959/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 876/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.709.207-4,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Eron Domingues – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Mem de Sá, 1615, no Município de Marechal Cândido Rondon, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4482/2021, de 24/09/2021, com vigência até 02/02/2032.

§ 2º A Resolução n.º 938/2025, de 21/02/2025, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2027.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025, excepcionalmente, e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2028 a 31/12/2032. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.960/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2673/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.718.194-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Tancredo Neves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, 2521, do Município de Santa Helena, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2703/2020, de 22/07/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 623/2021, de 05/02/2021, com vigência até 31/12/2023.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.961/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 930/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.153.011-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Augustinho Donin – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Paulo VI, 441, no Município e NRE de Toledo,

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5914/2017, de 13/11/2017, com vigência até 31/10/2027.

§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 4618/2020, de 27/11/2020, com vigência até 08/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 09/12/2025 a 08/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.962/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 551/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.107.571-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Luterano Rui Barbosa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Dom Pedro I, 1151, do Município de Marechal Cândido Rondon, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela AIVARB – Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Rui Barbosa e obteve a renovação do credenciamento

para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1305/2018, de 27/03/2018, com vigência até 07/03/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4988/2020, de 10/12/2020, com vigência até 10/06/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 11/06/2025 a 10/06/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.963/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 225/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.346.470-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Indígena Arandu Guarani – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Agostinho Areco, 49, Município de Terra Roxa, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8506/2023, de 30/11/2023, com vigência até 01/12/2028.

§ 2º A Resolução n.º 8506/2023, de 30/11/2023, autorizou o funcionamento dos referidos ensinos, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2024 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.964/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 617/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.084.176-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Jardim Maracanã – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Arlei Leonardi, s/n, do Município e NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4419/2022, de 28/07/2022, com vigência até 13/04/2032.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4139/2021, de 13/09/2021, com vigência até 24/11/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 25/11/2025 a 24/11/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.965/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 589/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 22.329.676-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Paulo Freire – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Sete de Setembro, 2441, do Município de Marechal Cândido Rondon, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1381/2022, de 29/03/2022, com vigência até 31/12/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 7504/2022, de 17/11/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.966/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 609/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.377.823-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Rural São Judas Tadeu – Ensino Fundamental, situada na Rua Ela Livi, s/n, no Município de São Pedro do Iguaçu, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 4101/2020, de 21/10/2020, com vigência até 31/12/2024.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.967/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 575/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.373.098-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Nereu Ramos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, no Município de Santa Helena, NRE de Toledo.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4661/2020, de 30/11/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.968/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 904/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.897.691-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Antônio Garcez Novaes – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Perdizes, 910, no Município de Arapongas, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4454/2016, de 06/10/2016, com vigência até 13/04/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 1203/2021, de 18/03/2021, com vigência até 26/10/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 27/10/2025 a 26/10/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166812/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.836/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2649/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.224.951-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal do Campo São Roque – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade São Roque, do Município de Pinhão, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3871/2025, de 14/07/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 992/2023, de 23/02/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.837/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 504/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.552.207-1,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Professora Regina Tokano – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Dinamarca, 382, do Município de Uraí, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2954/2022, de 31/05/2022, com vigência até 05/11/2032.

§ 2º A Resolução n.º 4275/2022, de 26/07/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 01/02/2027.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/02/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 02/02/2027 a 01/02/2032. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.849/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 522/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.979.161-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Maria Pereira – Ensino Fundamental, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida, 400, do Município de Leópolis, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1296/2020, de 30/04/2020, com vigência até 04/03/2025.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 05/03/2025 a 04/03/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1048/2023, de 23/02/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/25 a 31/12/29. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.851/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 862/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.598.140-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Professor Mário Miguez de Mello Filho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rocha Pombo, 371, do Município de Araruna, NRE de Campo Morão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1363/2021, de 26/03/2021, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2710/2022, de 20/05/2022, com vigência até 31/12/2025. **§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.852/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 579/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.697.033-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 27/10/2025 até 26/10/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Pio XII – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Paraná, 171, no Município de Barra do Jacaré, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4734/2021, de 06/10/2021, com vigência até 26/10/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.853/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2652/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.800.099-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Helena, situado na Rua Presídio Borbas, 861, do Município de Bom Sucesso do Sul, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7327/2022, de 17/11/2022, com vigência até 24/11/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 959/23, de 23/02/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.854/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 594/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.956.526-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 11/10/2016 até 10/10/2026, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal São Cristóvão – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Augusto Brustolin, s/n, no Município de Coronel Vivida, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3724/2011, de 25/08/2011, com vigência até 10/10/2016.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.860/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 883/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.515.835-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual João Afonso de Camargo – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua José Ribeiro, 01, do Município de Mandirituba, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 973/2023, de 23/02/2023, com vigência até 05/04/2032.

§ 2º A Resolução n.º 6215/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.861/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 223/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.293.964-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), e do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo Joana Gurski – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Independência, s/n, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2165/2025, de 22/04/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 4987/2023, de 31/07/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.862/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 233/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.788.092-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Doutora Zilda Arns Neumann – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Manoel Correa, 500, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1447/2017, de 06/04/2017, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 3578/2020, de 16/09/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.863/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 232/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.776.546-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professor João Nerli da Cruz – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 111, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2363/2025, de 28/04/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 3769/2022, de 30/06/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.864/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 246/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.557.119-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Sebastião Cardoso Leal – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Casemiro Karman, 1134, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2361/2025, de 28/04/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 4160/2022, de 25/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.865/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 624/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.824.761-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Evolutiva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Veríssimo Marques, 1565, do Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Vovó Dody – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda - ME., e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 449/2020, de 18/02/2020, com vigência até 12/04/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1563/2021, de 12/04/2021, com vigência até 31/12/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.866/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2708/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.511.493-3,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola Rural Mato Preto – Ensino Fundamental, situada na Rua José Rossa, 2530, Anexo 2112, no Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Escola Rural Mato Preto Ltda., criada pela Ata datada de 03/09/2024 e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41212511100, de 06/05/2024, e inscrita no CNPJ sob n.º 46.229.678/0001-41.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 07 (sete) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação gradativa na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, o período ausente de credenciamento para a oferta da Educação Básica e de autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), desde 27/01/2025.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.867/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 626/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 22.376.503-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua do Expedicionário, 364, do Município de Quitandinha, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5150/2025, de 15/09/2025, com vigência até 16/07/2030.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4161/2022, de 25/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.868/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 591/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.824.193-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Barão de Antonina – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Francisco Xavier da Silva, 606, do Município de Rio Negro, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3363/2019, de 26/08/2019, com vigência até 20/03/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1086/2021, de 10/03/2021, com vigência até 27/02/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 28/02/2025 a 27/02/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.869/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 590/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.619.803-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Acesso Campo Largo – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Rui Barbosa, 1041, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Inspira Sul Participações S/A e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5151/2025, de 15/09/2025, com vigência até 01/07/2035.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3902/2022, de 06/07/2022, com vigência até 19/04/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 20/04/2025 a 19/04/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.870/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 470/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.857.211-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo Albino Olegário de Proença – Ensino Fundamental, situada

na Rua número 1, s/n, do Município de São Jerônimo da Serra, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2513/2022, de 10/05/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2514/2022, de 10/05/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.871/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 530/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.843.733-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 14/04/2025 até 13/04/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Argenede Motta Prodossimo – Ensino Fundamental, situada na Rua Suzano Anastácio da Silva, 259, no Município de Leópolis, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 655/2015, de 30/03/2015, com vigência até 13/04/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.872/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 540/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.862.589-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Dom João Bosco – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Coroados, 1083, no Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3564/2023, de 02/06/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

165705/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.873/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 542/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.983.026-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Major João Carlos de Faria – Ensino Fundamental, situada na Rua Palmas, 176, no Município e NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5783/2021, de 30/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.874/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2655/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.105.771-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Criança Sorriso, situado na Rua Vereador José Costa, 135, Município e NRE de Assis Chateaubriand.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1734/2020, de 15/05/2020, com vigência até 04/03/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 631/2021, de 08/02/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.875/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2654/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.207.898-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias, situado na Rua Januário Pinheiro, s/n, do Município de Nova Aurora, NRE de Assis Chateaubriand.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1164/2021, de 16/03/2021, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1164/2021, de 16/03/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.876/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2656/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.479.519-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Professor Arlindo de Castro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Professora Desauda Bosco da Costa Pinto, s/n, do Município de Morretes, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2081/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2081/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 2082/2024, de 15/04/2024, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.877/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 926/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.120.240-2,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual Deputado Aníbal Khury – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Doutor Euclides Penteado de Almeida, s/n, do Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5100/2025, de 11/09/2025, com vigência até 31/12/2035.
§ 2º A Resolução n.º 6142/2024, de 25/09/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 01/01/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.878/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 852/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.147.891-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual do Campo de Rio do Couro – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade Rio do Couro, no Município e NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1757/2021, de 22/04/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.879/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 640/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.815.341-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 20/12/2025 até 19/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Terra Firme – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Deputado Carneiro de Campos, 507, no Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Terra Firme Associação de Ensino Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3786/2021, de 25/08/2021, com vigência até 19/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.880/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 650/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.118.246-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vital Brasil, 447, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6296/2022, de 10/10/2022, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2345/2023, de 24/04/2023, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.881/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 614/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.145.106-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Dona Carola – Ensino Fundamental, situada na Rua Solimões, 290, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1385/2020, de 04/05/2020, com vigência até 05/12/2026.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3368/2023, de 29/05/2023, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá/solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o/ prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.882/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 645/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.054.691-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Positivo Júnior – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Marcelino Champagnat, 733, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Positivo Educacional Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3603/2017, de 08/08/2017, com vigência até 21/11/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2095/2017, de 15/05/2017, com vigência até 31/12/2021.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2026. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.883/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 626/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 23.748.644-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1653/2021, de 15/04/2021, com vigência até 01/07/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/07/2025 a 01/07/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.884/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 647/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.454.843-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Santa Edwiges – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Desembargador Munhoz de Mello, 846, do Município e NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Educacional e Cultural Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3912/2017, de 22/08/2017, com vigência até 06/02/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4360/2020, de 23/11/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.886/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 586/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.186.424-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues – Ensino Fundamental, situada no Prolongamento da Rua Amapá, 832, no Município de Terra Rica, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 51/2022, de 06/01/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.887/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 572/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.774.074-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 04/04/2025 até 03/04/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Alvino Mendonça, situado na Avenida Ipiranga, s/n, no Município de Alto Paraná, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2752/2021, de 25/06/2021, com vigência até 03/04/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.888/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 631/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.837.053-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 04/04/2025 até 03/04/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Afonso Amadeu, situado na Rua Antônio Marengoni, 2460, no Município de Guairaçá, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 803/2020, de 12/03/2020, com vigência até 03/04/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.889/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 642/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.111.650-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Barão do Rio Branco – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua São Tomé, 339, no Município de Inajá, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1120/2020, de 08/04/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A Resolução n.º 184/2025, de 17/01/2025, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2028.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2029 a 31/12/2033. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.890/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 909/2025, do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.852.555-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Professora Elza Grassiotto Caselli – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Francisco Alves do Nascimento, 380, do Município e NRE de Paranavaí.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 77/2022, de 07/01/2022, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3533/2022, de 21/06/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.902/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 905/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.760.793-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, da Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Belarmino de Mendonça, 621, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3216/2017, de 20/07/2017, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5910/2022, de 20/09/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino, é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.903/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 10/2021, 03/2013, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 592/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.282.947-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Francisco Neves Filho – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Tenente Coronel Carlos Souza, 20, do Município de São João do Triunfo, NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5997/2023, de 28/08/2023, com vigência até 19/07/2033.

§ 2º A Resolução n.º 3430/2023, de 29/05/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 16/06/2025

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 16/06/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 17/06/2025 a 16/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.904/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 622/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.742.622-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 21/08/2024 até 20/08/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Vitorino Barbiero – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nereu Ramos, 283, do Município de São Miguel do Iguaçu, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1766/2021, de 22/04/2021, com vigência até 20/08/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166017/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.905/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 593/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.443.226-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Ulysses Guimarães – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Bartolomeu de Gusmão, 3535, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5620/2017, de 26/10/2017, com vigência até 05/10/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3576/2021, de 12/08/2021, com vigência até 20/11/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 21/11/2025 a 20/11/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.906/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 641/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.955.149-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Rural Municipal Eurides Martins – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Bairro Capinzal, s/n, no Município de Piraí do Sul, NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6325/2023, de 11/09/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.907/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 617/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.384.895-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Vinícius de Moraes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Luciano Ferreira dos Santos, 790, do Município e NRE de Dois Vizinhos.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1076/2019, de 21/03/2019, com vigência até 12/11/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1935/2020, de 22/05/2020, com vigência até 06/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 07/12/2024 a 06/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.908/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 609/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.152.732-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual do Campo Nova Sant'Ana – Ensino Fundamental, situada no Distrito Nova Santana, do Município de São Jorge D'Oeste, NRE de Dois Vizinhos.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4352/2021, de 21/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.909/2025 – GS/SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 620/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.013.129-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo de Vila Velha – Ensino Fundamental, situada na Rua Lagoa Dourada, 269, no Município e NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5249/2021 de 03/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.910/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 646/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.591.651-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 15/10/2024 até 14/10/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Reino, situado na Rua Gentil Stresser, 16, no Município de Castro, NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3179/2025, de 26/07/2021, com vigência até 14/10/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.911/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 599/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.187.142-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 11/12/2025 até 10/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Professora Darlene de Jesus Pissaia Moreira – Ensino Fundamental, situada na Estrada de Catanduvas de Fora, s/n, no Município de Carambeí, NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3664/2019 de 23/09/2019, com vigência até 10/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.912/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2664/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.402.001-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Educare – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Goioerê, 2320, do Município e NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Educare Educação Infantil – EIRELI – ME e Educare Ensino Fundamental – EIRELI - ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5696/2017, de 31/10/2017, com vigência até 02/07/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4287/2021, de 17/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.913/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 578/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.974.376-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Irmã Inês Vailatti – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada

na Rua das Cerejeiras, 808, no Município de Porto Barreiro, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3810/2020, de 23/09/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.914/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 584/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.058.264-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Divina Providência, situado na Rua Inês Vailatti, s/n, no Município e NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3808/2021, de 26/08/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166021/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.915/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 628/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.623.546-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Olga Benário Prestes – Ensino Fundamental e Médio, situado no Assentamento Celso Furtado, do Município de Quedas do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3368/2019, de 26/08/2019, com vigência até 10/06/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5286/2021, de 04/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.916/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 609/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.210.140-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Padre Gerson Galvino – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Sete de Setembro, 1711, no Município e NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2470/2021, de 02/06/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.917/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 633/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.940.116-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Rural Irineu Mendes Machado – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, no Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 579/2021, de 02/02/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.918/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 577/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.690.995-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Arnoldo Gomes de Salles – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Rio Bananas, no Município de Nova Laranjeiras, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5754/2022, de 15/09/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.919/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 581/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 17.726.046-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2022 até 31/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Itamara, situado na Rua Apucarana, 244, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3034/2021, de 05/08/2019, com vigência até 31/12/2021.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.920/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 583/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.662.074-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Girassol, situado na Rua Judith Schluga, 600, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 662/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.921/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 586/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.158.869-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Parque Santa Terezinha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Maria Francelina da Silva, 160, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1436/2023, de 14/03/2023, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.922/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 594/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.443.422-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 05/09/2018 até 04/09/2028, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Abgail Cândido Krasota – Ensino Fundamental, situada na

Rua Sérvulo César Santos, 180, no Município de Tunas do Paraná, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3708/2013, de 13/08/2013, com vigência até 04/09/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.923/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 597/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.852.955-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Arco-Íris, situado na Rua Curió, 576, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1152/2018, de 19/03/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.924/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 598/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.271.857-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/05/2025 até 30/04/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Rural Municipal Carmela Dutra – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Estrada do Mato Grande, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3249/2020, de 18/08/2020, com vigência até 30/04/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.531/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.808.195-3,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação, a denominação da Escola Municipal do Campo Vital Brasil – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Norberto Barbosa, 2544, do Município de Campina do Simão, NRE de Guarapuava, para Escola Municipal do Campo Professora Tatiane Roncaglio Kaszczuk – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3329/2020, de 20/08/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A alteração da denominação está amparada na Lei Municipal n.º 886, de 08 de abril de 2025.

Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Republicada por conter incorreções

166024/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.925/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 588/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 22.390.420-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Conselheiro Carrão – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Dr. Simão Kossobudski, 151, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5224/2016, de 23/11/2016, com vigência até 24/11/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3597/2020, de 16/09/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/25 a 31/12/29. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.926/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.735.094-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Eurides Brandão – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Jair Coelho, 260, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 513/2020, de 02/03/2020, com vigência até 02/07/2028.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7709/2022, de 28/11/2022, que continua em vigor para a oferta do Curso nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.927/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.700.980-9,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Antônia Molina Bella, 610, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 40/2016, de 06/01/2016, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7708/2022, de 28/11/2022, que continua em vigor para a oferta do Curso nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.928/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.210.949-0,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Alfredo Parodi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Esperidião Kalluf, 125, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2771/2015, de 10/09/2015.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7724/2022, de 28/11/2022, que continua em vigor para a oferta do Curso nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.929/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2666/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.389.195-7,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Colégio Cidadão do Amanhã – Curitiba – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vereador Antônio Carnasciali, nº 512, no Município e NRE de Curitiba.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.932/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 875/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.819.066-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, em Tempo Integral, presencial, do Colégio Estadual Unidade Polo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Dona Sophia Rasgulaeff, 885, no Município e NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1956/2022, de 18/04/2022, com vigência até 26/09/2030.

§ 2º A Resolução n.º 7705/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.933/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 880/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.229.371-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, subsequente ao Ensino Médio, presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto, situado na Rua Natal, 2800, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5189/2025, de 15/09/2025, com vigência até 31/12/2035.

§ 2º A Resolução n.º 8266/2023, de 21/11/2023, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 04/06/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 04/12/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 05/06/2025 a 04/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.934/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 865/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.894.011-7,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto, situado na Rua Natal, 2800, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5189/2025, de 15/09/2025, com vigência até 31/12/2035.

§ 2º A Resolução n.º 7718/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.935/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 896/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.229.019-4,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Agronegócio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, presencial, do Colégio Estadual Cívico-Militar Amâncio Moro – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Margarida, 504, do Município de Corbélia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3175/2018, de 09/07/2018, com vigência até 12/07/2028.

§ 2º A Resolução n.º 7701/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.936/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 945/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 21.292.915-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professora Alci Assunta Ceresoli Steuernagel – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Xambre, 225, do Município de Capitão Leônidas Marques, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 280/2018, de 18/01/2018, com vigência até 21/11/2027.

§ 2º A Resolução n.º 6972/2023, de 27/09/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 01/07/2026.

§ 3º O reconhecimento é concedido, excepcionalmente, no período de 01/07/2023 a 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.937/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 848/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.845.389-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o prazo do credenciamento do polo de apoio presencial situado na Avenida Carlos Gomes, 3942, do Município e NRE de Cascavel, como unidade descentralizada da Escola de Ensino Médio Dom.

§ 1º A instituição de ensino sede, situada na Avenida Maurício Cardoso, 353 – 5º e 6º andares, no Município Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, é mantida pelo Centro Educacional Dom Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Deliberação n.º 232/2024 – CEE/RS, de 06/03/2024, com vigência até 02/04/2028.

§ 2º O polo de apoio presencial obteve o último prazo do credenciamento concedido pela Resolução nº 7823/2023, de 06/11/2023, para a oferta do Ensino Médio, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a distância, com vigência até 02/04/2025.

§ 3º A renovação do credenciamento é concedida no período de 02/04/2025 até 02/04/2028. A direção da instituição de ensino sede deverá solicitar a renovação do credenciamento do referido polo 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Determinar que a guarda e a expedição da documentação escolar de todos os alunos matriculados no polo seja de responsabilidade da instituição de ensino sede.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.938/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 928/025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.211.696-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Francisco Pires Machado – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Carajás, 175, do Município e NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5055/2021, de 22/10/2021, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5055/2021, de 22/10/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.939/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 929/025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.318.040-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Professor Becker e Silva – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Visconde de Taunay, 1145, do Município e NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7231/2023, de 16/10/2023, com vigência até 11/05/2034.

§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 1036/2023, de 23/02/2023, com vigência até 23/01/2026.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/01/2026 a 23/01/2031. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o

prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.940/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.249.706-8,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução n.º 2835/2020, de 29/07/2020, do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, situado na Rua Dourado, s/n, do Município de São Pedro do Paraná, NRE de Loanda, mantido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único: O § 1º do Art. 2º fica alterado de: "A Resolução nº 2163/1992, de 07/07/1992, autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos"; para "A Resolução nº 2163/1992, de 07/07/1992, autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º".

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.941/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 09/2002, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2668/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.253.506-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Colégio Estadual Indígena Nitótu – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Sete de Setembro, 1901, do Município de Clevelândia, NRE de Pato Branco.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 924/2025, de 20/02/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3997/2024, de 26/06/2024, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.942/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 617/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.170.775-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Interventor Manoel Ribas – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Laurindo Flávio Scopel, 141, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1942/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 8232/2023, de 21/11/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.943/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 575/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.885.421-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal São Francisco de Assis – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Lambedor, no Município de Verê, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4661/2023, de 17/07/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.944/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 566/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.529.029-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2021 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Barão de Capanema – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Espírito Santo, 1205, no Município de Capanema, NRE de Francisco Beltrão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1337/2019, de 08/04/2019, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.945/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 587/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.525.628-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Frei Deodato – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua São Judas Tadeu, 299, no Município e NRE de Francisco Beltrão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2915/2022, de 30/05/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.946/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 24.980.332-4,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, de forma provisória, a Escola do Bosque Mananciais – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Giocondo Felippi, 1174, no Município e NRE de Francisco Beltrão, e autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e do Ensino Fundamental (anos iniciais), pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data da publicação da presente Resolução.
Parágrafo Único: A instituição de ensino é mantida pela Associação de Educação Personalizada. A direção da instituição de ensino deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresentar no mesmo protocolado, a documentação para o credenciamento, para a oferta da Educação Básica e autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e autorização para a oferta do Ensino Fundamental (anos iniciais), definitivos.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.950/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 618/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.170.590-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Afrânio Peixoto – Ensino Fundamental, situada na Rua XV de Novembro, 306, no Município de Abatiá, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6684/2022, de 24/10/2022, com vigência até 22/03/2032.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4235/2021, de 15/09/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.951/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 575/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.820.956-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 26/09/2025 até 25/09/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Professor José Alvir Ilkiu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Colônia Anta Gorda, no Município de Porto Vitória, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2817/2015, de 15/09/2015, com vigência até 25/09/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.952/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 632/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.825.717-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 10/03/2026 até 09/03/2036, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo João Staniszewski – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Taquaral do Bugre, do Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 591/2016, de 23/02/2016, com vigência até 09/03/2026.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.953/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 632/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.770.517-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 10/03/2026 até 09/03/2036, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Prefeito Tertuliano de Almeida Faria – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Emboque, no Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 592/2016, de 23/02/2016, com vigência até 09/03/2026.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.954/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 890/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.860.296-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Classes Especiais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Emílio Ribas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Paranaguá, 68, do Município de Jardim Alegre, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 112/2025, de 10/01/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3484/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.955/2025 – GS/SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 900/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.941.118-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Bento Viana – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Bela Vista, s/n, do Município e NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 569/2017, de 23/02/2017, com vigência até 17/10/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3484/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.956/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 914/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.975.661-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Maria José de Andrade Moura – Ensino Fundamental, situada na Rua Tiradentes, 295, do Município de Lidianópolis, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 576/2017, de 23/02/2017, com vigência até 06/01/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3202/2020, de 18/08/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.957/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer Normativo n.º 01/2018 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, e o Parecer n.º 606/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.785.147-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2025, as atividades escolares da Escola Municipal do Campo João Pessoa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município e NRE de Ivaiporã, com as ofertas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais).

Parágrafo único: A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 574/2017, de 23/02/2017, com vigência até 06/12/2026.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 4651/2011, de 28/10/2011, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e as autorizações concedidas para o funcionamento das ofertas citadas no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade do Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Município.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.958/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 941/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.223.837-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Gastronomia – Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, em Tempo Integral, do Colégio Estadual Barão do Cerro Azul – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Praça Professor Milton Pirolo, 385, do Município e NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 429/2017, de 17/02/2017, com vigência até 25/10/2026.

§ 2º A Resolução n.º 7514/2022, de 23/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023, exclusivamente para fins de cessação. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação do curso a partir de 01/01/2026.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

166498/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 657/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Dispõe sobre a suspensão dos prazos Administrativos e Termos de Ajustamento de Conduta*

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – FUNDEPAR,** no uso de suas atribuições legais**:**
CONSIDERANDO que tramitam por este Instituto Processos Administrativos e que contam com a atuação de advogados;
CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça;
CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução nº 320-OE, de 08 de novembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Paraná;
CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), suspende os prazos processuais na forma prevista em seu artigo 220;
CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 20.656 de 03 de agosto de 2021, em seu artigo 89 e o Decreto nº 10.615 de 16 de julho de 2025;
CONSIDERANDO que a existência de critérios conflitantes quanto à suspensão do expediente administrativo gera incerteza e insegurança entre partes do processo, advogados e a Administração,

RESOLVE:

Art. 1. Suspender os prazos processuais, a publicação de Resoluções e Portarias, bem como a intimação de advogados para a apresentação de Defesa Prévia, Alegações Finais e Recursos entre os dias 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026 em Processos Administrativos e Termos de Ajustamento de Conduta.
Art. 2.º A suspensão não obsta a prática de ato processual necessário à preservação de direitos, nem impede a realização de audiência ou a publicação de Resoluções ou Portarias de natureza urgente e imprescindíveis para a preservação de direitos.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Digitalmente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

166756/2025

PORTARIA N.º 656/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 9772/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações, Perícias e Construções Ltda*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.962.142-0**,**

RESOLVE:

Art. 1. Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 9772/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Engenharia de Avaliações, Perícias e Construções Ltda, para a execução de serviços comuns de engenharia, melhorias, Colégio Estadual Odete Borges Botelho, localizado no município de Pitangueiras /PR .
I - Gestor Titular: Jessica Elizabeth Gonçalves Pieri – RG 4.XXX.284-5 – CPF XXX.692.909-XX e Suplente: Juliana Soares Sella de Godoy Bueno – RG 6.XXX.182-6 – CPF XXX.185.639-XX;
II - Fiscal Titular: Rafael Pessoa da Motta – RG 6.XXX.416-4 – CPF XXX.827.119-XX - CREA/PR 151677-D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo e Suplente: Marcia Nunes Cordeiro de Souza – RG 10.XXX.231-6 – CPF XXX.386.929-XX - CREA/PR 179.046/D, pertencente ao Quadro dos Funcionários da Educação Básica.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Adriano Mariot - CREA/PR 71.459/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

166689/2025

PORTARIA N.º 654/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4489/2025 - Fundepar, celebrado a empresa MATT Construtora de Obras Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 22.058.808-4,

RESOLVE:

Art. 1. Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato Administrativo n.º 4489/2025 – Fundepar, celebrado com a empresa MATT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., para execução da construção da Unidade Nova Escolar Colégio Estadual Interventor Manoel Ribas, localizada no Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR:
I – Gestor Titular: Azemir Muller – RG 8.XXX.194-1 - CPF XXX.569.729-XX e Suplente: Alzemiro Prando – RG 4.XXX.077-4 – CPF XXX.367.649-XX;
II – Fiscal Titular: Andrei Manoel Reolon – RG 9.XXX.891-9 – CPF XXX.827.119-XX - CREA/PR 175.928 /D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo, e Suplente: Gary Alysson Moreira Furtado de Souza – RG 11.XXX.032-5 – CPF XXX.341.399-XX - CREA/PR 196.912/D, pertencente ao Quadro do Fundepar;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Vinicius Maronezi - CREA/PR 134.638/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 424/2025 - FUNDEPAR, publicada no DIOE n.º 11947 de 21 de julho de 2025.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

166820/2025

PORTARIA N.º 653/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 9773/2025 – FUNDEPAR celebrado com a empresa DFG Empreendimentos e incorporações Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.989.459-1,

RESOLVE:

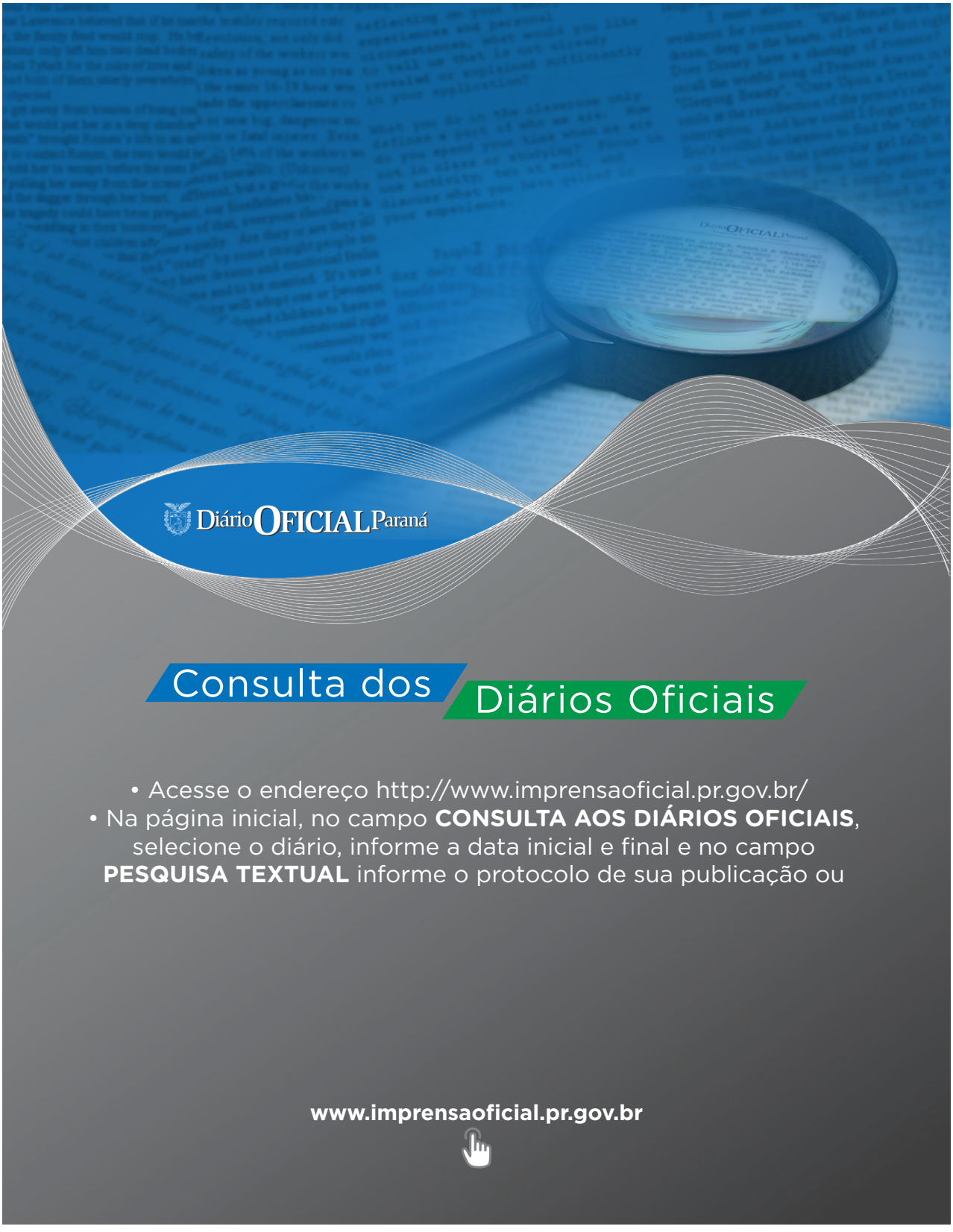
Art. 1. Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do Contrato nº 9773/2025– FUNDEPAR, celebrado com a empresa DFG EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA., para a execução de serviços de engenharia - melhorias no Colégio Estadual Cívico-Militar Rosa Delúcia Calsavara, localizado no município de Cambira/PR:
I - Gestor Titular: Vladimir Barbosa da Silva – RG 4.XXX.654-3- CPF XXX.186.059-XX e Suplente: Roberto Antônio Tassi – RG 5.XXX.791-0 – CPF XXX.045.359-XX;
II - Fiscal Titular: Jony Mercis da Silva – RG 6.XXX.850-4 – CPF XXX.455.909-XX - CREA/PR 171.925/D, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM e Suplente Rennan Bonafé de Oliveira – RG 12.XXX.529-6 – CPF XXX.508.149-XX - CREA/PR 167.089/D, pertencente ao Quadro do Fundepar;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Adriel Demito Cardoso – CREA/PR 71679/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

166823/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

Portaria Nº 91/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000923/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 70.822.183,00 (setenta milhões e oitocentos e vinte e dois mil e cento e oitenta e três reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 2 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 91

Formalização 2025FC000923/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										192.000,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná										192.000,00
1302 - Diretoria Geral										192.000,00
F.13.02.04.122.05.8015 - Gestão Administrativa Casa Civil										192.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.96	0	Não definida	4100	9999999	192.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										70.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										70.000,00
2702 - Diretoria Geral										70.000,00
F.27.02.04.122.11.8041 - Gestão de Administração de Pessoal										70.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	70.000,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										10.000,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										10.000,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										10.000,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										10.000,00
	1	50	501	000250	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação										53.295.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										53.000.000,00
4101 - Gabinete do Secretário										53.000.000,00
F.41.01.12.368.32.8098 - Valorização da Educação Básica Administrativo										5.000.000,00
	2	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
F.41.01.12.368.32.8597 - Valorização da Educação Básica Magistério										48.000.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	7.000.000,00
	1	54	540	000145	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	41.000.000,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná										295.000,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná										295.000,00
F.41.30.12.368.32.8100 - Manutenção e Gerenciamento do CEPR										295.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	295.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.170.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										1.170.000,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										1.170.000,00
F.45.31.12.364.34.8119 - Gestão das Atividades Universitárias UEPG										1.170.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	1.170.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										698.087,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										147.318,00
5102 - Diretoria Geral										147.318,00
F.51.02.13.392.27.8392 - Fortalecimento das Políticas Públicas Culturais										147.318,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	1	50	500	000000	3.3.60.41	0	Não definida	4100	9999999	147.318,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura										550.769,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura										550.769,00
F.51.60.13.392.27.8382 - Fundo Estadual de Cultura FEC										550.769,00
	1	50	501	000250	4.4.41.42	0	Não definida	4100	9999999	44.445,00
	1	50	501	000250	3.3.41.41	0	Não definida	4100	9999999	98.524,00
	2	50	501	000250	3.3.41.41	0	Não definida	4100	9999999	407.800,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										152.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										152.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										152.000,00
F.65.30.20.122.22.8268 - Gestão Administrativa IAPAR EMATER										152.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	152.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										15.230.596,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades										230.596,00
6702 - Diretoria Geral										230.596,00
F.67.02.15.122.14.8272 - Gestão Administrativa SECID										230.596,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	185.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	45.596,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná										15.000.000,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná										15.000.000,00
F.67.74.16.482.16.8084 - Habitação Urbana										15.000.000,00
	1	50	500	000000	4.4.40.42	0	Não definida	4100	9999999	15.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										4.500,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										4.500,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										4.500,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										4.500,00
	1	50	501	000250	3.3.91.93	0	Não definida	4100	9999999	4.500,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	70.822.183,00
									Total Geral	70.822.183,00

Anexo à Portaria n° 91

Formalização 2025FC000923/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										192.000,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná										192.000,00
1302 - Diretoria Geral										192.000,00
F.13.02.04.122.05.8015 - Gestão Administrativa Casa Civil										192.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.96	0	Não definida	4100	9999999	192.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										70.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										70.000,00
2702 - Diretoria Geral										70.000,00
F.27.02.04.122.11.8041 - Gestão de Administração de Pessoal										70.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	37.951,00
	1	50	500	000000	3.1.90.92	0	Não definida	4100	9999999	32.049,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										10.000,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										10.000,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										10.000,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										10.000,00
	1	50	501	000250	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação										53.295.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										53.000.000,00
4101 - Gabinete do Secretário										53.000.000,00
F.41.01.12.368.32.8098 - Valorização da Educação Básica Administrativo										5.000.000,00
	2	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
F.41.01.12.368.32.8597 - Valorização da Educação Básica Magistério										48.000.000,00
	1	54	540	000145	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	41.000.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	7.000.000,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná										295.000,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná										295.000,00
F.41.30.12.368.32.8100 - Manutenção e Gerenciamento do CEPR										295.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.04	0	Não definida	4100	9999999	295.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.170.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										1.170.000,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										1.170.000,00
F.45.31.12.364.34.8119 - Gestão das Atividades Universitárias UEPG										1.170.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	1.170.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										698.087,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										147.318,00
5102 - Diretoria Geral										147.318,00
F.51.02.13.392.27.8392 - Fortalecimento das Políticas Públicas Culturais										147.318,00
	1	50	500	000000	3.3.90.31	46	Promoção do Salão Paranaense de Artes Visuais	4101	4106902	147.318,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura										550.769,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura										550.769,00
F.51.60.13.392.27.8382 - Fundo Estadual de Cultura FEC										550.769,00
	2	50	501	000250	3.3.90.48	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	343.800,00

1	50	501	000250	3.3.90.39	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	46.784,00
1	50	501	000250	3.3.90.47	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	10.000,00
1	50	501	000250	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	44.445,00
1	50	501	000250	3.3.90.36	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	5.000,00
1	50	501	000250	3.3.90.48	0	Não definida	4100	9999999	1.700,00
2	50	501	000250	3.3.50.41	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	16.000,00
2	50	501	000250	3.3.60.41	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	48.000,00
1	50	501	000250	3.3.50.41	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	35.040,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento									152.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná									152.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná									152.000,00
F.65.30.20.122.22.8268 - Gestão Administrativa IAPAR EMATER									152.000,00
1	50	500	000000	3.3.91.47	0	Não definida	4100	9999999	152.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades									15.230.596,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades									230.596,00
6702 - Diretoria Geral									230.596,00
F.67.02.15.122.14.8272 - Gestão Administrativa SECID									230.596,00
1	50	500	000000	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	45.596,00
1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	185.000,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná									15.000.000,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná									15.000.000,00
F.67.74.16.482.16.8084 - Habitação Urbana									15.000.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	43	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4106	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.93	0	Não definida	4100	9999999	1.051.616,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	67	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em São José dos Pinhais	4101	4125506	195.718,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	7	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Missal	4103	4116059	202.477,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	8	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Nova Esperança	4104	4116901	1,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	41	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4104	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	10	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Arapongas	4105	4101507	1,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	38	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4101	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	25	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Ponta Grossa	4106	4119905	54.790,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	42	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4105	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	23	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Palmas	4103	4117602	100.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	14	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Fazenda Rio Grande	4101	4107652	300.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	22	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Maringa	4104	4115200	636.265,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	47	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Cruzeiro do Oeste	4104	4106605	121.328,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	31	Famílias beneficiadas com ações habitacionais contemplando novas unidades, melhorias, reformas, ou por meio de auxílio financeiro e/ou de serviços - Programa FAR	4100	9999999	169.135,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	65	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Laranjeiras do Sul	4103	4113304	929.479,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	51	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Jacarezinho	4105	4111803	200.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	64	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Paranavaí	4104	4118402	297.553,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	40	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4103	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	62	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Colombo	4101	4105805	333.333,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	13	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Cianorte	4104	4105508	300.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	0	Não definida	4100	9999999	690.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	24	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Pato Branco	4103	4118501	150.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	11	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Astorga	4104	4102109	577.065,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	21	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Lapa	4101	4113205	300.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	66	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Quedas do Iguaçu	4103	4120903	3.228.207,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	2	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Capitão Leônidas Marques	4103	4104600	851.305,00
1	50	500	000000	4.4.90.39	39	Famílias beneficiadas com auxílio financeiro para melhorias ou reformas, em unidades habitacionais do meio urbano	4102	9999999	1.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	20	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Irati	4106	4110706	942.899,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	63	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Assis Chateaubriand	4103	4102000	193.333,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	29	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Telêmaco Borba	4106	4127106	1.146.689,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	12	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Campo Mourão	4104	4104303	15.412,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	4	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para para Pessoas Idosas sem moradia, em Ivaiporã	4105	4111506	487.223,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	19	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em Ibiporã	4105	4109807	300.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	9	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Santa Cruz de Monte Castelo	4104	4123303	571.946,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	56	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Realeza	4103	4121406	15.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	58	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Rio Bonito do Iguaçu	4103	4122156	50.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	27	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para pessoas idosas sem moradia, em São Mateus do Sul	4101	4125605	300.000,00
1	50	500	000000	4.4.90.51	46	Construção de novas unidades habitacionais ou melhorias ou reformas, para famílias do meio urbano de Coronel Domingos Soares	4103	4106456	283.225,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística									4.500,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem									4.500,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem									4.500,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										4.500,00
	1	50	501	000250	3.3.90.46	0	Não definida	4100	9999999	4.500,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	70.822.183,00
									Total Geral	70.822.183,00

166351/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00030/2025 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 16/12/2025 17:00 Afixada em: 01/12/2025

---

01) RELATOR(A) LUCIANA NARA TRINTIM

PAF: 6632946-1 - CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Representante : PAULO CESAR BISSANI
Recurso : Rec. Revisão Fazenda

---

02) RELATOR(A) PAULO CEZAR PEREIRA GRUBER

PAF: 6628968-0 - CM HOSPITALAR SA.

Procurador(es) : SAULO VINICIUS DE ALCANTARA
Representante : PAULO CESAR BISSANI
Recurso : Rec. Revisão Contrib

165485/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 703/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 25.067.946-7, RESOLVE:

Revogar os poderes conferidos de Agente da Autoridade de Trânsito junto a este Departamento de Estradas de Rodagem, dos Policiais Militares abaixo nominados, em virtude de ter sido transferidos de unidade:

GRADUAÇÃO	NOME	RG
Subten. QP PM	Jose Altair Rodrigues da Rocha	4.xxx.678-x
Cb. QP PM	João Batista Pinheiro	6.xxx.328-x

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

166877/2025

PORTARIA Nº 704/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 25.078.649-2, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
DESIGNAR	Filipe Fuzetti Penso, RG. 7.xxx.959-x	Mem. nº 204/2025 DAF/CI	Como **Gestor** do **Contrato nº CO 185/2025 DAF,** tendo como objeto: "Contratação de Licenciamento por assinatura dos softwares Natural on Windows e Entire Net-Work Client on Windows, incluindo serviços de manutenção e suporte técnico remoto Enterprise Active, pelo período de 12 meses."
DESIGNAR	Wilian Cardoso, RG. 35.xxx.057-x	Mem. nº 204/2025 DAF/CI	Como **Fiscal** do **Contrato nº CO 185/2025 DAF,** tendo como objeto: "Contratação de Licenciamento por assinatura dos softwares Natural on Windows e Entire Net-Work Client on Windows, incluindo serviços de manutenção e suporte técnico remoto Enterprise Active, pelo período de 12 meses."

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

166878/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 131/2025 - SEIA

Dispõe sobre a Designação de servidores para responderem pelas atribuições da Diretoria de Inteligência Artificial e da Diretoria de Relações Institucionais e Capacitação.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, conforme protocolo nº 25.038.525-0;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JOSE EDUARDO PADILHA DE SOUSA, CPF: XXX.373.119-XX, para responder pela Diretoria Inteligência Artificial – DIA.
Art. 2º Designar o servidor JULIO CESAR DE OLIVEIRA, CPF: XX.375.049-XX, para responder pela Diretoria de Relações Institucionais e Capacitação - DRIC.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 25.038.525-0

166528/2025

Resolução nº 132/2025 - SEIA

Designa servidores para as funções de gestor e fiscal do contrato nº 7621/2024 – Lumi Logística de unidade Móvel ltda.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, protocolo nº 21.564.732-3;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor FABIO RICARDO CORRALES MARTINS, CPF nº XXX.038.619-XX, para atuar como fiscal do Contrato nº 7621/2024, cujo objeto é o Projeto Agência de Inovação Móveis - Carreta da Inovação que envolve o planejamento detalhado, as tratativas com às Prefeituras Municipais.

Art. 2º Designar o servidor LEONARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA, CPF nº XXX.183.039-XX, para atuar como gestor do Contrato nº 7621/2024, cujo objeto é o Projeto Agência de Inovação Móveis - Carreta da Inovação que envolve o planejamento detalhado, as tratativas com às Prefeituras Municipais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 089/2025

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 21.564.732-3

166537/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

A **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR -** Resolução nº36/2025, de 28 de Abril de 2025, publicada no DIOE nº 11893, em 30 de Abril de 2025, em substituição a Resolução nº 29/2024, de 20 de Maio de 2024, publicada no DIOE nº 11664, em 21 de Maio de

2024 - **Protocolado nº 21.254.419-1.**

Vem **INTIMAR** o servidor, **Orlei Do Pilar Gonçalves De Oliveira,** portador do RG sob nº 3.707.778-0, pertencente ao cargo de Agente de Segurança Socioeducativo - ASS/SEJU, da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, a comparecer no **DIA 05/12/2025 (CINCO DE DEZEMBRO DOIS MIL E VINTE E CINCO), das 09:00 às 16:15 HORAS**, na qualidade de investigado, acompanhado de seu defensor legal, para comparecerem, em atenção aos arts. 25 e 26, da Lei Estadual nº 20.656/2021; e aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 31, da Lei n. 20.656/2021 e art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal de 1988), em audiência de testemunhas e investigado. Para promover a apuração dos fatos narrados no protocolado nº **21.254.419-1**, configurado, em tese, por ter cometido irregularidades funcionais que violam os incisos I, III, V, VI e XVII, artigos 279, e inciso V, da alínea "b" e § 1º – 3º do art. 293, da Lei Estadual nº 6.174/70, conforme fls. 48 mov. 25.

Conveniente advertir que **o presente PAD dar-se-á continuidade independentemente do seu comparecimento**, conforme preconiza o art. 26, §1º, inc. V da Lei nº 20.656/2021, bem como, nomear-se-á um defensor dativo para o acompanhamento das oitivas de testemunhas, conforme se prescreve no art. 137, Paragrafo único da Lei em tela.

Define-se que compete ao seu advogado notificar as testemunhas arroladas pela sua defesa acerca do local e horário de presença às oitivas, conforme se vislumbra no *caput* do art. 455, do CPC; cujos comparecimentos deverão ser confirmados a esta Comissão de PAD.

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

(Assinado digitalmente)
Gilmar Furman de Mendonça
Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

166554/2025

Despacho nº 1811/2025
(Protocolo nº 24.847.072-0)

I. AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Resolução SEJU nº 53/2025, no Decreto nº 11379/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.02)**; a Informação Técnica nº 353/2025 – NFS/SEJU **(mov.25)**, bem como a Informação Técnica nº 369/2025 – AT/SEJU **(mov.51)**, a **contratação por Ata de Registro de Preços SEI-CED 536/2024**, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 1858/2024 – Lote 29 e 30**, via Sistema de Registro de Preços – SRP, realizado pela Secretaria de Estado da Administração Pública – SEAP, cujo objeto é aquisição de canetas esferográficas para atender as demandas da Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJU e da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo – CGS, a ser formalizado com a empresa **P&M COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 36.417.713/0001-00**, no valor total de **R$ 503,50 (quinhentos e três reais e cinquenta centavos)**.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.
Fabiana Cristina de Campos Romanelli

Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

166566/2025

Despacho nº 1825/2025 – DG/SEJU
(Protocolo nº 23.445.634-2)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, com fundamento no Despacho s/n – Casa de Semiliberdade de Toledo **(mov.224)**, na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.247)**, bem como na Informação Técnica nº 374/2025 – AT/SEJU **(mov.253)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor de ANGELI ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 07.079.886/0001-50**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 400/2025 – NFS/SEJU **(mov.249)**, a realização da despesa no valor de **R$ 2.946,88 (dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, referente prestação de serviços contínuos de alimentações à Casa de Semiliberdade de Toledo, correspondente ao período de **01 de outubro de 2025 a 09 de outubro de 2025.**
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
III. DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba 03 de dezembro de 2025.
Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

166856/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Resolução nº 227/2025 – SEMIPI/DG

Designar servidor para a função de gestor e fiscal do Contrato Administrativo nº 9025/2025, no âmbito da Secretaria de Estado Da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI (protocolo 24.929.560-4)

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Estadual n.° 21.352, de 1° de janeiro de 2023, bem como as atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 001/2023/SEMIPI, de 23 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Chefe do Núcleo Administrativo Setorial como GESTOR do Contrato Administrativo nº 9025/2025, firmado com a empresa RM PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA., CNPJ XX.196.XXX/0001-XX.

Art. 2º. Designar a servidora Pollyanna Medeiros, portadora da cédula de identidade RG nº X.250.XXX-9 SSP/PR, como FISCAL do Contrato Administrativo nº 9025/2025, firmado com a empresa RM PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA., CNPJ XX.196.XXX/0001-XX.

Art. 3. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

(assinatura eletrônica)

DIEGO BULIGON

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

166682/2025

Resolução nº 228/2025 - SEMIPI/DG

Súmula: Designar servidor para responder pelas atribuições de Chefe de Coordenação de Fomento ao Artesanato, no período de férias da titular, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e a Resolução nº 051/2023-GAB/SEMIPI, publicada no DIOE PR edição 11523 de 17/10/2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 493, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.359, de 13 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Taciana Cristina Nonato Antunes Mendes, portadora da cédula de identidade RG 8.XXX.496-X SSP/PR**,** para

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

responder pelas atribuições de Chefe de Coordenação de Fomento ao Artesanato, no período de férias da titular, Pollyanna Medeiros, portadora da cédula de identidade RG 8.XXX.357-X SSP/PR, no período de 09 a 18 de dezembro de 2025.
Art. 2º A substituição, se dará enquanto perdurar o gozo do período de férias supramencionadas, cessando a substituição em caso de interrupção do período de férias.
Art. 3º Publique-se.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

(assinatura eletrônica)

Diego Buligon

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

166683/2025

RESOLUÇÃO nº 229/2025 SEMIPI/GAB

Habilita o município de Guaporema para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;
Considerando o Decreto Estadual nº 9.543, de 10 de abril de 2025, que institui o Plano Paraná Mais Cidades IV;
Considerando a Deliberação nº 044/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI/PR), que dispõe sobre a utilização do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR no âmbito do Plano Paraná Mais Cidades IV;
Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa;
Considerando a Resolução nº 195/2025 – SEMIPI, que disciplina o atendimento a obras autorizadas no âmbito do Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC-IV; e
Considerando o contido no protocolo nº 24.230.999-5,

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Guaporema para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, nos termos da Resolução nº 195/2025 – SEMIPI, art. 1º, §4º, tendo como objeto a reforma e ampliação de instituição de acolhimento para pessoas idosas.

Art. 2.° Conforme §4º do art. 1º da Resolução nº 195/2025 – SEMIPI, o município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.
Parágrafo único. O descumprimento do disposto no §4º do art. 1º da Resolução nº 195/2025 – SEMIPI ensejará na revogação da presente Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
assinatura eletrônica

166684/2025

RESOLUÇÃO nº 230/2025 SEMIPI/GAB

Habilita o município de Guaratuba para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado,

Considerando o art. 45 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa;

Considerando a Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa; e

Considerando o contido no protocolo nº 24.403.441-1

RESOLVE:

Art. 1.° Habilitar o município de Guaratuba para etapa de aprovação de documentação de engenharia e autorização para licitar, prevista no Capítulo V da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, tendo como objeto a reforma de imóvel para implantação da Casa da Mulher Paranaense.

Art. 2.° O município deverá seguir os procedimentos dispostos no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI, inclusive quanto ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a publicação desta Resolução para entrega da documentação técnica de engenharia.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no artigo 22 da Resolução n° 025/2025 – SEMIPI ensejará na revogação desta Resolução.

Art. 3.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Leandre Dal Ponte

Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

assinatura eletrônica

166699/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 318/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.943.540-6
ASSUNTO: Solicitação de aquisição de 3 (três) unidades de bebedouro industrial 110 v 50 L, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 2047/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 547/2024, Lote 3, cuja empresa vencedora do certame é B9 BEBEDOUROS COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.XXX.249/0001-XX.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação por adesão ao Pregão Eletrônico n.º 2047/2024 DECON/SEAP;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestada por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
AUTORIZO a aquisição de 3 (três) unidades de bebedouro industrial 110 v 50 L, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 2047/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 547/2024, Lote 3, cuja empresa vencedora do certame é B9 BEBEDOUROS COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.XXX.249/0001-XX.
Valor total da contratação: R$ 5.120,16 (cinco mil, cento e vinte reais e dezesseis centavos).
Determino, ainda, a publicação da aquisição em sítio eletrônico estadual – Portal da Transparência – em atenção à Lei Federal n.º 12.527/2011, à Lei Estadual n.º 16.595/2010 e ao artigo 8º do Decreto Estadual n.º 10.285/2014. O ato de autorização da despesa deverá ser publicado nos moldes do § 1 do art. 1º da Lei Estadual n.º 16.595/2010.

Curitiba, 2 de dezembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

166455/2025

SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE OUTUBRO/2025

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

29/10/2025 CEDIPI/PR

Ao vigésimo nono dia do mês de outubro do ano de 2025, às 9h00, em primeira convocação e às 9h15, em segunda convocação, na sala de gestão do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, 7º andar – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR e pela plataforma do GoogleMeet pelo link: http://meet.google.com/fcf-oigy-eth, foi dado início a Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para a qual os conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado, a Vice-Presidente Célia de Jesus Souza Messias de Paula solicitou em primeira chamada à apresentação dos conselheiros presentes: **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Liza Marie Fortes (SETR); Titular: José da Silva Nunes (SEES); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Titular: Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR); Titular: Sebastião Cavalcanti Neto (SETI); Titular: Simone Schermak das Neves (SEED); Titular: Paula Cristina Calsavara (SEDEF); Suplente: Luana Venâncio (SEDEF); Titular: Eliane Mara Rebelo (SEAB); Suplente: Janaína Fátima e Souza Rodrigues (SEMIPI), Titular: Maria Marta Sienna (SEEC); Suplente: Adriane Miró Vianna Benke Pereira (SESA); **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Rubens Bendlin (ASP); Titular: Célia de Jesus Souza Messias de Paula (ISCMC); Titular: Bernadete Dal Molin Schenatto (IAPPESP); Suplente: Manoel do Carmo da Motta (IAPPESP); Titular: Andréia Luciane dos Santos Neves (ASFAPIN); Titular: Maria Lourdes Menon Schram (PROVOPAR CASCAVEL); Titular: Cayo Miguel Angel Martin Cristobal (IPC); Titular: Adalziza Gomes da Silva (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Irani Roos (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Titular: Diones Lupércio Monteiro (CEGEN); Titular: Terezinha Correa Maciel Barbosa (API); Titular: Fernanda da Rocha Salles (Socorro aos Necessitados); Suplente: Luis Eduardo Alcântara Madureira (Socorro aos Necessitados); Titular: Marcos Aparecido Juncker (Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales). **Convidados (as) e Colaboradores:** Dra. Mariana Dias Mariano (CAOPI/MP); Beatriz Rosset (NFS/SEMIPI); Elias dos Passos Silva(NFS/SEMIPI); Aline Priscila dos Santos (NFS/SEMIPI); Giziane Rodrigues(NFS/SEMIPI); Edison Camargo (CPPI/SEMIPI); Vinícius Teixeira Motter (CPPI/SEMIPI); Amanda Nascimento (CPPI/SEMIPI); Micaele Alves Lauz (CPPI/SEMIPI); Ana Luz (CPPI/SEMIPI); Elaine Cristina Lima Scantamburlo (CPPI/SEMIPI); Thabata Larissa Pavilak (CPPI/SEMIPI); Janaína Vasconcelos (CPPI/SEMIPI); Luana Medeiros (CPPI/SEMIPI), Marjorie Cavalheiro (CPPI/SEMIPI), Gabrielle Fernanda Rocha Pinto (CPPI/SEMIPI), Augusta Zazula (CPPI/SEMIPI); João Toledo (CPPI/SEMIPI). **1) Abertura:** A Vice-Presidente Célia de Jesus Souza Messias de Paula inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, desejando uma ótima reunião. Passa a palavra a Conselheira Janaína Rodrigues que cumprimenta todos os conselheiros presentes, desejando um ótimo de reunião e trazendo os cumprimentos da Presidente Larissa Marsolik que está em viagem. Posteriormente passa a palavra para a Promotora de Justiça Dra. Mariana Dias Mariano, cumprimentando a todos os presentes, desejando uma ótima reunião. **2) Aprovação da pauta:** a Vice-Presidente Célia de Paula propõe duas inclusões de pauta: alteração de calendário de reuniões e II Encontro Cuida Mais. A pauta é aprovada. **3) Aprovação Ad Referendum:** São apresentadas para aprovação as Deliberações Ad Referendum nº019/2025, Ad Referendum nº020/2025, Ad Referendum nº021/2025, Ad Referendum nº022/2025, Ad Referendum nº023/2025 e Ad Referendum nº024/2025. Todos são aprovados. **4) Aprovação das atas enviadas:** foram encaminhadas as Atas da reunião plenária de setembro e extraordinária de outubro, as atas são aprovadas. **5) Informes da Secretaria-Executiva:** Foram expedidos cinco ofícios nº147 ao nº151, que tratam sobre a 8ª COEDIPI, Indicações dos delegados da 6ª CONADIPI e Envio do Relatório Final para a 6ª CONADIPI. Fluxo de encaminhamento de denúncia e qualificação da violação de direitos, Informações dobre a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e Informações sobre a realização das Conferências Municipais e Estadual do Paraná. Foram expedidos dois ofícios conjuntos. Foram deliberados seis Ad Referendum nº 019/2025 – Composição Grupo de trabalho na 8ª COEDIPI; Deliberação Ad Referendum nº 020-2025 – Vagas Remanescentes; Deliberação Ad Referendum nº 021-2025 – Composição Grupo de trabalho na 8ª COEDIPI (1); Deliberação Ad Referendum nº 022-2025 – Vagas Remanescentes; Deliberação Ad Referendum nº 023-2025 – Disposição Vagas Nacional Por Macro; Deliberação Ad Referendum nº024-2025 – Reunião 30.10.25. E as deliberações Deliberação nº 045-2025 – Errata do Regulamento da 8ª COEDIPI; Deliberação nº 048-2025 – Incentivo UNAPI; Deliberação nº 049-2025 – Incentivo CUIDA MAIS PARANÁ. Foram encaminhas as atas da reunião plenária de setembro e reunião extraordinária de outubro para contribuições e aprovação. Foi recebido o e-mail do Conselheiro Marcos Juncker se colando a disposição para representar o CEDIPI no JIIDOs. Próximas reuniões, dia 30/10 reunião plenária extraordinária de Avaliação da 8ª COEDIPI e no mês de novembro 18/11 as reuniões das comissões sebdo somente virtual e dia 26/11 reunião plenária presencial e virtual. **6) Informes da Conselheira Bernadete Schenatto – CNDPI:** A conselheira Bernadete Schenatto informa que participará da reunião da Comissão organizadora que terá início às 10 horas. **7) Informes da Mesa Diretora do CEDIPI/PR:** Não há informes. **8) Relato das Comissões Permanentes: 8.1 – Comissão de Políticas Públicas e Comunicação: Pauta permanente: Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores;** Segue abaixo o calendário proposto: **1º Semestre: MARÇO:** 20 de março – Dia Nacional e Estadual do Cuidador de Pessoas Idosas. **ABRIL:** 06 DE Abril: Dia Mundial da Atividade Física e Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **MAIO:** 15 de maio: Dia Internacional da Família. **JUNHO:** 1ª semana de junho: Semana Estadual de Prevenção de Acidentes Domésticos Com Pessoas Idosas (Lei 18.952/2017). 15 de junho: Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa. 24 de junho: Dia Mundial de Prevenção de Quedas. Acompanhar a execução dos Jogos Integrados da Pessoa Idosa – JIIDOs em Junho. **JULHO:** 26 de julho: Dia Nacional dos Avós. **2º Semestre: SETEMBRO:** 10 de setembro: Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. 21 de setembro: Dia de Conscientização sobre a Doença de Alzheimer. 30 de setembro – Conferencia Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; **OUTUBRO:** 1 e 2 de outubro Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.1º de outubro: Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa* **Art 45 Regimento**, mês da Pessoa Idosa. 1 a 5 de outubro – Fase Prata JIIDOS; Outubro Rosa – Mês de conscientização sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. **NOVEMBRO:** 23 a 28 de novembro – Fase Ouro JIIDOS; Novembro Azul – Mês de conscientização sobre a saúde do homem e a prevenção do câncer de próstata. **DEZEMBRO:** 1ª semana de dezembro: Conscientização e Combate ao HIV/AIDS em Pessoas Idosas (Lei 13.504/2017). 16, 17, 18 e 19: Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Informa-se que foram incluídas no calendário institucional as campanhas de conscientização Outubro Rosa e Novembro Azul, a serem realizadas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nos meses de outubro e novembro, respectivamente. **Sugestão de encaminhamento: Os conselheiros Rubens Bendlin e Adriane Miró propõem realização de live (roda de conversa) no dia XX/11/2025, com o tema: "O homem idoso". A conselheira Fernanda Salles e o conselheiros Luis Madureira sugerem o convite ao Dr. José Mário Tupiná Machado (Médico Geriatra). Também recomendam o convite a Uiara Raiana Vargas de Castro Oliveira Ribeiro, Presidente SBGG. Parecer da Comissão: Dia programado para live 19/11 (quarta-feira). Parecer do CEDIPI: Aprovado. 2.2 – Programa Cuida Mais Paraná: Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas; Relato:** Registra-se que o Programa Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo, idealizado pela SEMIPI em articulação com a SEES e o CEDIPI-PR, tem por objetivo promover saúde, autonomia e convivência comunitária às pessoas com 60 anos ou mais. As ações contemplam exercícios físicos, estímulos cognitivos e momentos de socialização em espaços comunitários, com metodologia inclusiva e intergeracional. O programa, financiado pelo Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR/PR), priorizou, em 2024, municípios com menor Índice de Desenvolvimento Municipal e Conselhos da Pessoa Idosa ativos. **Protocolo 24.655.791-8 – Informações – Caderneta da Pessoa Idosa (https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-sesa@cb8a1d37-64b3-4dd4-a663-7b90a0f172e1&emPg=true) - Data de abertura: 12/09/2025 | Data da última movimentação: 24/10/2025:** "Informamos que a referida solicitação será atendida pelas conselheiras Giseli Rocha e Adriane Miró Vianna Benke Pereira na próxima reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná CEDIPI/PR." A distribuição teve início em dezembro de 2024, e até o momento, foram distribuídas cerca de 500 mil cadernetas para todos os municípios do Paraná, sendo a remessa inicial correspondente a 10% da população idosa local. Os municípios solicitam nova remessa a medida em que necessitam. Existe uma licitação em andamento para produção de quantitativo suficiente para atender toda população idosa do estado. A caderneta deve ser preenchida pelo profissional após avaliação e tem o objetivo de aprimorar a qualidade do cuidado ao permitir a transmissão de informações fundamentais para o manejo da saúde da pessoa idosa com segurança. A caderneta é um instrumento de comunicação entre os profissionais de saúde, usuários e sua família. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente. 2.3 – Programa Viaja Mais 60; Relato:** Registra-se que o Programa Viaja Mais 60 é resultado da parceria entre a SEMIPI, a SETU e o CEDIPI-PR, surgido da escuta das próprias pessoas idosas, que manifestaram o desejo de viajar mais. Trata-se de um projeto inovador de turismo social, inclusivo e acessível, que assegura o direito ao lazer e fomenta o desenvolvimento regional. A iniciativa é financiada por recursos do Tesouro Estadual e do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR/PR), repassados aos Fundos Municipais mediante critérios estabelecidos, contemplando a população idosa de forma responsável, sustentável e integrada. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente. 2.4 – Carteira da Pessoa Idosa Paranaense; Relato:** Informa-se que a Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa supervisiona a operacionalização da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense, instituída pela Lei Estadual nº 22.162/2024, a qual assegura gratuidade ou desconto no transporte intermunicipal às pessoas com 65 anos ou mais e renda de até dois salários-mínimos, inscritas no CadÚnico. O documento integra as ações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, com apoio a mutirões de emissão e divulgação junto aos municípios. Até 28/10/2025, foram emitidas cerca de 37.724 mil carteiras, número que evidencia crescimento em relação às 26 mil emitidas até setembro. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente. 2.5. – Programa de expansão da Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI); Relato:** Registra-se que o Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI), criado pela SEMIPI em parceria com a Unespar e o CEDIPI-PR, integra o projeto Unespar 60+ e visa promover o envelhecimento ativo por meio da educação continuada, da valorização da cidadania e da inclusão social. O programa surgiu a partir da escuta de pessoas idosas em diversas regiões do estado, que demonstraram o desejo de aprender continuamente e permanecer ativas. Para tanto, são ofertados cursos de extensão gratuitos, sem exigência de escolaridade mínima, abordando temas como direitos, saúde, inclusão digital, cultura, finanças pessoais e empreendedorismo. Atualmente, o programa conta com 10 municípios habilitados. No mês de Outubro, o CEDIPI/PR, por meio da Deliberação n° 048/2025, destinou o valor global de R$420.000,00 para os seguintes municípios: Adrianópolis, Amaporã, Antonina, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Curitiba e Planaltina do Paraná. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente. 2.6 – Protocolo n°15.960.134-0 – trata sobre Delegacia da Pessoa Idosa; Data de cadastro: 09/08/2019 – Data da última movimentação: 12/12/2024. Relato:** Informa-se à comissão que, no âmbito das ações da SEMIPI voltadas à proteção e ao atendimento da pessoa idosa, tramita o protocolo n° 15.960.134-0, que trata da criação de delegacias especializadas para esse público. Destaca-se que o protocolo em referência versa sobre a estruturação dessas unidades específicas, sendo recomendável o encaminhamento do feito à SESP/PR para viabilizar reuniões conjuntas com a SEMIPI, com o objetivo de tratar da criação das delegacias especializadas, bem como da definição de estratégias de capacitação continuada de profissionais, incluindo assistentes sociais e psicólogos, garantindo atendimento humanizado, escuta ativa e acolhimento adequado às vítimas. **Última movimentação com despacho: (29 de Junho de 2023): "**Envio anexo o ofício 029/2023 – CEDI/PR, no qual REITERA os ofícios de n° 002/2022/CEDI-PR e 044/2022/CEDI-PR, os quais solicitam agenda para Audiência com o Senhor Governador Carlos Massa Ratinho Júnior e Ministério Público do Estado do Paraná" **Protocolo n°24.135.104-1 – trata sobre Delegacia da Pessoa Idosa; Data de cadastro: 09/06/2025 - Data da última movimentação: 29/09/2025 (Arquivado).** Foi encaminhada informação ao Ministério Público do Estado do Paraná, comunicando que o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR mantém, como pauta permanente no âmbito da Comissão de Políticas Públicas e Comunicação, a deliberação referente à necessidade de fortalecimento da política estadual voltada à proteção da pessoa idosa, com especial destaque para a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Pessoa Idosa. Ademais, foi sugerido o encaminhamento do presente expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PR, com vistas à viabilização de reuniões conjuntas com a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, tendo por finalidade tratar não apenas da criação das referidas delegacias especializadas, mas também da definição de estratégias de atendimento e de capacitação continuada dos(as) profissionais que atuam diretamente nas forças de segurança pública, de modo a assegurar o acolhimento humanizado, a escuta ativa e o atendimento adequado às vítimas de violações de direitos. **Sugestão de encaminhamento: A comissão solicita a Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa que encaminhe para ciência desta comissão e plenária, a resposta apresentada no protocolo n° 24.135.104-1 que trata sobre Delegacia da Pessoa Idosa. Propõe-se o encaminhamento de ofício ao Governo do Estado do Paraná, com cópia às Secretarias atinentes ao tema (SESP, SEMIPI, SEJU), e também, às Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando a implantação de Delegacia Especializada da Pessoa Idosa no estado. Sugere-se o encaminhamento de ofício para ente federal, solicitando informações sobre a implantação de Delegacias Especializadas nos outros entes federativos da união. Também propõe-se expedição de ofício à SESP, com a solicitação de dados referentes ao número de atendimentos e encaminhamentos sobre a pessoa idosa. Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Não aprovado. Sugestão: Formação efetiva do GT com prazo de inicio e um parecer ao conselho dos encaminhamentos de forma efetiva (levantamento). Resgatar a memória da reunião com a SESP onde o MP sugeriu a representatividade para composição do GT. Proposta de**

constituição deste GT na plenária de Novembro, sendo definido que será construído um cronograma das reuniões, a comissão que ficará responsável pelo acompanhamento deste GT assim como, que esse grupo de trabalho se reunirá presencialmente e será estabelecido por este pleno um prazo de retorno das discussões das propostas referentes a criação de delegacias específicas para a pessoa idosa. – Aprovado. 2.7 – Protocolo n°22.873.660-0 – trata sobre contratação de um profissional para atuar na captação de recursos e para comunicação. Data de cadastro: 08/10/2024 – Data da última movimentação: 11/09/2024. Deliberação nº016/2023 – CEDIPI/PR; Art.1º Pelo aprovisionamento de recursos provenientes do Fundo Estadual do Idoso (FIPAR), fonte 258, no valor de R$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais). **III – R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)** para campanha e fortalecimento do Fundo Estadual do Idoso (FIPAR), inclusive na contratação de profissional para captação de recursos; **Relato:** Informa-se à comissão acerca da tramitação do protocolo em referência. Ressalta-se que, após consulta à PGE, o protocolo retornou para melhor instrução do processo, sendo necessário que os objetos das contratações sejam elaborados de forma detalhada, contemplando, no mínimo: - o **propósito e as atribuições de cada contratação**; - a **modalidade de contratação** (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica), incluindo justificativa para a escolha; - A comissão sugere em reunião (13/10) que a modalidade de contratação seja Pessoa Jurídica. - Campanha e captação de recurso por meio do imposto de renda ao FIPAR. - o **período ou prazo de execução dos serviços**; - A comissão sugere em reunião (13/10) que o período de prazo de execução de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses; - a **destinação específica de cada contratado** para dar continuidade às ações previstas (CEDIPI); - **Propósito da Contratação do Profissional de Captação de Recursos: Mapear e prospectar editais, contribuir para o fortalecimento da imagem institucional, elaborar e executar um plano de trabalho para captação de recursos financeiros para o FIPAR, por meio de imposto de renda Pessoa Física e Jurídica, editais, e relacionamento com governo estadual e federal. - Propósito para Contratação de empresa especializada em comunicação integrada, publicidade e marketing digital, para: Planejar e executar campanha de divulgação da captação de recursos; Produzir materiais gráficos, audiovisuais e conteúdos digitais; Gerenciar redes sociais, mídia paga e estratégias de engajamento; Monitorar indicadores de alcance, participação e conversão. -** a **vinculação dos profissionais a programas ou ações específicas**, garantindo alinhamento com os objetivos institucionais (CEDIPI): 1 – Captação FIPAR – Lei 11.863/97 - Art. 5°, X, e Art. 2°, VII. Lei 16732 - 27 de Dezembro de 2010. 1° Institui o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Estado do Paraná. - **Indicadores** de desempenho ou metas esperadas, que possibilitem acompanhamento e avaliação da execução (CEDIPI). 1 – Relatórios trimestrais; 2 – Meta financeira; Decidir em plenária valor de meta. Esse detalhamento é essencial para garantir a adequada instrução do protocolo, a conformidade com normas legais e regulamentares, e a abertura dos dois novos protocolos decorrentes. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. Meta Financeira: Aprovado – Unanime. 8.2 – Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais: 3. Pauta Permanente – Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores: 3.1 – Protocolo nº 24.118.838-8 – Ofício nº 125/2025 – CGOV-CR,** referente à solicitação de recursos para a construção do Lar de Idosos São Joaquim e Sant'Ana, no município de Campo Mourão; **Relato:** Informações contidas na última movimentação do protocolo – Despacho da Assessoria Técnica de Gestão e Informação à Diretoria Geral para análise. O presente protocolado refere-se ao pleito do município de Campo Mourão, o qual solicita recursos para construção de instituição de acolhimento de pessoas idosas. Conforme despacho de fls. 115-116, o Diretor Geral desta Secretaria manifestou-se: "em que pese a solicitação atenda a exigência documentais relativas a Resolução n°. 25/2025, o valor pleiteado extrapolada o limite fixado por esta Secretaria de Estado para as respectivas adesões. Considerando o valor pleiteado, a importância da obra registrada pela Coordenadoria de Políticas Pública da Pessoa Idosa e a inexistência de discricionariedade da Pasta, necessário que o pleito seja aprovado pela Casa Civil/Governadoria, o qual entende-se compatível com as políticas e programas de governo, em especial o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (Lei n°. 22.189/2024), determinando-se a destinação "vinculada" dos recursos para a consequente formalização da pactuação. Em caso de deferimento, considerando o porte da construção pleiteada, bem como as condições técnicas e operacionais de tramitação vinculada às obras de engenharia, recomenda-se que os recursos sejam alocados diretamente junto à Secretaria das Cidades-SECID, para fins de formalização do instrumento de repasse". No despacho de fl. 117 o DAE/CC, remetendo ao referido Despacho, consignou: "Considerando que o pleito foi abordado pelas referidas partes, Casa Civil e Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, bem como aprovado pelo Sr. Secretário João Carlos Ortega, e por não haver oposição desta Diretoria; Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA para análise e demais providências de estilo". A SEFA solicitou à SEMIPI o acostamento de documentos contendo o cronograma mensal de empenho e liquidação dos recursos para o corrente exercício, observando o princípio da anualidade do orçamento; e quadro de detalhamento de alocação dos recursos. (fls. 119). No que se refere ao cronograma, foi juntado às fls. 122-130. A CPPI encaminhou o processo ao Núcleo Fazendário Setorial solicitando "para que elabore o cronograma mensal de empenho e liquidação dos recursos referentes ao corrente exercício e o quadro de detalhamento de alocação dos recursos, conforme os valores e prazos informados pelo Município" (fls. 131). Considerando que conforme despachos de fls. 115-116 e 117 a alocação de recursos será feita na SECID, a qual formalizará o instrumento de repasse entende-se, salvo melhor juízo, que as informações orçamentárias deverão se dadas por aquele órgão. Desta forma, encaminho para análise desta Diretoria Geral e, caso assim compreenda, remessa do feito à SECID. **Parecer da Comissão:** O Despacho afirma o encaminhamento do pleito de Campo Mourão, reconhece que o pedido atende às exigências documentais da Resolução nº 25/2025, contudo, o valor solicitado ultrapassa o limite que a SEMIPI pode autorizar diretamente. Por isso, foi feita a sugestão de que o pedido fosse submetido à Casa Civil/Governadoria para validação, considerando a relevância social da obra e a compatibilidade com o Programa "Paraná Amigo da Pessoa Idosa" (Lei nº 22.189/2024). Em caso de aprovação, recomendou-se que o repasse fosse formalizado via Secretaria das Cidades (SECID), por se tratar de uma obra de engenharia, o que demanda tramitação técnica específica. O pleito de Campo Mourão foi aceito e teve parecer favorável dentro da SEMIPI e da Casa Civil. O processo segue regular, aguardando manifestação da Diretoria-Geral da SEMIPI para que, se assim compreender, realize a formalização da remessa do feito à SECID, onde serão tratados os aspectos orçamentários e de execução física da obra. Cientes do pleito, a comissão sugere que a pauta seja encaminhada para a comissão de orçamento, financiamento e fundo para acompanhamento. **Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. 3.2 – Monitoramento ARCPF: Relato:** Foi apresentado à comissão, dados referentes ao andamento das certidões de ARCPFs emitidas até o momento de acordo com informações repassadas pela servidora que atende a esta pasta, as quais são: - Protocolos em análise: 8 - ARCPFs emitidos: 368. - Municípios que não protocolaram até a presente data: 23 municípios: 1. Borrazópolis 2. Campina da Lagoa; 3.Conselheiro Mairinck; 4.Cruzeiro do Iguaçu; 5.Cruzmaltina; 6.Diamante do Norte; 7.Engenheiro Beltrão; 8. Imbaú; 9. Itaguajé; 10. Itambaracá; 11. Ivaté; 12. Lidianópolis; 13. Matinhos; 14. Missal; 15. Ortigueira; 16. Rio Branco do Ivaí; 17. Sabáudia; 18. Santa Lúcia; 19. Santa Maria do Oeste; 20. São José da Boa Vista; 21.São Pedro do Iguaçu; 22.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tunas do Paraná; 23. Turvo; Foi realizado contato via e-mail com os 399 municípios do estado, com o objetivo de disseminar orientações e garantir o acompanhamento dos processos relacionados ao ARCPF. Destaca-se que todos os documentos ARCPF com pendências ou que requerem emissão são encaminhados por e-mail aos respectivos municípios. Além disso, os municípios que ainda não protocolaram a abertura do seu ARCPF recebem notificação de alerta também por esse meio de comunicação. **Parecer da Comissão:** A comissão mantém a sugestão de que sejam enviados ofícios para os conselhos municipais cujas gestões ainda não protocolaram a solicitação do Atestado de Regularidade de Conselho, Plano e Fundo (ARCPF), tendo em vista a obrigatoriedade para acesso a repasses de recursos e deliberações. Importante ressaltar que esses municípios ficarão de fora das 2 novas deliberações aprovadas, principalmente do cuida mais – investimento. **Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime.**

8.3 – Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo: 4. Pauta Permanente – Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores; 4.1 – Relatório e balancete FIPAR; Relatório e balancete FIPAR – Mês de Setembro de 2025: Realizada a apresentação do balancete pela técnica Giziane Rodrigues, do NFS/SEMIPI, com o resumo das seguintes informações: **RESUMO:**

FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
BALANCETE	
RECURSOS FINANCEIROS – SETEMBRO/2025	
Considerando Lei 16.732/2010 que instituiu o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso e Decreto de Regulamentação da Lei 5612/2016	
(A) Saldo Financeiro em 31/12/2024	R$ 12.121.709,69
Saldo Financeiro em Conta Investimento 30/09/2025	**R$ 11.409.013,46**
PREVISÃO – RECURSO DO TESOURO DO ESTADO DO PR	**R$ 64.500.00,00**
DOAÇÕES FIPAR AGUARDANDO RECIBO DIRECIONADO	**R$ 157.988,46**
PASEP (1% DE RESERVA)	**R$ 3.762,33**
Valor RESERVADO Oriundo das Deliberações e Banco de Projetos	**R$ 68.987.129,94**
Banco de Projetos (Resumo) – Total Captado pelas OSC's	**R$ 43.746,94**
Deliberação nº 003/2022 – Aprovisionamento de recursos – Programa de capacitação estadual das instâncias de garantias de direitos da população idosa	R$ 1.000.000,00
Deliberação nº 036/2024 – Desenvolvimento de sistemas informatizados para a gestão da política da pessoa idosa	R$ 1.000.000,00
Deliberação nº 016/2023 – Aprovisionamento de recursos – Campanha e fortalecimento FIPAR	R$ 300.000,00
Deliberação nº 001/2025 – 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa	R$ 1.953.500,00
Deliberação nº016/2023 – Aprovisionamento de recursos – Serviço com materiais de Divulgação (Saldo)	R$ 189.883,00
Deliberação nº 024/2025 – Investimento em obras de construção, reforma e ampliação da política da pessoa idosa (Recurso do Tesouro/PREVISÃO)	R$ 64.500.000,00
SALDO LIVRE (SALDO EM CONTA + RECURSO TESOURO – RESERVA	**R$ 6.760.132,73**
Proposta de Reordenamento – Deliberação Nº 003/2022 – CEDI/PR	**R$ 1.000.000,00**
Saldo Deliberação CEDIPI/PR Nº 001/2025 – 8ª Conferência Estadual (Subtraindo dos dois milhões – valores a pagar)	**R$ 750.425,69**
SALDO LIVRE SETEMBRO / 2025	**R$ 8.510.558,42**

Considerando a reunião extraordinária realizada em 23 de outubro, na qual foi aprovado o reordenamento conforme descrito abaixo, apresentamos a seguinte demonstração:

SALDO LIVRE A DELIBERAR	**R$ 8.510.558,42**
PREVISÃO – Recurso do tesouro do Estado do PR (Acréscimo)	R$ 7.800.000,00
SALDO LIVRE A DELIBERAR	**R$ 16.310.558,42**

RESUMO	
Saldo Financeiro – Extrato Bancário 30/09/2025 – Temos:	R$ 11.409.013,46
Previsão – Recurso do Tesouro do Estado do PR – Temos:	R$ 72.300.000,00
Reordenamento da Deliberação Nº 003/2022 – CEDI/PR para "Saldo Livre/ Saldo a Deliberar"	R$ 1.000.000,00
Reordenamento da Deliberação Nº 001/2025 quanto ao Saldo Remanescente – 8ª Conferência Estadual	R$ 750.425,69
VALOR BRUTO FINANCEIRO FIPAR	**R$ 85.459.439,15**

Reservas (Deliberações+ Banco de Projetos+ Doações a Identificar)	R$ 69.148.880,73
SALDO LIVRE A DELIBERAR(Antes das Deliberações)	**R$ 16.310.558,42**

Deliberação Nº 048/2025 – UNAPI	R$ 420.000,00
Deliberação Nº 049/2025 – Incentivo Cuida Mais Envelhecimento Ativo – Investimento	R$ 15.640.000,00
Aprovação Deliberação Conferência Nacional (valor viagens – programação)	R$ 250.000,00
SALDO LIVRE APÓS APROVAÇÃO DELIBERAÇÕES 2025	**R$ 558,42**

Considerando a Deliberação CEDIPI/PR nº 015/2024, que estabelece a obrigatoriedade de apreciação e aprovação do relatório financeiro do FIPAR a cada trimestre, solicita-se a aprovação do relatório referente ao 3º trimestre do exercício de 2025. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. 4.2 – Apresentação imposto de Renda 2024/2025 – Pessoa Física e Pessoa Jurídica; Relato:** A equipe de Gestão de Fundos apresenta o panorama atualizado das captações de recursos provenientes do Imposto de Renda, com base nas informações consolidadas até agosto de 2025. O objetivo é comparar os resultados de 2024 e 2025, destacando a participação de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) nas doações. Em 2024, o total de recursos captados via Imposto de Renda foi de R$ 4.060.132,96, distribuídos da seguinte forma: * Pessoa Jurídica – Destinação Projetos Banco de Projetos: OSC's R$ 202.000,00 ; * Pessoa Jurídica - Fipar Livre: R$ 1.394.224,34; * Pessoa Física - R$ 150.719,12 ; * Pessoa Jurídica/Estatual – R$ 2.313.189,50. No exercício de 2025, considerando o período até agosto, o total captado soma R$ 326.360,93, sendo: * Pessoa Jurídica – Destinação Projetos Banco de Projetos: OSC's R$ 29.881,31; * Pessoa Jurídica - Fipar Livre: 0,00; * Pessoa Física - R$ 296.479,62 Considerando que, para o ano de 2025, os dados disponíveis referem-se apenas até o mês de agosto, não é possível avaliar, de forma conclusiva, a variação percentual total das doações. Contudo, observa-se um expressivo aumento de 96,6% na destinação proveniente do Imposto de Renda de pessoa física, passando de R$ 150.719,12 em 2024 para R$ 296.479,62 em 2025. Os dados de 2025 evidenciam um avanço significativo na participação das pessoas físicas nas destinações do Imposto de Renda, resultado direto da utilização crescente da opção de doação na própria Declaração do IR. Destacamos que, até agosto de 2025, ainda não há um valor expressivo de doações de pessoas jurídicas para compor o saldo livre. Observa-se, na tabela, que o maior valor foi destinado em dezembro de 2024, mês de fechamento do exercício, quando as empresas definem com maior assertividade o valor a ser destinado. Ainda sobre este ponto de pauta, reafirmamos que o Sr. Leudenir será convidado a participar da plenária do CEDIPI, em dezembro, com uma fala sobre o tema. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente – Unanime. 4.3 – Solicitação de prorrogação de prazo nas deliberações nº 015/2022, 016/2022, 019/2023, 024/2023; Relato:** A vigência dessas deliberações encerram no final do ano de 2025, e temos recebido oficios dos municipios justiticando que em virtude da transição de gestão, os municipios necessitam de um prazo maior para organizar os processos de execução. Sugere-se que seja acolhida a indicação de prorrogação para as Deliberações nº 015/2022, nº 016/2022, nº 019/2023 e nº 024/2023 para todos os municípios, por mais 12 meses, buscando garantir a viabilidade de recursos já nos fundos municipais . - Deliberação nº 015/2022: deliberacao_cedi_015-2022_-_cci_site_ok.pdf ; - Deliberação nº 016/2022: deliberacao_cedi_015-2022_-_cci_site_ok.pdf ; Deliberação nº 019/2023: deliberacao_cedi_019-2023_-_incentivo_centro_dia_e_outros.pdf; Deliberação nº 024/2023: https://www.cedipi.pr.gov.br/sites/cedi/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/del_024.2023_-_repasse_de_recursos_turismo.pdf . **Sugestão de encaminhamento: Oficiar todos os conselhos municipais quanto à sua prorrogação das deliberações nº 015/2022, nº 016/2022, nº 019/2023 e nº 024/2023, por mais 12 meses, bem como fomentar a execução dos recursos, via ofício do CEDIPI. Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. 4.4 – Lei de Regulamentação do Fundo;** O presente ponto de pauta é oriundo das discussões realizadas na última Reunião Plenária de Setembro/2025, onde a Conselheira Bernadete fomentou a discussão durante a leitura do ponto de pauta que tratou sobre o Banco de Projetos. Registra-se que o mesmo está sendo discutido na Comissão de Normas e Fiscalização. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente – Unanime. 8.4 – Comissão de Normas e Fiscalização: 1. Revisão da política da Pessoa Idosa – Leis / Decretos - Lei Estadual nº 11863 – 23/10/1997 – Lei de Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa:** A **Lei Estadual nº 11863/1997** dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e adota outras providências. Pauta 2.1 Lei Ordinaria nº 11863.1997.pdf. **Parecer da Comissão: A comissão resolve aguardar a manifestação e análise do Dr. Edison da área jurídica, no que diz respeito às alterações e da lei para subsidiar as discussões da próxima reunião da comissão. Parecer do CEDIPI: Ciente – Unanime. 1.2 – Protocolo nº 24.836.428-9 – Solicitação de inclusão da OAB/PR como membro consultivo no CEDIPI/PR.** A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná (OAB/PR) encaminhou ofício solicitando sua inclusão como membro consultivo no Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), conforme o previsto na Lei nº 11.863/1997. A entidade manifesta o interesse em colaborar com as políticas públicas voltadas à pessoa idosa e informa que indicará oportunamente seu representante, a ser designado pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da OAB/PR. A OAB/PR também requisita o envio do cronograma das reuniões já agendadas do Conselho, a fim de viabilizar o acompanhamento e a participação efetiva da instituição nas atividades e deliberações do CEDI. **Parecer da Comissão: De acordo, uma vez que a previsão de participação consultivo e fiscalizador já consta no Art.6º, parágrafo primeiro, da lei 11.863/97, a previsão da participação da OAB/PR com função consultiva e fiscalizadora do CEDIPI. Para tanto orienta a elaboração de Ofício para responder à OAB/PR. Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. 1.3 - Relato de denúncias de violências contra a pessoa idosa.** A respeito do Disque Idoso Paraná, destaca-se o posicionamento da presente comissão, manifestado na reunião, realizada em 26/08/2025, no sentido de que os dados referentes aos atendimentos e denúncias sejam apresentados de forma trimestral. Nesse contexto, informa-se que o Disque Idoso Paraná já está se adequando ao referido formato, estando prevista a divulgação dos próximos dados à comissão no mês de novembro. Eventualmente, informações excepcionais poderão ser apresentadas mediante solicitação prévia e inclusão em pauta. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente – Unanime. 1.3.1 – Inclusão de pauta: Protocolo 23.581.647-4 -** Questionamento do conselheiro Marcos Juncker de pessoa idosa morador do bairro Boqueirão, que desde 07/11/2024 está em encaminhamento de denúncia de maus-tratos, baseado em contatos de familiares, a pessoa idosa em questão permanece em situação de vulnerabilidade e risco. **Parecer da Comissão: Considerando a recorrente discussão sobre o caso, a comissão sugere que o Disque Idoso solicite a atualização do encaminhamento desta denúncia (protocolo 23.581.647-4). Parecer do CEDIPI: Encaminhamento do protocolo ao MP e realizada orientação ao conselheiro Marcos, para que direcione os familiares a busca do disque-idoso no atendimento presencial, objetivando otimizar a articulação com o território de Curitiba e oferta de escuta qualificada a família. Solicitar ao conselheiro Rubens Bendlin que integra o CMDPI para que solicite ao município de Curitiba o acompanhamento da pessoa idosa referendada no protocolo. - Aprovado – Unanime. 1.4 Análise do Ofício 82/2025, APP-SINDICATO. Em seguimento a análise do ofício 82/2025 APP SINDICATO, a comissão acata a análise aprofundada das médias dos rendimentos com e sem paridade do economista Cid Cordeiro da Silva, e solicitará assessoria jurídica da SEMIPI e OAB para elaboração da resposta à APP. Parecer do CEDIPI: Aprovado – Unanime. 1.5 Inclusão de pauta: A pedido da Comissão De Orçamento, Financiamento e Fundo, incluir na revisão das leis, para análise da lei 16.732/10 lei de criação de fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e o Decreto 5.612/16, que regulamenta o funcionamento do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Parecer da Comissão: A comissão realizará a revisão da lei e decreto de criação do fundo após a finalização da análise em andamento da lei de criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – lei 16.732/10. Parecer do CEDIPI: Ciente – Unanime. 9. Encerramento:** e nada mais havendo a tratar a Vice-presidente Célia de Jesus e a Conselheira Janaína Rodrigues agradecem a todos os presentes. Ata redigida pela secretária executiva Nancy Regina Shen.

166181/2025

SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ASSEMBLEIA EXTRaORDINÁRIA DE OUTUBRO/2025

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

30/10/2025 CEDIPI/PR

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de 2025, às 9h00, em primeira convocação e às 9h15, em segunda convocação, na sala de situação do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, 4º andar – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR e pela plataforma do GoogleMeet pelo link: http://meet.google.com/fcf-oigy-eth, foi dado início a Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para a qual os conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado, Presidente Larissa Marsolik solicitou em primeira chamada à apresentação dos conselheiros presentes: **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Liza Marie Fortes (SETR); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Titular: Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR); Titular: Larissa Marsolik (SEMIPI); Suplente: Bruno José Leonardi (SEEC) **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Rubens Bendlin (ASP); Titular: Célia de Jesus Souza Messias de Paula (ISCMC); Titular: Bernadete

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Dal Molin Schenatto (IAPPESP); Suplente: Manoel do Carmo da Motta (IAPPESP); Titular: Andréia Luciane dos Santos Neves (ASFAPIN); Titular: Maria Lourdes Menon Schram (PROVOPAR CASCAVEL); Titular: Cayo Miguel Angel Martin Cristobal (IPC); Titular: Adalziza Gomes da Silva (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Irani Roos (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Denise Oliveira Endoh Ougo (CEGEN); Suplente: Lucas Coelho Bellomi (Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes);Titular: Terezinha Correa Maciel Barbosa (API); Titular: Fernanda da Rocha Salles (Socorro aos Necessitados); Suplente: Luis Eduardo Alcântara Madureira (Socorro aos Necessitados); Titular: Marcos Aparecido Juncker (Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales). **Convidados (as) e Colaboradores:** Professor José Maia, Vinícius Teixeira Motter (CPPI/SEMIPI); DaAmanda Nascimento (CPPI/SEMIPI); Micaele Alves Lauz (CPPI/SEMIPI); Ana Luz (CPPI/SEMIPI); Elaine Cristina Lima Scantamburlo (CPPI/SEMIPI); Maria Eduarda Bordun Bertoldi (CPPI/SEMIPI); Janaína Vasconcelos (CPPI/SEMIPI); Luana Medeiros (CPPI/SEMIPI), Marjorie Cavalheiro (CPPI/SEMIPI), Gabrielle Fernanda Rocha Pinto (CPPI/SEMIPI), Augusta Zazula (CPPI/SEMIPI); João Toledo (CPPI/SEMIPI), Jose Roberto Jordao Junior (CPPI/SEMIPI), Kharin Thyemmi Yamanaka (CPPI/SEMIPI). **1) Abertura:** A Presidente Larissa Marsolik inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, desejando uma ótima reunião. A Presidente Larissa Marsolik informa da coleta dos dados de informações para a construção do Plano Estadual. Agradece a Comissão Organizadora da Conferência Estadual, da gestão atual e a gestão anterior, aos ex conselheiros Jorge Nei Neves, Adrianis Galdino Junior, os conselheiros Professor Sebastião Cavalcanti Neto, José da Silva Nunes que estavam envolvidos aos processos da UNAPI e do JIIDOs, agradece a SEMIPI por todo o apoio que obteve para realizar o processo conferencial. Passa a palavra a Vice-presidente Célia de Jesus Souza Messias de Paula que cumprimenta todos os conselheiros presentes, desejando um ótimo de reunião e de trabalho. Agradece a Presidente Larissa pelo apoio. É passada a palavra ao convidado Professor José Maia, que atuou no conselho por nove anos e enviou um poema que foi declamado pelo conselheiro Rubens Bendlin. E faz a leitura do poema em homenagem ao Dia Nacional da Pessoa Idosa – Balanço do Anoitecer. A Presidente Larissa Marsolik agradece e faz a menção do poema que remete honrar a pessoas, honrar pais, avós por toda a sabedoria. O Professor agradece pelas UNAPIs que estão nas universidades estaduais e algumas particulares. Que o conselho está presente nas universidades que pode unir as pessoas idosas gratuitamente em clima de conquista. **2) Aprovação da pauta: Aprovada. 3) Dinâmica de Avaliação Colaborativa da Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa –** Método: “Que Bom, Que Pena, Que Tal”, a conselheira Fernanda Salles explica a todos a dinâmica da avaliação, em que cada participante receberá três post-its de cores diferentes: a cor verde – Que Bom: aspectos positivos e pontos fortes da conferência, cor laranja – Que Pena: dificuldades, limitações ou aspectos que poderiam ser melhorados, cor amarela: Que Tal: idéias sugestões de melhoria ou inovação para o futuro. Os Temas principais são: 1. Organização e acolhimento; 2. Estrutura e acessibilidade do evento; 3. Conteúdo e programação; 4. Participação e representatividade; 5. Impacto e continuidade. As perguntas norteadoras foram. No Tema 1. Organização e acolhimento: **Pergunta** – Como foi a experiência de organização e acolhimento durante a Conferência? Credenciamento; Atuação da equipe de coordenação(acolhida, solução de problemas,…); Cumprimento do horário da programação. **Nuvem de palavras: Que Bom:** Equipe, organização, acolhimento, empatia, empenho, comprometimento. **Que Pena:** Participação, horário todos, cronograma, comprometimento, perfeito. **Que Tal:** Tempo, tempo livre, respeito, participação de mais pessoas idosas. 2 – Estrutura e acessibilidade do evento: **Pergunta** – O espaço físico, os materiais e os recursos atenderam às necessidades dos participantes? Local de realização da Conferência(acesso, segurança); Instalações físicas (iluminação, som, acústica, mobiliário, temperatura, acessibilidade); Material distribuído nas pastas; Alimentação oferecida. **Nuvem de palavras: Que Bom:** Conforto, excelente, ótimo, perfeito, muito bom. **Que Pena**: Poucos elevadores, rampas, tradutor de sinais. **Que Tal:** Local evento, elevador, baile, coffee, rampas, banheiros maiores. 3. Conteúdo e programação: **Pergunta –** Os temas e debates contribuíram para fortalecer a reflexão sobre os direitos da pessoa idosa? Temas abordados; Tempo destinado ao debate nos grupos; Cumprimento do Regimento Interno; carga horária e cronograma. **Nuvem de palavras: Que Bom:** Excelente, conteúdo, palestras, apresentação, palestrantes, momentos culturais. **Que Pena:** Tempo, Plenária, fala, carga, programação. **Que Tal:** Tempo, programação, período maior, cronograma. 4. Participação e representatividade: **Pergunta** – A diversidade de participantes (delegados, observadores, convidados) conseguiu se expressar e participar ativamente? Condição de participação (delegado/a. observador/a, convidado/a); Dinâmica dos grupos de trabalho e oficinas; Espaço para escuta e fala dos diferentes segmentos. **Nuvem de palavras: Que Bom:** Excelente, participação, ótimo. **Que Pena:** Observação, delegados, fala. **Que Tal:** Capacitação, delegados, tempo livre, incluir. 5. impacto e continuidade: **Pergunta –** Como esta Conferência contribuiu para fortalecer a política da pessoa idosa e o controle social no Paraná? “Direitos da Pessoa Idosa: desafios para o envelhecimento com dignidade no século XXI.” Ênfase no fortalecimento da participação social, na implementação das deliberações e na integração das políticas públicas. **Nuvem de palavras: Que Bom:** Conhecimento, transparência, palestras, participação, direitos, equidade. **Que Pena:** Trazer mais palestrantes, espaço de fala para os conselheiros, pouco tempo. **Que Tal:** Mais dinâmicas, vagas para municípios de pequeno porte, apresentações, transmissão pelo Youtube. **3. Encerramento:** e nada mais havendo a tratar a Presidente Larissa Marsolik e a Vice-presidente Célia de Jesus agradecem a todos os presentes. Ata redigida pela secretária-executiva Nancy Regina Shen.

166185/2025

Secretaria do Planejamento

IPARDES

PORTARIA N° 74/2025 – IPARDES

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, nomeado pelo Decreto n.º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15, do Regulamento do Instituto – Anexo do Decreto n.º 3.203 de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n.º 6.407 de 07 de junho de 1973,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a PORTARIA N° 56/2025 – IPARDES, de 01 de setembro de 2025, que designou o servidor Luís Carlos Firmino, CPF nº XXX.174.829-XX, como substituto do servidor Reynaldo Aquino de Paula, CPF nº XXX.119.019-XX, como Agente de Controle Interno, durante o período de 10/12/2025 a 19/12/2025.

Art. 2° Designar a servidora Rosana Maria Scheremetta, CPF XXX.829.939-XX, para substituir o servidor Reynaldo Aquino de Paula, CPF nº XXX.119.019-XX, como Agente de Controle Interno, durante seu período de férias (de 10/12/2025 a 19/12/2025).

Art. 3° Tal ato se dará em cumprimento dos artigos 10 e 11 (e seus parágrafos) da Instrução Normativa CGE N.º 02/2024.

Art. 4º Ficam mantidas as demais disposições da PORTARIA Nº 56/2025 - IPARDES, especialmente quanto ao período de substituição, que compreende de 15/09/2025 a 04/10/2025.

Art. 5° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 02 de novembro de 2025.

Jorge Augusto Callado Afonso

Diretor Presidente do IPARDES

166518/2025

PORTARIA N° 75/2025 – IPARDES

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, nomeado pelo Decreto n.º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15, do Regulamento do Instituto – Anexo do Decreto n.º 3.203 de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n.º 6.407 de 07 de junho de 1973,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leonardo Augusto Liedmann, CPF XXX.662.369-XX, para substituir a servidora Liliam Iara Mendes, CPF XXX. 535.009-XX, como Agente de Transparência e Ouvidoria, durante

seu período de férias (de 05/01/2026 a 28/01/2026).
Art. 2º Tal ato se dará em cumprimento dos artigos 10 a 11 (e seus incisos) da Instrução Normativa CGE nº 02/2024.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se.
Anote-se.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente do IPARDES

166524/2025

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 1887/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 14ª Regional de Saúde em Paranavaí, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.076.009-4**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **ALECIO CASORILIO JUNIOR**, RG nº 5.228.706-5, Auxiliar Administrativo, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 14ª Regional de Saúde, sede em Paranavaí, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **12/01/2026** a **23/01/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **ALANA APARECIDA DAS NEVES NOVAIS**, RG nº 7.689.210-5**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

166520/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1888/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional de Saúde, na 07ª Regional de Saúde em Pato Branco, durante a fruição de férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.078.280-2**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **GRAZIELLA POLETTO ZAGO**, RG 6.798.208-8/PR, Farmacêutico, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional de Saúde, Símbolo FCE-13, na 07ª Regional de Saúde, sede em Pato Branco, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **14/10/2025** a **28/10/2025**, em substituição, durante a fruição de férias do titular **FABIO BORDIGNON LAHUD**, RG 8.933.138-2/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

166521/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 419 – 2 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Nomeações para cargos em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados a partir de 08 de dezembro de 2025, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, para exercerem cargos em comissão na Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná:
EDILAINE ROBERTO DA SILVA BITTENCOURT, RG nº 8.XXX.737-X, Assistente Nível I, Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar – Hospital Zona Sul de Londrina;
PAULO ROBERTO MONTEIRO NETO, RG nº 52.XXX.678-X, Assistente Nível I, Assessoria Jurídica – Diretoria da Presidência.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

166243/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.832.841-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3112/2025,** processo nº **22.857.921-1** entre Gestor Estadual e o **Instituto de Saúde Lucena Sanchez - Instituto Lucena Sanchez**, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº 28.769.028/0001-07, CNES 2590182, com sede na na Avenida Brasil, nº 1725, Bairro Centro, no município de Ivaiporã, no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 91.553,08 (noventa e um mil quinhentos e cinquenta e três reais e oito centavos),** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

166216/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.047.243-9

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 2º, do Decreto nº 10.086 de 2022, Parecer nº15/2023 PGE e Resolução nº 180/2023 PGE, celebrar o **Termo de Cooperação**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Hospital Municipal Arnaldo Coneglian, inscrito no CNPJ/MF sob o nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CNPJ: 76.950.062/0001, em cumprimento ao objeto proposto assistência hemoterápica para fins transfusionais em pacientes atendidos pelo Hospital supracitado.

2. O presente Termo de Cooperação não envolve repasse de recursos.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências contidas na Lista de Verificação contida na Resolução nº 180/2023 PGE, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

166221/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 594 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
NOEL STIMER TEIXEIRA				30	22/12/2012	21/12/2017	16/02/2026	17/03/2026
30471547	1	NAXVIII	250319223					

165677/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 595 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
REGINALDO FANCHIN FILHO				90	21/06/2002	20/06/2007	04/02/2026	04/05/2026
20847328	1	NAXVIII	249026760		ACERVO ANTERIOR			

165678/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 596 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
DENISE CORDEIRO DE CRISTO				90	06/01/2014	05/01/2019	02/02/2026	02/05/2026
102794648	1	NAIV	248205989					

165679/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 597 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
EUNICE MARA WISNIEWSKI DA SILVA				30	22/12/2002	21/12/2007	15/02/2026	16/03/2026
62068981	1	NAXVIII	247750932					

165675/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 598 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MICHEL MICHELS DE OLIVEIRA				90	11/01/2010	10/01/2015	19/02/2026	19/05/2026
60047170	1	NAXIII	244538380					

165676/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 599 DE 02/12/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
LINCOLN COSTA SANTOS	96244720	1	NAVII	24850968.6	06/02/2026	05/02/2028	730

165713/2025

Secretaria da Segurança Pública

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO

NÚMERO DE REGISTRO	CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL - LEI 21.894 DE 3 DE ABRIL DE 2024	SERVIDOR
369/2025-CD	Art. 9º da LC nº 259/2023 e no inciso XXV do art. 5º da Lei Estadual nº 21.894/2024, classificadas como de menor potencial ofensivo, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 21.894/2024 c/c art. 4º do Provimento nº 1/2024 da CGPC	Ednon Pereira

165367/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

O Secretário de Estado da Segurança Pública, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei Estadual nº 14.133/2021, artigo 149 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

RESOLVE

TORNAR PÚBLICO todas as contratações públicas relacionadas abaixo, do período de 11 a 21 de novembro 2025, cujos motivos e fundamentações para os devidos consentimentos, encontram-se no bojo dos processos listados.

PUBLICAÇÃO DE 22/11 a 30/11

Protocolo	OSP	CNPJ	EMPRESA	VALOR
25.000.711-6	PMPR	76.051.036/0001-66	AGL - COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	R$ 1.798,00
24.986.880-9	PMPR	13.338.581/0001-18	RALTEC ELETRO AUTOMAÇÃO LTDA	R$ 415,05
25.040.009-8	DEPPEN	00.656.468/0001-39	Soma/PR Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	R$ 44.100,00
25.013.187-9	DEPPEN	27.066.602/0001-06	TS MEDICAL COMERCIO E SERVICO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E IMPORTACAO LTDA	R$ 472,50
25.025.783-0	PMPR	02.334.293/0001-79	MASTERSUL COMERCIAL LTDA	R$16.212.80
24.745.683-0	PMPR	42.334.856/0001-43	FÁBIO DE OLIVEIRA DE SOUZA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA	R$ 494,98
		23.217.514/0001-07	HUBNET E-COMMERCE LTDA - ME.	R$ 1999,98
24.845.523-3	PMPR	02.482.141/0001-13	DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	R$ 4.479,00
24.967.888-0	PMPR	76.051.036/0001-66	AGL - COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	R$ 3.494,20
24.966.195-3	PMPR	12.021.151/0001-05.	DIAG SOLUTION ARTIGOS MEDICOS LTDA	R$ 320,00
24.940.145-5	PMPR	31.722.206/0001-59	IVANETE APARECIDA MIRANDA	R$ 2.271,15
24.861.748-9	DEPPEN	60.600.406/0001-37	CARLOS L NEVES LTDA	R$ 51.999,00
25.025.375-3	PMPR	12.793.110/0001-37	SIGPLAST EMBALAGENS LTDA	R$ 102,60
24.998.285-7	PMPR	34.396.791/0001-32	ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA	R$ 1.824,00
24.579.605-6	DEPPEN	28.470.340/0001-03	Metrosaúde comercio de Materiais Medicos Hospitalares Ltda	R$ 1.950,00
		39.239.472/0001-37	MG35 ATACADO DA SAUDE LTDA	R$ 162,00
		31.673.254/0010-95	LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A	R$ 2.284,52
24.942.941-4	PMPR	76.051.036/0001-66	AGL - COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	R$ 4.495,00
25.039.372-5	PMPR	39.946.436/0001-03	KROMO DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.075,00
25.051.334-8	PMPR	04.162.170/0001-23	ESTRATTI VEGETALI FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO LTDA	R$ 560,00
25.051.645-2	PMPR	12.418.191/0001-95	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.489,50
25.052.103-0	PMPR	44.734.671/0022-86	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R$ 4.436,20
25.052.815-9	PMPR	44.734.671/0022-86	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R$ 226,80
24.927.486-0	PMPR	29.206.230/0001-93	PLENUS DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	R$ 9.341,16
		76.051.036/0001-66	AGL - COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	R$ 1.707,00
24.855.609-9	PMPR	48.496.674/0001-55	R&L COMERCIAL LTDA	R$ 67,20
		36.417.713/0001-00	P&M COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 16,80
25.024.652-8	DEPPEN	44.734.671/0022-86	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R$ 14.000,00
		07.752.236/0008-08	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	R$ 42.000,00
25.050.065-3	PMPR	39.946.436/0001-03	KROMO DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.867,5
24.701.131-5	PCP	11.909.227/0001-70	PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.	R$ 33.000,00
		63.067.904/0005-88	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	R$ 11.696,00

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166255/2025

RESOLUÇÃO N° 651/2025

Substituição de servidor em virtude de férias.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e o contido no protocolo nº 25.052.571-0

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor Diego de Oliveira Nogueira, CPF XXX.762.589-XX, para responder pelo Centro de Operações Integradas de Segurança Pública – DGPP/COISP, durante as férias do titular, no período de 08 de janeiro a 06 de fevereiro de 2026.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166531/2025

PORTARIA N° 371/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **FERNANDA DIEMER, CPF: XXX.875.109-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal e **WESCLEY RICARDO TEIXEIRA, CPF: XXX.468.918-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Regional Administrativa - Cascavel, para que, no **protocolo n° 25.094.525-6** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 24.407.263-1**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

166642/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 44/2025 - RETIFICADA

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **08 DE DEZEMBRO DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 109/2024/CSPC (digital 22.797.849-0) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADOS: TIAGO JOSÉ WLADYKA, Delegado de Polícia e FERNANDO GONÇALVES SANTOS, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUÍS ROMERO DE SOUZA – OAB/PR 50.530.
RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT.

PROT. 84/2024/CSPC (digital 22.665.035-0) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADO: HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADO: DR. RAMONN BALDINO GARCIA – OAB/PR 48.798.
RELATORA: DRA. MARITZA MAIRA HAISI.

PROT. 066/2008/CSPC (1004/2007/CGPC) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADO: DÉLCIO AUGUSTO RASERA, Agente de Polícia Judiciária aposentado.
ADVOGADO: DR. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA - OAB/PR 18.793.
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

166241/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 845 – DRH, 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando o contido no protocolo nº 24.999.938-5,

RESOLVE:

Art. 1º Realocar a pedido e ad referendum do Conselho da Polícia Penal, a servidora Luiza Mudrek, CPF XXX.763.908-XX, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Casa de Custodia de São José dos Pinhais para o Departamento de Polícia Penal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mauricio Ferracini dos Santos
Diretor-Geral em Exercício da Polícia Penal.

166248/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ATA Nº 44/2025

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala de Reuniões deste Conselho – Casa Rosada, localizada na Avenida Iguaçu, nº 470, Bairro Rebouças – Curitiba-PR, iniciou-se, de forma ordinária, a quadragésima quarta sessão do ano, sob a presidência do Dr. Silvio Jacob Rockembach, por videoconferência, com a presença em plenário dos Conselheiros Dr. Riad Braga Farhat, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Dra. Maritza Maira Haisi e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, bem como do Dr. Valmir Soccio, Secretário-Geral do Conselho. Participação também por videoconferência do Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e anunciou a **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 43/2025,** previamente afixada em edital disponível no Conselho no dia 18.11.2025 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 12.034 de 24.11.2025 para conhecimento dos interessados, na ordem seguinte: **PROT. 145/2024/CSPC (digital 22.699.813-6)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. RAMONN BALDINO GARCIA – OAB/PR 48.798. RELATORA: DRA. MARITZA MAIRA HAISI. Ausentes o acusado e seu defensor. Anunciado o procedimento, foi verificado pedido de adiamento do julgamento formulado pelo defensor do acusado, pelos motivos que expôs, com manifestação e voto favorável da Conselheira Relatora. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, foi colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pelo deferimento do pedido; II - pela retirada dos autos da pauta de julgamento e sua inclusão em pauta posterior. **PROT. 211/2021/CSPC (364/2021/CGPC)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **CARLOS MARCELO SAKUMA**, Delegado de Polícia aposentado. ADVOGADO: DR. NELSON MISUTA ÁGUILA – OAB/PR 78.726. RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE. Presentes o acusado e seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(...) Por fim, ressalta-se que o pagamento do imóvel foi realizado mediante transferência de valores da conta pessoal do acusado CARLOS MARCELO SAKUMA para a conta da vendedora, reforçando o conjunto probatório no sentido de que a transação se consolidou de forma legal, inexistindo assim qualquer ilicitude na conduta do processado. Em relação à processada GINEIDE BENTO DE SOUZA, assiste razão à autoridade processante, vez que tal acusada é servidora municipal que, à época dos fatos, atuava à disposição da Delegacia de Policia de Arapongas/PR. Assim sendo, para tais hipóteses, a legislação de regência disciplina que cópia dos autos da sindicância ou do processo devem ser remetidos ao órgão a que esteja vinculado o servidor, conforme preceituado no art. 97 da Lei n. 20.656/2021. a qual estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal especifica, no âmbito do Estado do Paraná, motivo pelo qual não se abordará nesse procedimento a responsabilidade funcional de tal acusada quanto às presentes imputações, devendo sua eventual responsabilidade administrativa ser aferida no bojo da Sindicância Administrativa nº 209/2023, instaurada com esse escopo. Por tudo exposto, conclui-se que a instrução processual não logrou êxito em comprovar as transgressões disciplinares imputadas ao processado CARLOS MARCELO SAKUMA, motivo pelo qual a absolvição é medida que ora se impõe. Assim, VOTO: 1. Pela ABSOLVIÇÃO do processado CARLOS MARCELO SAKUMA pelas infrações disciplinares previstas: FATO 01 (Organização Criminosa – artigo 2, caput e § 4º inciso II, da Lei nº 12.850/13) artigo 211, incisos II e IV, c/c artigo 230, inciso XI; e artigo 213, inciso XIV c/c artigo 230, inciso XII, todos c/c artigo 225, incisos II e V, da Lei Complementar nº 14/82 e suas alterações ora capituladas no art. 6º, inc. II e IV c/c art. 7º c/c art. 8º, inc. LX c/c art. 8º, § 1º, inc. III; FATO 02 (Corrupção Passiva - artigo 317, § 1, do Código Penal): artigo 211, incisos III e IV, c/c artigo 230, inciso XI; artigo 213, inciso XIV c/c artigo 230, inciso XII; e artigo 230, inciso II, todos c/c artigo 225, incisos I e V, da Lei Complementar n. 14/82 e suas alterações ora capituladas no art. 6º, inc. III e IV c/c art. 7º, art. 8º, inc. LX c/c art. 8º, § 1º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024; FATO 04 (Lavagem de ativos - artigo 19, caput, da Lei n. 9.613/98) - artigo 213, inciso XIV c/c artigo 230, inciso XII, da Lei Complementar nº 14/82 e suas alterações ora capituladas no art. 8º, inc. LX c/c art. 8º, § 1º, inc. III, todos da Lei n. 21.894/2024, postulando-se pelo arquivamento do presente procedimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em caso de condenação transitada em Julgado."* Proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que se absteve de proferir sustentação oral, protestando pela confirmação do voto apresentado pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após debatida, em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela ABSOLVIÇÃO do acusado CARLOS MARCELO SAKUMA, Delegado de Polícia aposentado, de todas as transgressões disciplinares que lhe foram imputadas na Portaria inicial, por não restarem caracterizadas; II – pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência, com a ressalva de desarquivamento para nova análise em caso de eventual condenação criminal com trânsito em julgado sobre os mesmos fatos. **PROT. 011/2024/CSPC (digital 22.501.820-0)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADA: **LUZINETE GOMES DE SOUZA**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. NELSON MISUTA ÁGUILA – OAB/PR 78.726. RELATOR: DR. FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR. Ausente o acusado. Presente seu defensor.

Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Junior, que fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) O conjunto probatório, portanto, não ultrapassa o campo das conjecturas, sendo insuficiente para a imposição de qualquer sanção disciplinar, em observância aos princípios da legalidade, do devido processo legal e, sobretudo, da presunção de inocência. Desta forma, entendo que não restou comprovada a infração disciplinar imputada à processada por força da Portaria n.° 063/2024-CGPC. 3. CONCLUSÃO: Diante dos elementos probatórios produzidos no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar n.° 261/2023/CD/CGPC, acolhendo o relatório da autoridade processante, VOTO pela ABSOLVIÇÃO de LUZINETE GOMES DE SOUZA, por entender que não há evidências de que ela tenha praticado a conduta prevista 8º, inciso XLV, 2ª parte, da Lei no 21.894/2024, postulando-se desde logo pelo arquivamento definitivo do presente procedimento. É como voto."* Proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que se absteve de proferir sustentação oral, protestando pela confirmação do voto apresentado pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após debatida, em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela ABSOLVIÇÃO da acusada LUZINETE GOMES DE SOUZA, Agente de Polícia Judiciária, por não haver evidências de que ela tenha praticado a conduta prevista no art. 8º, inciso XLV, 2ª parte, da Lei no 21.894/2024; II – pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência. **PROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO: Prot. 130/2025/CSPC –** Relação de Procedimentos Disciplinares a serem sorteados na sessão de 01 de dezembro de 2025. 01 – 016/2025/CSPC (protocolo digital 22.290.191-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ALEXANDRE DE OLIVEIRA RIBEIRO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira. 02 – 055/2025/CSPC (protocolo digital 24.640.030-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de AMAURI DE CAMPOS PALONE JUNIOR, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. 03 – 057/2025/CSPC (protocolo digital 24.030.372-8) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ESTELLA JAQUELINE LOPES, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. 04 – 082/2023/CSPC (protocolo digital 25.045.010-9) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de LIZETE MARLI MARCONDES e MARCELO LOURENÇO DA SILVA (afastado da função por decisão judicial), Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi. 05 – 037/2025/CSPC (protocolo digital 23.160.754-4) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MARCELO LOURENÇO DA SILVA (afastado da função por decisão judicial), Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior. 06 – 084/2025/CSPC (protocolo digital 24.535.009-0) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA (afastado da função por decisão judicial), Delegado de Polícia, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore. **ATAS ANTERIORES: Ata nº 42** (sessão ordinária), aprovada e assinada conforme Protocolo Digital 24.635.516-9 (Deliberações nº 1144 a 1148 - assinadas no Protocolo Digital 24.635.580-0) e **Ata nº 43** (sessão extraordinária), aprovada e assinada conforme Protocolo Digital 25.065.340-9 (Deliberação n. 1149 – assinada no Protocolo Digital 25.065.356-5). **PROCEDIMENTOS: Prot. 131/2025/CSPC – Protocolo Digital 23.852.891-7** – Investigação Preliminar da 4ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apuração de alguns dos fatos relatados no Ofício n. 104/2025 do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Paraná – GAESP (Protocolo Digital 23.772.545-0), que noticia eventuais problemas identificados junto às Centrais Regionais de Flagrantes (CRFs) do Estado do Paraná (Prot. 191/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Delegado de Polícia **EDUARDO MACHADO DE OLIVEIRA**. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de EDUARDO MACHADO DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **Prot. 133/2025/CSPC – Protocolo Digital 23.693.312-1** – Investigação Preliminar n. 26/2025 da 3ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apuração do fato de que o Agente de Polícia Judiciária **OCIMAR MOREIRA**, lotado na cidade da Lapa/PR, residiria na cidade de Mafra-SC, sem a devida autorização administrativa (Prot. 149/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de OCIMAR MOREIRA, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **ELOGIOS: Protocolo Digital 25.010.457-0** – Ofício n. 945/2025 da Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. Registra elogios à atuação da Delegada de Polícia Civil, **DRA. ISABELA KARINE RODRIGUES DA SILVA MARTINS**, cuja postura profissional tem sido decisiva para o fortalecimento da rede de proteção local. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, Divisão Policial do Interior e Delegacia de Polícia de Santa Isabel do Ivaí. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à Delegacia de Polícia de Santa Isabel do Ivaí para ciência e arquivamento. **DIVERSOS: Protocolo Digital 21.124.382-1** – Proposição apresentada pelo Presidente do Colegiado para alteração do artigo 12 da Resolução nº 02/2023, aprovada pela Deliberação n. 561/2023 e alterada pela Deliberação n. 683/2023, que dispõe sobre o procedimento de promoção dos servidores integrantes do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição do Presidente do Colegiado: I – pela aprovação da alteração do artigo 12 da Resolução n. 02/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 12. Ficam homologados todos os cursos certificados dos Policiais Civis que já foram encaminhados pelo servidor através do sistema de recursos humanos, e homologados pela Comissão de Promoção, inclusive com a carga horária atribuída pela Comissão, bem como aqueles que venham a ser incluídos até as datas previstas em cronograma divulgado pelo Conselho Superior. §1º Os atuais certificados poderão ser utilizados, uma única vez, somente para as promoções que ocorrerem até o ano de 2026, desde que a ESPC não forneça o curso necessário para habilitação. §2º Excepcionalmente para as promoções por titulação que ocorrerem no ano de 2026, poderão ser utilizados, uma única vez e desde que ainda não usados em outro processo de promoção, os certificados dos cursos em nível de pós graduação em análise estratégica da segurança pública ou em nível de pós graduação em gestão pública ou de segurança, mesmo que expedidos por outros estabelecimentos de ensino legalmente reconhecidos, desde que referendados pela Escola Superior de Polícia Civil, para o preenchimento dos requisitos insculpidos no artigo 49, inciso V da Lei Complementar 259/2023. §3º A partir do ano de 2027, as promoções por titulação e capacitação deverão observar estritamente o disposto no capítulo XI, Seção II da Lei Complementar 259/2023.";* II – pela adoção de providências pela Secretaria do Colegiado quanto à atualização do texto da Resolução n. 02/2023. **Protocolo Digital 25.037.607-3** – Aditamento n. 002/2025 da Escola Superior de Polícia Civil ao Projeto n. 004/2025 - "CURSO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL", com o objetivo de ampliar o alcance do Curso para todos os Policiais Civis do Paraná. O Projeto de Curso n. 004/2025 foi apresentado por meio do Protocolo Digital 23.897.194-2 e aprovado conforme Deliberação n. 329/2025. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela aprovação do Aditamento em referência; II – pela restituição à Escola Superior de Polícia Civil. **REQUERIMENTOS: Protocolo Digital 24.968.866-5** – **ANTONIO GABRIEL CASTANHEIRA JUNIOR**, Agente de Polícia, através de seus procuradores, Dr. Darany Luiz Alves de Oliveira - OAB/PR n° 130.714 e Dr. João Carlos Santos Junior - OAB/PR n° 76.960, apresenta requerimento administrativo para promoção por preterimento, pelas razões que expõe. Com manifestação da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção/DPC nos seguintes termos: "(…) II. Trata-se de requerimento formulado pelo servidor ANTONIO GABRIEL CASTANHEIRA JUNIOR, Agente de Polícia Judiciária, Nível VIII, objetivando a reanálise de seu direito à promoção funcional referente aos anos de 1994 até 2019, períodos nos quais não figurou nas listas de promoção por alegadamente incorrer nos impedimentos previstos no Art. 43, da Lei Complementar n.° 14/82 (Estatuto da Polícia Civil). III. Cumpre esclarecer que o artigo 43, incisos I, II, III e IV, da Lei Complementar 14/82, era claro ao dispor sobre a exclusão de todos os servidores policiais civis que estavam respondendo à sindicância, processo disciplinar e processo criminal, ou que se encontravam presos preventivamente ou em flagrante delito, ou que foram condenados enquanto durasse o cumprimento da pena, inclusive no caso de suspensão condicional da pena, não se computando o tempo acrescido à pena original para fins de sua suspensão. IV. A ausência de promoção do requerente nos anos em questão baseou-se na estrita observância do texto do Art. 43, I e II, da LC n.° 14/82, que impunha impedimento legal ao desenvolvimento na carreira de todo servidor que estivesse naquelas situações.". Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo arquivamento do protocolado, após ciência ao requerente, visto que a informação da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC evidencia que, em nenhum momento, o servidor foi preterido (excluído indevidamente) dos processos de promoção citados; II – pelo esclarecimento adicional de que a inovação legislativa trazida pelo artigo 61 da Lei Complementar n. 259/2023, de 21 de julho de 2023, de que absolvição posterior é passível de ressarcimento, possui efeito *ex nunc*. **EXTRA PAUTA: Prot. 134/2025/CSPC – Protocolo Digital 24.504.474-7 –** Investigação Preliminar n. 50/2025 da 6ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apurar a conduta da Agente de Polícia Judiciária **SIMONE ZILIANE**, que supostamente teria portado arma de fogo de forma ostensiva, em local público, fora de serviço e em atitude suspeita, e praticado atos com desvio de finalidade em benefício de particular. (Prot. 481/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da referida servidora. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de SIMONE ZILIANE, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **Protocolo Digital 25.045.825-8** – Expediente oriundo do Banco Cooperativo SICREDI S.A. Expressa agradecimento e reconhecimento ao excepcional trabalho realizado pelos Servidores Públicos **EMMANOEL ASCHIDAMINI DAVID**, **REINALDO ZEQUINÃO NETO**,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ESTEVÃO SANTOS VIRGINIO e **JULIANA NASCIMENTO**, envolvidos na Operação Policial nominada "Mão Fantasma", deflagrada pela Delegacia de Estelionatos de Curitiba em 03/09/2025, resultando em 43 prisões efetivas, 132 mandados de busca e Apreensão, 76 bloqueio de contas, em 9 estados da federação. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior encaminhamento à Delegacia de Estelionatos de Curitiba para ciência e arquivamento. **Protocolo Digital 25.078.274-8** - Ofício n. 267 do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Comunica o falecimento no dia 29/11/2025, do aluno do Curso de Formação Técnico-Profissional, ministrado pela Escola Superior da Polícia Civil, **RODRIGO ALMIR PIRES DE LIMA**, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária e concorrente às vagas deliberadas pelo Conselho da Polícia Civil da Região Metropolitana de Curitiba. Consta também previsão de afastamento de outro servidor, concorrente às mesmas vagas, para participar de curso de formação em outro Estado. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela alteração do ANEXO II da Deliberação n. 1149/2025 (VAGAS A SEREM OFERTADAS AOS POLICIAIS CONCLUINTES DO CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DE AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA – RMC), como segue: a) de reduzir de 6 (seis) para 5 (cinco) o número de vagas disponibilizadas à Delegacia de Polícia de Pinhais; b) reduzir de 3 (três) para 2 (dois) o número de vagas disponibilizadas à Delegacia de Polícia Bocaiúva do Sul. **Protocolo Digital 25.086.682-8** – Minuta de Resolução apresentada pelo Presidente do Colegiado sobre a normatização e uniformização do procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, por APROVAR os termos da Resolução n. 06/2025, que dispõe sobre a normatização e uniformização do procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 06/2025

(Aprovada pela Deliberação nº 1.163/2025)

Normatiza e uniformiza o procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos procedimento de honras fúnebres prestadas aos Policiais Civis do Paraná;

CONSIDERANDO, a Portaria Normativa nº 13/2021 que institui o Serviço de Apoio ao Policial e à Família;

CONSIDERANDO, a Resolução 01/2022 que padroniza os procedimentos de Comunicação Social dentro da instituição;

CONSIDERANDO que a presente Resolução atende aos critérios de conveniência e oportunidade em consonância com os ditames legais que o respaldam e com Plano Estratégico PCPR, no tocante ao objetivo de valorização dos Policiais Civis;

R E S O L V E

Art. 1º Fica instituído o procedimento para as honras fúnebres para policial civil falecido em atividade, a ser observado conforme a presente Resolução.

Parágrafo único. Honras fúnebres são as homenagens póstumas prestadas diretamente pelos policiais civis do Paraná aos despojos mortais de um policial civil falecido.

Art. 2º As honras fúnebres a policiais civis falecidos serão, em princípio, prestadas pela Unidade Policial de última lotação do servidor falecido com auxílio da Subdivisão Policial respectiva e com apoio do SAP/GARH – Serviço de Apoio ao Policial e da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/DPC.

Art. 3º Após o conhecimento, por parte da chefia imediata do falecido, deverá ser feita imediata comunicação à Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/DPC, a respeito do fato e suas circunstâncias.

Parágrafo único. A ASCOM providenciará a divulgação da nota de pesar na página institucional e dará conhecimento interno, e ao Delegado-Geral, sobre a ocorrência do falecimento.

Art. 4º A Chefia da unidade com auxílio da respectiva Subdivisão Policial, deve deliberar sobre à possibilidade da presença, no velório e funeral, de viaturas e de policias civis devidamente uniformizados.

Art. 5º É permitida a aquisição de coroa de flores para homenagem póstuma ao policial civil cujo o falecimento se deu enquanto estava em atividade.

§1º A chefia imediata da última lotação do policial civil falecido, após ciência da respectiva Subdivisão e Divisão, poderá solicitar autorização ao Grupo Auxiliar Financeiro/DPC para aquisição de coroa de flores para a devida homenagem ao servidor falecido, sendo a unidade responsável pela tramitação e pagamento junto ao fornecedor.

§2º O trâmite para o pagamento com a coroa de flores deverá obrigatoriamente se dar através de e-protocolo com a seguinte tramitação:

a) ofício inicial informando dados do servidor falecido;

b) orçamento com valor da coroa de flores limitado ao estipulado pelo GAF/DPC e os dados da conta da empresa responsável pelo seu fornecimento;

c) encaminhamento ao GAF para análise e autorização, mediante depósito.

§3º Ocorrido o depósito do recurso financeiro, a Unidade Policial retornará o protocolo ao GAF/DPC em no máximo 48 horas com nota fiscal de consumo atestada pela chefia imediata, justificativa do uso, cópia da certidão de óbito e recibo de pagamento assinado pela empresa.

Art. 6º No local da cerimônia de despedida ou velório, com a autorização da família, será estendida a bandeira da Polícia Civil sobre a urna funerária. A bandeira ficará com o brasão voltado para cima e centralizada sobre a urna.

Art. 7º No final do velório, antes da urna funerária ser levada para a cremação ou sepultamento, dois policiais prestarão o cerimonial fúnebre, retirando a bandeira e realizando a dobragem conforme a seguinte ordem:

Segurando cada policial nas duas extremidades opostas da bandeira, com ela esticada, retirarão ao mesmo tempo a bandeira de cima da urna funerária.

Retirada a bandeira, inicia-se imediatamente a sua dobra, cuidando para que não toque o piso. Serão realizadas duas dobras longitudinais, posteriormente, iniciando-se de ambos os lados, ao mesmo tempo, na mesma velocidade a dobragem das extremidades, terminando no formato de um triângulo equilátero.

Art. 8º Ao término da dobra da bandeira, um dos policiais do cerimonial, chamará o familiar previamente identificado, e antes de realizar a entrega da mesma, pronunciará a seguinte homenagem: "*Neste momento, a Polícia Civil do Paraná rende homenagem ao(à) Delegado(a)… / Agente de Polícia Judiciária… / Papiloscopista…, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e à sociedade paranaense, expressando sua solidariedade aos familiares, amigos e companheiros de profissão*".

Art. 9º Ao final do pronunciamento da homenagem, o policial realizará a entrega da bandeira ao familiar previamente designado.

Art. 10. Nos casos em que a homenagem fúnebre for realizada no interior do Estado, pelos servidores da última unidade de lotação do policial civil falecido, a condução da cerimônia caberá, preferencialmente, à respectiva Unidade, com o apoio técnico e institucional do Serviço de Apoio ao Policial - SAP/GARH.

§1º O cerimonial fúnebre será composto por, no mínimo, dois e, preferencialmente, quatro policiais civis designados pela Chefia da Subdivisão Policial, observada a disponibilidade de efetivo e as orientações expedidas pelo SAP/GARH.

§2º Os servidores designados para integrar o cerimonial deverão, obrigatoriamente, participar de capacitação específica promovida pelo SAP/GARH, com vistas à padronização dos procedimentos e à observância do rito institucional.

§3º Caberá ao SAP/GARH, em conjunto com a ASCOM, prestar suporte remoto ou presencial à Unidade responsável, garantindo a uniformidade das homenagens e a adequada comunicação institucional.

§4º Quando o deslocamento dos policiais designados implicar despesas com transporte ou diárias, estas deverão observar as normas vigentes da Polícia Civil do Paraná e dependerão de prévia autorização da autoridade competente, devendo o pedido ser formalizado com a devida justificativa e indicação do evento fúnebre.

Art. 11. As honras fúnebres não são prestadas:

a) quando o policial civil com direito às homenagens as houver dispensado em vida, ou quando essa dispensa parte da própria família.

b) no caso de pertubação da ordem pública.

c) quando a comunicação do falecimento chegar tardiamente.

Art. 12. Por força da Resolução 60/2025/SESP, não serão permitidas aquisições de coroas de flores para familiares ou policiais civis que não estejam na ativa, sem prejuízo das demais homenagens que, por ordem do Delegado-Geral, possam se proceder.

Parágrafo único: Fica proibida a aquisição de outros objetos ou materiais para homenagens que não seja a coroa de flores autorizada pela referida normativa.

Art. 13. As disposições desta Resolução entrarão em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga o Protocolo para Honras Fúnebres aprovado pela Deliberação n. 127/2016.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que se apresenta devidamente assinada eletronicamente pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros e pelo Secretário Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

VALMIR SOCCIO
Secretário Geral do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1150/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2o, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6o da Lei Complementar no 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando pedido de adiamento de julgamento formulado pelo Dr. Ramonn Baldino Garcia – OAB/PR 48.798, defensor do acusado, **HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI**, Agente de Polícia Judiciária, pelos motivos que expôs, com manifestação e voto favorável da Conselheira Relatora, Dra. Maritza Maira Haisi, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 145/2024/CSPC (digital 22.699.813-6)**; ausentes o acusado e seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pelo deferimento do pedido;

II - pela retirada dos autos da pauta de julgamento e sua inclusão em pauta posterior.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1151/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator Dr. Alan Henrique Flore, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 211/2021/CSPC (364/2021/CGPC)**, onde consta como acusado: **CARLOS MARCELO SAKUMA**, Delegado de Polícia aposentado; advogado: Dr. Nelson Misuta Águila - OAB/PR 78.726; presentes o acusado e seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela ABSOLVIÇÃO do acusado CARLOS MARCELO SAKUMA, Delegado de Polícia aposentado, de todas as transgressões disciplinares que lhe foram imputadas na Portaria inicial, por não restarem caracterizadas;

II - pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência, com a ressalva de desarquivamento para nova análise em caso de eventual condenação criminal com trânsito em julgado sobre os mesmos fatos.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1152/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2o, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6o da Lei Complementar no 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 011/2024/CSPC (digital 22.501.820-0)**, onde consta como acusado: **LUZINETE GOMES DE SOUZA**, Agente de Polícia Judiciária; advogado: Dr. Nelson Misuta Águila - OAB/PR 78.726; ausente o acusado, presente seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela ABSOLVIÇÃO da acusada LUZINETE GOMES DE SOUZA, Agente de Polícia Judiciária, por não haver evidências de que ela tenha praticado a conduta prevista no art. 8º, inciso XLV, 2ª parte, da Lei no 21.894/2024;

II - pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1153/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando **PROT. 130/2025/CSPC** – Relação publicada no Diário Oficial nº 12038 de 28/11/2025 com Procedimentos Disciplinares para sorteio; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela distribuição dos seguintes procedimentos:

01 – 016/2025/CSPC (protocolo digital 22.290.191-0) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ALEXANDRE DE OLIVEIRA RIBEIRO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira.

02 – 055/2025/CSPC (protocolo digital 24.640.030-0) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de AMAURI DE CAMPOS PALONE JUNIOR, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus.

03 – 057/2025/CSPC (protocolo digital 24.030.372-8) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ESTELLA JAQUELINE LOPES, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira.

04 – 082/2023/CSPC (protocolo digital 25.045.010-9) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de LIZETE MARLI MARCONDES e MARCELO LOURENÇO DA SILVA (afastado da função por decisão judicial), Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi.

05 – 037/2025/CSPC (protocolo digital 23.160.754-4) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MARCELO LOURENÇO DA SILVA (afastado da função por decisão judicial), Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior.

06 – 084/2025/CSPC (protocolo digital 24.535.009-0) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA (afastado da função por decisão judicial), Delegado de Polícia, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1154/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

apreciando o **Prot. 131/2025/CSPC Protocolo Digital 23.852.891-7** – Investigação Preliminar da 4ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apuração de alguns dos fatos relatados no Ofício n. 104/2025 do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Paraná – GAESP (Protocolo Digital 23.772.545-0), que noticia eventuais problemas identificados junto às Centrais Regionais de Flagrantes (CRFs) do Estado do Paraná (Prot. 191/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Delegado de Polícia **EDUARDO MACHADO DE OLIVEIRA**; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de EDUARDO MACHADO DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1155/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Prot. 133/2025/CSPC Protocolo Digital 23.693.312-1** – Investigação Preliminar n. 26/2025 da 3ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apuração do fato de que o Agente de Polícia Judiciária **OCIMAR MOREIRA**, lotado na cidade da Lapa/PR, residiria na cidade de Mafra-SC, sem a devida autorização administrativa (Prot. 149/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de OCIMAR MOREIRA, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1156/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.010.457-0** – Ofício n. 945/2025 da Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. Registra elogios à atuação da Delegada de Polícia Civil, **DRA. ISABELA KARINE RODRIGUES DA SILVA MARTINS**, cuja postura profissional tem sido decisiva para o fortalecimento da rede de proteção local. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, Divisão Policial do Interior e Delegacia de Polícia de Santa Isabel do Ivaí; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à Delegacia de Polícia de Santa Isabel do Ivaí para ciência e arquivamento.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1157/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 21.124.382-1** – Proposição apresentada pelo Presidente do Colegiado para alteração do artigo 12 da Resolução nº 02/2023, aprovada pela Deliberação n. 561/2023 e alterada pela Deliberação n. 683/2023, que dispõe sobre o procedimento de promoção dos servidores integrantes do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição do Presidente do Colegiado:

I – pela aprovação da alteração do artigo 12 da Resolução n. 02/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Ficam homologados todos os cursos certificados dos Policiais Civis que já foram encaminhados pelo servidor através do sistema de recursos humanos, e homologados pela Comissão de Promoção, inclusive com a carga horária atribuída pela Comissão, bem como aqueles que venham a ser incluídos até as datas previstas em cronograma divulgado pelo Conselho Superior.

§1º Os atuais certificados poderão ser utilizados, uma única vez, somente para as promoções que ocorrerem até o ano de 2026, desde que a ESPC não forneça o curso necessário para habilitação.

§2º Excepcionalmente para as promoções por titulação que ocorrerem no ano de 2026, poderão ser utilizados, uma única vez e desde que ainda não usados em outro processo de promoção, os certificados dos cursos em nível de pós graduação em análise estratégica da segurança pública ou em nível de pós graduação em gestão pública ou de segurança, mesmo que expedidos por outros estabelecimentos de ensino legalmente reconhecidos, desde que referendados pela Escola Superior de Polícia Civil, para o preenchimento dos requisitos insculpidos no artigo 49, inciso V da Lei Complementar 259/2023.

§3º A partir do ano de 2027, as promoções por titulação e capacitação deverão observar estritamente o disposto no capítulo XI, Seção II da Lei Complementar 259/2023.".

II – pela adoção de providências pela Secretaria do Colegiado quanto à atualização do texto da Resolução n. 02/2023.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1158/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.037.607-3** – Aditamento n. 002/2025 da Escola Superior de Polícia Civil ao Projeto n. 004/2025 - "CURSO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL", com o objetivo de ampliar o alcance do Curso para todos os Policiais Civis do

Paraná. O Projeto de Curso n. 004/2025 foi apresentado por meio do Protocolo Digital 23.897.194-2 e aprovado conforme Deliberação n. 329/2025; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela aprovação do Aditamento em referência;

II – pela restituição à Escola Superior de Polícia Civil.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1159/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 24.968.866-5** – **ANTONIO GABRIEL CASTANHEIRA JUNIOR**, Agente de Polícia, através de seus procuradores, Dr. Darany Luiz Alves de Oliveira - OAB/PR n° 130.714 e Dr. João Carlos Santos Junior - OAB/PR n° 76.960, apresenta requerimento administrativo para promoção por preterimento, pelas razões que expõe. Com manifestação da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção/DPC nos seguintes termos: "(…) II. Trata-se de requerimento formulado pelo servidor ANTONIO GABRIEL CASTANHEIRA JUNIOR, Agente de Polícia Judiciária, Nível VIII, objetivando a reanálise de seu direito à promoção funcional referente aos anos de 1994 até 2019, períodos nos quais não figurou nas listas de promoção por alegadamente incorrer nos impedimentos previstos no Art. 43, da Lei Complementar n.° 14/82 (Estatuto da Polícia Civil). III. Cumpre esclarecer que o artigo 43, incisos I, II, III e IV, da Lei Complementar 14/82, era claro ao dispor sobre a exclusão de todos os servidores policiais civis que estavam respondendo à sindicância, processo disciplinar e processo criminal, ou que se encontravam presos preventivamente ou em flagrante delito, ou que foram condenados enquanto durasse o cumprimento da pena, inclusive no caso de suspensão condicional da pena, não se computando o tempo acrescido à pena original para fins de sua suspensão. IV. A ausência de promoção do requerente nos anos em questão baseou-se na estrita observância do texto do Art. 43, I e II, da LC n.° 14/82, que impunha impedimento legal ao desenvolvimento na carreira de todo servidor que estivesse naquelas situações."; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo arquivamento do protocolado, após ciência ao requerente, visto que a informação da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC evidencia que, em nenhum momento, o servidor foi preterido (excluído indevidamente) dos processos de promoção citados;

II – pelo esclarecimento adicional de que a inovação legislativa trazida pelo artigo 61 da Lei Complementar n. 259/2023, de 21 de julho de 2023, de que absolvição posterior é passível de ressarcimento, possui efeito *ex nunc*.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1160/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Prot. 134/2025/CSPC – Protocolo Digital 24.504.474-7 –** Investigação Preliminar n. 50/2025 da 6ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apurar a conduta da Agente de Polícia Judiciária **SIMONE ZILIANE**, que supostamente teria portado arma de fogo de forma ostensiva, em local público, fora de serviço e em atitude suspeita, e praticado atos com desvio de finalidade em benefício de particular. (Prot. 481/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da referida servidora; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de SIMONE ZILIANE, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1161/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.045.825-8** – Expediente oriundo do Banco Cooperativo SICREDI S.A. Expressa agradecimento e reconhecimento ao excepcional trabalho realizado pelos Servidores Públicos **EMMANOEL ASCHIDAMINI DAVID**, **REINALDO ZEQUINÃO NETO**, **ESTEVÃO SANTOS VIRGINIO** e **JULIANA NASCIMENTO**, envolvidos na Operação Policial nominada "Mão Fantasma", deflagrada pela Delegacia de Estelionatos de Curitiba em 03/09/2025, resultando em 43 prisões efetivas, 132 mandados de busca e Apreensão, 76 bloqueio de contas, em 9 estados da federação. Com trâmite pela Corregedoria Geral da Polícia Civil; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior encaminhamento à Delegacia de Estelionatos de Curitiba para ciência e arquivamento.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1162/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.078.274-8** - Ofício n. 267 do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Comunica o falecimento no dia 29/11/2025, do aluno do Curso de Formação Técnico-Profissional, ministrado pela Escola Superior da Polícia Civil, **RODRIGO ALMIR PIRES DE LIMA**, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária e concorrente às vagas deliberadas pelo Conselho da Polícia Civil da Região Metropolitana de Curitiba. Consta também previsão de afastamento de outro servidor, concorrente às mesmas vagas, para participar de curso de formação em outro Estado; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela alteração do ANEXO II da Deliberação n. 1149/2025 (VAGAS A SEREM

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

OFERTADAS AOS POLICIAIS CONCLUINTES DO CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DE AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA – RMC), como segue:

a) reduzir de 6 (seis) para 5 (cinco) o número de vagas disponibilizadas à Delegacia de Polícia de Pinhais;

b) reduzir de 3 (três) para 2 (dois) o número de vagas disponibilizadas à Delegacia de Polícia Bocaiúva do Sul.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1163/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.086.682-8** – Minuta de Resolução apresentada pelo Presidente do Colegiado sobre a normatização e uniformização do procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade; em sessão ordinária realizada no dia primeiro de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, por APROVAR os termos da Resolução n. 06/2025, que dispõe sobre a normatização e uniformização do procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade e dá outras providências.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente
1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

RESOLUÇÃO Nº 06/2025
(Aprovada pela Deliberação nº 1.163/2025)

Normatiza e uniformiza o procedimento da Instituição Policial Civil do Estado do Paraná, quando da ocorrência de falecimento de Policial Civil em atividade e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos procedimento de honras fúnebres prestadas aos Policiais Civis do Paraná;

CONSIDERANDO, a Portaria Normativa nº 13/2021 que institui o Serviço de Apoio ao Policial e à Família;

CONSIDERANDO, a Resolução 01/2022 que padroniza os procedimentos de Comunicação Social dentro da instituição;

CONSIDERANDO que a presente Resolução atende aos critérios de conveniência e oportunidade em consonância com os ditames legais que o respaldam e com Plano Estratégico PCPR, no tocante ao objetivo de valorização dos Policiais Civis;

R E S O L V E

Art. 1º Fica instituído o procedimento para as honras fúnebres para policial civil falecido em atividade, a ser observado conforme a presente Resolução.

Parágrafo único. Honras fúnebres são as homenagens póstumas prestadas diretamente pelos policiais civis do Paraná aos despojos mortais de um policial civil falecido.

Art. 2º As honras fúnebres a policiais civis falecidos serão, em princípio, prestadas pela Unidade Policial de última lotação do servidor falecido com auxílio da Subdivisão Policial respectiva e com apoio do SAP/GARH – Serviço de Apoio ao Policial e da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/DPC.

Art. 3º Após o conhecimento, por parte da chefia imediata do falecido, deverá ser feita imediata comunicação à Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/DPC, a respeito do fato e suas circunstâncias.

Parágrafo único. A ASCOM providenciará a divulgação da nota de pesar na página institucional e dará conhecimento interno, e ao Delegado-Geral, sobre a ocorrência do falecimento.

Art. 4º A Chefia da unidade com auxílio da respectiva Subdivisão Policial, deve deliberar sobre à possibilidade da presença, no velório e funeral, de viaturas e de policias civis devidamente uniformizados.

Art. 5º É permitida a aquisição de coroa de flores para homenagem póstuma ao policial civil cujo o falecimento se deu enquanto estava em atividade.

§1º A chefia imediata da última lotação do policial civil falecido, após ciência da respectiva Subdivisão e Divisão, poderá solicitar autorização ao Grupo Auxiliar Financeiro/DPC para aquisição de coroa de flores para a devida homenagem ao servidor falecido, sendo a unidade responsável pela tramitação e pagamento junto ao fornecedor.

§2º O trâmite para o pagamento com a coroa de flores deverá obrigatoriamente se dar através de e-protocolo com a seguinte tramitação:

a) ofício inicial informando dados do servidor falecido;

b) orçamento com valor da coroa de flores limitado ao estipulado pelo GAF/DPC e os dados da conta da empresa responsável pelo seu fornecimento;

c) encaminhamento ao GAF para análise e autorização, mediante depósito.

§3º Ocorrido o depósito do recurso financeiro, a Unidade Policial retornará o protocolo ao GAF/DPC em no máximo 48 horas com nota fiscal de consumo atestada pela chefia imediata, justificativa do uso, cópia da certidão de óbito e recibo de pagamento assinado pela empresa.

Art. 6º No local da cerimônia de despedida ou velório, com a autorização da família, será estendida a bandeira da Polícia Civil sobre a urna funerária. A bandeira ficará com o brasão voltado para cima e centralizada sobre a urna.

Art. 7º No final do velório, antes da urna funerária ser levada para a cremação ou sepultamento, dois policiais prestarão o cerimonial fúnebre, retirando a bandeira e realizando a dobragem conforme a seguinte ordem: Segurando cada policial nas duas extremidades opostas da bandeira, com ela esticada, retirarão ao mesmo tempo a bandeira de cima da urna funerária. Retirada a bandeira, inicia-se imediatamente a sua dobra, cuidando para que não toque o piso. Serão realizadas duas dobras longitudinais, posteriormente, iniciando-se de ambos os lados, ao mesmo tempo, na mesma velocidade a dobragem das extremidades, terminando no formato de um triângulo equilátero.

Art. 8º Ao término da dobra da bandeira, um dos policiais do cerimonial, chamará o familiar previamente identificado, e antes de realizar a entrega da mesma, pronunciará a seguinte homenagem: "*Neste momento, a Polícia Civil do Paraná rende homenagem ao(à) Delegado(a)… / Agente de Polícia Judiciária… / Papiloscopista…, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e à sociedade paranaense, expressando sua solidariedade aos familiares, amigos e companheiros de profissão*".

Art. 9º Ao final do pronunciamento da homenagem, o policial realizará a entrega da bandeira ao familiar previamente designado.

Art. 10. Nos casos em que a homenagem fúnebre for realizada no interior do Estado, pelos servidores da última unidade de lotação do policial civil falecido, a condução da cerimônia caberá, preferencialmente, à respectiva Unidade, com o apoio técnico e institucional do Serviço de Apoio ao Policial - SAP/GARH.

§1º O cerimonial fúnebre será composto por, no mínimo, dois e, preferencialmente, quatro policiais civis designados pela Chefia da Subdivisão Policial, observada a disponibilidade de efetivo e as orientações expedidas pelo SAP/GARH.

§2º Os servidores designados para integrar o cerimonial deverão, obrigatoriamente, participar de capacitação específica promovida pelo SAP/GARH, com vistas à padronização dos procedimentos e à observância do rito institucional.

§3º Caberá ao SAP/GARH, em conjunto com a ASCOM, prestar suporte remoto ou presencial à Unidade responsável, garantindo a uniformidade das homenagens e a adequada comunicação institucional.

§4º Quando o deslocamento dos policiais designados implicar despesas com transporte ou diárias, estas deverão observar as normas vigentes da Polícia Civil do Paraná e dependerão de prévia autorização da autoridade competente, devendo o pedido ser formalizado com a devida justificativa e indicação do evento fúnebre.

Art. 11. As honras fúnebres não são prestadas:

a) quando o policial civil com direito às homenagens as houver dispensado em vida, ou quando essa dispensa parte da própria família.

b) no caso de pertubação da ordem pública.

c) quando a comunicação do falecimento chegar tardiamente.

Art. 12. Por força da Resolução 60/2025/SESP, não serão permitidas aquisições de coroas de flores para familiares ou policiais civis que não estejam na ativa, sem prejuízo das demais homenagens que, por ordem do Delegado-Geral, possam se proceder.

Parágrafo único: Fica proibida a aquisição de outros objetos ou materiais para homenagens que não seja a coroa de flores autorizada pela referida normativa.

Art. 13. As disposições desta Resolução entrarão em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga o Protocolo para Honras Fúnebres aprovado pela Deliberação n. 127/2016.

Curitiba, em 01 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

166976/2025

PORTARIA N.º 052/2025 – PRES/FUNDASEG

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e na fiscalização das contratações firmadas pelo órgão.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 25.087.579-7,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 05 de janeiro de 2026, JOELSON BELLOTI, CPF XXX.180.089-XX, para exercer cargo em comissão de Assessor III, simbologia CC-6, na Fundação de Apoio à Segurança Pública, com lotação na diretoria de Assistência Social e Ressocialização.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

RENAN BARBOSA LOPES FERREIRA
Diretor-Presidente

166881/2025

RELATÓRIO DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, na sede da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, com a presença do Corregedor-Geral da Polícia Civil, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, presidente da Comissão Eleitoral, Emanuelle da Costa Raghi, Agente de Polícia Judiciária, Secretária da Comissão Eleitoral, Dr. Fabio Renato Amaro da Silva Junior, Delegado de Polícia Chefe da Divisão de Polícia Metropolitana, Dr. Leandro Farnese Teixeira, Delegado de Polícia Chefe da Coordenação de Informática, Dr. Getulio de Morais Vargas, Delegado de Polícia Chefe da Divisão de Infraestrutura (candidato), Dra. Luciana de Novaes, Delegada de Polícia Chefe da Divisão de Polícia Especializada (candato), Dr. Thiago Andrade dos Santos, representando o Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná – SIDEPOL, Dra. Thaiz Fernanda Corona, Corregedora-Geral Adjunta, Agente de Polícia Judiciária Leonardo Saba, foi deliberado:
I - Encerrado o prazo de votação, foi feita a apuração e verificado que o número de votantes totalizou: Votos Computados: 436 (77.72%) Votos Restantes: 125 (22.28%)
II - Receberam votos os seguintes candidatos:
Candidato:
GETULIO DE MORAIS VARGAS 80.73% - 352 voto(s)
LUCIANA DE NOVAES 18.81% - 82 voto(s)
BRANCO 0.00% - 0 voto(s)
NULO 0.46% - 2 voto(s)
III - A relação dos Delegados votantes e votados, disponibilizada pela Coordenação de Informática, será anexada ao e-protocolo onde tramita-se o processo eleitoral;
IV - Os candidatos deverão apresentar na Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil, no prazo de 15 (quinze dias) úteis, as certidões atualizadas, criminais (Estadual, Federal e Eleitoral), administrativas e cíveis, para fins de improbidade administrativa, que comprovem não terem sido punidos nessas esferas, e declaração de próprio punho de que não incorrem nas hipóteses referidas no artigo 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 3576/2019;
V - Encaminhe-se cópia do presente relatório ao Conselho Superior da Polícia Civil para homologação e posterior remessa do nome do candidato mais votado que atender aos requisitos do artigo 8º do Decreto Estadual nº 3576/2019 ao Excelentíssimo Governador do Estado:
Artigo 8º - São requisitos para nomeação e exercício na função de membro eleito do Conselho da Polícia Civil: I – ser Delegado de Polícia em atividade no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública; II – Não ter sido condenado criminal ou administrativamente, ou por ato de improbidade administrativa nos últimos 05 (cinco) anos.
Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado o presente relatório, que vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente da Comissão Eleitoral, pelos demais presentes, e pela Secretária.

Dr. Marcelo Lemos de Oliveira
Corregedor-Geral PCPR
Presidente da Comissão Eleitoral

Dr. Fabio Renato Amaro da Silva Junior
Dr. Leandro Farnese Teixeira
Dr. Getulio de Morais Vargas
Dra. Luciana de Novaes
Dr. Thiago Andrade dos Santos
Leonardo Saba, Agente de Polícia Judiciária
Dra. Thaiz Fernanda Corona
Emanuelle da Costa Raghi, Secretária da Comissão

164866/2025

P O R T A R I A Nº 1721.2025.GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve **tornar sem efeito** a Portaria nº 1412/DPC, de 01/09/2025, publicada no DIOE nº 11979, de 03/09/2025, de licença capacitação concedida ao servidor CLEVERSON RIBAS BIANCHINI, RG 6.XX8.6XX-2/PR, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, Classe Única – QPPC, início em 01/12/2025, referente ao período aquisitivo de **11/10/2016 a 10/10/2021**.(**Protocolo nº 24.444.288-9**).

Curitiba, 28 de Novembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

165442/2025

PMPR

Diretoria de Logística

CHAMAMENTO PÚBLICO

Protocolo: 24.774.749-4

A Comissão de Inventário e Inservibilidade da Diretoria de Logística da PMPR, designada pela Resolução n° 540/2023, publicada no DIOE nº 11528, de 24 de outubro de 2023, torna pública a lista de classificação dos órgãos e entidades participantes do Chamamento Público para Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários nº 001/2025, conforme o item 3.6 do respectivo Edital:

LOTE	ÓRGÃO/ENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
ÚNICO	Provopar Estadual Ação Social CNPJ: 76.793.397/0001-88	1º
ÚNICO	Pequeno Cotolengo do Paraná CNPJ: 76.610.690/0001-62	1º

* Conforme Item 3.7 do Edital de Chamamento Público, o qual solicita sorteio público para os casos onde haja empate entre os classificados, assim informamos que tal sorteio será realizado de forma presencial na sala do Centro de Controle Patrimonial da Diretoria de Logística da PMPR na data de 08/12/2025 as 09:30hs.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

166639/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.568.275-1

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3483/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Militar do Paraná, por intermédio da Polícia Militar do Paraná, e, de outro lado, o Município de Cruzmaltina/PR, inscrito no CNPJ/MF nº 01.615.393/0001-00, visando a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para incrementar ações, no município de Cruzmaltina, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 23/31 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 32/39;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166239/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.797.611-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3691/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, por intermédio do Escritório Social de Londrina, e, de outro lado, o Município de Arapongas – Secretaria de Agricultura, Serviços Públicos e Meio Ambiente, inscrito no CNPJ/MF nº 76.958.966/0001-06, visando à reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), através de atividades laborativas, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 22/36 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 38/50;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166205/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.900.896-6

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3676/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa FRIGOESTE COMÉRCIO DE CARNES LTDA., CNPJ nº 77.139.855/0001-22, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela Penitenciária Estadual de Guarapuava – Unidade de Progressão (PEG-UP), visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, no interior do estabelecimento penal ou locais autorizados, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 42/55) e Plano de Trabalho (fls. 57/69);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166171/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.924.546-1

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3674/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa FÁBRICA DE CARROCERIAS CARGA PESADA LTDA, CNPJ nº 76.179.688/0001-80, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pelo Escritório Social de Guarapuava, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, nas dependências da cooperada, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 44/57) e Plano de Trabalho (fls. 59/70);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166182/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.924.602-6

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3682/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa EDIFÍCIO RESIDENCIAL IZMENIA - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA., CNPJ nº 52.669.558/0001-68, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 50/64) e Plano de Trabalho (fls. 66/78);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166184/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.079.713-3

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls.60;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos

setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166188/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.081.366-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls.222;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166208/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.082.566-8

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pela respectiva Assessoria Policial Civil, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls.16-17;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166196/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.872.808-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3665/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contratos, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: a) **MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 32.951.008/0001-20; b) **MANUPA COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 03.093.776/0008-68, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 719/2024, cujo objeto será a aquisição de veículos, para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná – PCP, nos valores totais de, respectivamente, **R$ 621.140,00 (duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos)** e **R$ 269.828,17 (duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos)**, conforme as Minutas dos Contratos acostadas às **fls. 479/489 e fls. 490/500;**

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização dos ajustes, deve o setor responsável verificar se as empresas contratadas mantêm todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166349/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.891.764-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e na Informação nº 1243/2025 - PRC/PGE (fls. 65/71), a celebração do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0496/2025**, com a empresa **NW DRONES COMERCIO E MANUTENÇÃO DE DRONES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.907.435/0001-00, visando à prorrogação do prazo de vigência e de entrega por 120 (cento e vinte) dias, ou até a conclusão do objeto, mantendo-se inalterado o valor contratual de R$ 2.156.715,21 (dois milhões cento e cinquenta e seis mil setecentos e quinze reais e vinte e um centavos), conforme minuta contratual acostada às fls. 74/75;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. DETERMINO que, antes da formalização do instrumento, o Centro de Contratos e Convênios verifique se a empresa contratada, por meio de sua matriz e da filial envolvida, mantém hígidas as condições de habilitação, atualizando as certidões que porventura tenham expirado durante a tramitação processual.

IV. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para providências.

Curitiba-Paraná, 02 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

166232/2025

GABINETE DO SECRETARIO
Protocolo nº. 24.258.788-0

I - AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Informação nº 1191/2025 – PGE/PRC (fls. 373/396) e no Ofício nº 169/2025 – DEPPEN (fls. 496/498), a contratação direta emergencial da empresa TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVICO DE ALIMENTACAO LTDA, inscrita no CNPJ n° 30.190.520/0005-07, visando à prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para as unidades da Regional de Cascavel (PETBC, PIMP, CPQI e CASC), no valor total de R$ 14.959.123,50 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e três reais e cinquenta centavos), conforme minuta de contrato de fls. 340/359;

II - DECLARO que a presente autorização se fundamenta nas análises técnica e jurídica constantes dos autos, sendo a responsabilidade pela escorreita instrução processual e pelo conteúdo dos documentos juntados dos respectivos agentes públicos que os elaboraram e inseriram no feito;

III - DETERMINO que, antes da formalização do instrumento, o Centro de Contratos e Convênios verifique se a empresa contratada mantém hígidas as condições de habilitação, atualizando as certidões que porventura tenham expirado durante a tramitação processual;

IV – PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da SESP, para as providências decorrentes.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

166480/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.763.981-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3670/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

empresa **TORNADO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 00.254.197/0001-95, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 474/2025, cujo objeto será a aquisição de hortifrutigranjeiros – região intermediária de Curitiba, para atender a demanda do Comando de Policiamento Especializado – CPE/PMPR, no valor total de **R$ 44.868,38 (quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 378/396**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166179/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.824.547-6

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3695/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **FLEXFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 49.058.654/0001-65, sediada na cidade de Guarulhos/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, cujo objeto é a aquisição de mobiliários, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná – PCP, no valor total de **R$ 313.560,00 (trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta reais)**, conforme minuta contratual constante às **fls. 199/206;**

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166500/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.916.808-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3673/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CWB WORD'S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.092.633/0001-16, em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 287/2025, cujo objeto será a aquisição de aves e peixes, para atender a demanda da Ajudância-Geral da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor total de **R$ 298.095,00 (duzentos e noventa e oito mil e noventa e cinco reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 153/164;**

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166497/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.993.921-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e ainda, nos termos da Informação nº 3672/2025 – AT/SESP, a anotação do 1º Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 0400/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA**., inscrita no CNPJ sob nº. **04.198.254/0001-17**, cujo objeto consiste na contratação de licenças de softwares por assinatura e de uso perpétuo, para atender a demanda da **POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ – PCP**, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de **9,7015% (nove inteiros e sete mil e quinze décimos de milésimo por cento)**, referente à apuração do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), passando o valor total para **R$ 124.103,12 (cento e vinte e quatro mil, cento e três reais e doze centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (**fls. 114/115**);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166174/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.955.422-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3701/2025-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0122/2025, firmado com a empresa **Cesar Augusto Kiekow**, CNPJ n° 03.333.999/0001-89, cujo objeto é a aquisição de alimentação animal e serragem, atendendo às necessidades do 4º Comando Regional da Polícia Militar (4º CRPM/PMPR), objetivando a prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, de 17/03/2026 a 16/03/2027, mantendo-se o valor total de R$ 35.985,60 (trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme minuta de fls. **156/157**;

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica,

orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

166529/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.523.489-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3411/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de Palmas, inscrita no CNPJ/MF nº 76.161.181/0001-08, visando a instalação e manutenção de(os) Posto(s) do Corpo de Bombeiros Militar e viabilização de suas atividades no Município, atinentes aos serviços de Segurança Contra Incêndios, Prestação de Serviços de Socorros e de Defesa Civil, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 25/40 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 41/52;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166767/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.926.657-4

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3703/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN e pela Cadeia Pública de Cianorte, e, de outro lado, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 22.112.109/0001-53, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime Fechado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 22/37) e seu Plano de Trabalho (fls. 39/52);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166764/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.980.619-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3713/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Instituto de Identificação do Paraná, por intermédio do Departamento da Polícia Civil, e, de outro lado, o Município de Campo do Tenente, inscrito no CNPJ/MF nº 76.002.658/0001-02, visando a instalação e manutenção de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 12/20 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 21/25.

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166763/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.654.060-8

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016, do Decreto Estadual nº 5.393/2020, e com base na dispensa de análise jurídica prevista na Resolução PGE nº 67/2022, e na Informação nº 3605/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com o MUNICÍPIO DE NOVA AURORA, CNPJ nº 76.208.859/0001-52, a ser executado por interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), visando a execução do Programa Brigada Comunitária, com a instalação e operacionalização de Posto de Brigada Comunitária para serviços de prevenção, combate a incêndios e defesa civil, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 47/67) e Plano de Trabalho (fls. 68/85);

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166833/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.935.066-4

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3706/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa CG COMÉRCIO DE CARVÃO LTDA., CNPJ nº 31.740.260/0001-27, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela Cadeia Pública de Maringá, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em Regime Fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 43/56) e Plano de Trabalho (fls. 58/70);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166838/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.980.512-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3712/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por intermédio do Instituto de Identificação do Paraná, e, de outro lado, o Município de Adrianópolis, inscrito no CNPJ/MF nº 76.105.642/0001-17, visando a instalação e manutenção de Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 11/19 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 20/24;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166828/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº: 23.817.776-6

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e com base na Informação nº 3711/2025-AT/SESP, contratação direta – mediante inexigibilidade de licitação – nos termos do art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o locador ELISEU MARCOS CHRISTO, inscrito no CPF n° XXX.465.969-XX, objetivando a locação de imóvel, para abrigar a instalação da Seção Regional de Atividades Técnicas e Análises Digitais de Projetos do 3º Comando Regional de Bombeiro Militar – 3º CRBM/CRB4, no valor total de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), conforme Minuta de Contrato acostada às fls. 207/214, pelo período de 36 (trinta e seis meses) meses;
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as justificativas a demonstração das circunstâncias da contratação;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se o contratado mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que porventura tenham vencido no decorrer da tramitação processual;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências legais.

Curitiba – Paraná, 03 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

166692/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.264.510-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3615/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 51.536.795/0006-00, em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 1327/2024, cujo objeto será a aquisição de aeronaves remotamente pilotadas ARP (DRONE) e acessórios, para atender a demanda do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR, no valor total de **R$ 523.476,00 (quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 502/514**;
II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações**;**
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos**;**
IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

166671/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.800.625-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3718/2025-AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0038/2025, firmado com a empresa **FEIRA FÁCIL LTDA**, CNPJ n° 23.712.236/0001-56, sediada no município de Ponta Grossa/PR, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, atendendo às necessidades do 26º Batalhão de Polícia Militar do Paraná – PMPR, objetivando a prorrogação da vigência contratual por 01 (um) ano, de 14/02/2026 a 13/02/2027, mantendo-se o valor total de R$ 125.706,17 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e seis reais e dezessete centavos), conforme minuta de fls. **180/181**;
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166827/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.936.144-5

I – AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, e art. 170, § 7º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e com base na Informação nº 3690/2025 – AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 1031/2024 (GMS 9475/2024), firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ n° 14.983.004/0001-41, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/12/2025 e término em 18/12/2026,e o reajuste de seu valor, no percentual de 9,83% (nove vírgula oitenta e três por cento), conforme o Aviso n° 05/2025-DOS/SEAP, passando o valor mensal de R$ 4.161,93 para R$ 4.571,05 (quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e cinco centavos), conforme minuta acostada às fls. 875/877;
II – DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas informações;
III – DETERMINO que, preliminarmente à formalização do ajuste, o setor competente verifique se a empresa contratada mantém hígidas todas as condições de habilitação.
IV – PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as gestões pertinentes.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166826/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.677.761-6

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3698/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **ALPHA ELETRÔNICOS DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 60.525.714/0001-45, sediada na cidade de

São Paulo/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 011/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90010/2025, cujo objeto é a aquisição de equipamentos audiovisuais, para atender as necessidades do Departamento de Polícia Civil – DPC, no valor total de **R$ 120.559,80 (cento e vinte mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)**, conforme minuta contratual constante às **fls. 271/279;**

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166883/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.743.646-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3722/2025-AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0966/2024, firmado com a empresa **BSL SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n° 07.293.726/0001-09, sediada no município de Curitiba/PR, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, atendendo às necessidades da Polícia Científica do Paraná - PCP, objetivando a prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, de 13/12/2025 a 12/12/2026, mantendo-se o valor mensal de R$ 20.453,31 (vinte mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos), conforme minuta de fls. **758/759**;

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166898/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.910.342-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 3710/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa **EQUISCOLA EQUIPAMENTOS ESCOLARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob n° 81.045.981/0001-95, sediada em Curitiba, em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico n° 584/2024, cujo o objeto é a aquisição de longarinas, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil - DPC, no valor total de R$ 389.700,00 (trezentos e oitenta e nove mil, setecentos reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 307/316;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166912/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.936.501-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 3700/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa **GIACOMINI E CARVALHO LTDA,** inscrita no CNPJ sob n° 45.549.407/0001-81 sediada em Cascavel, em utilização à Ata de Registro de Preços n° 494/2023, oriunda do Pregão Eletrônico n° 494/2023, cujo o objeto é a contratação de serviço contínuo de Coffee Break, para atender a demanda do 2º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR – 2ºCRPM/PMPR, no valor total de R$ 402.120,00 (quatrocentos e dois mil, cento e vinte reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 213/224;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

166918/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.486.560-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3669/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), e, de outro lado, o Município de Corbélia, inscrito no CNPJ/MF nº 76.208.826/0001-02, visando a instalação de Posto da Brigada Comunitária e a viabilização das atividades de Defesa Civil no Município, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às (fls. 03/26) e seu Plano de Trabalho (fls. 27/46);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166983/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.955.099-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3705/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa FRUTALAPA AGROCOMERCIAL LTDA., CNPJ nº 00.804.368/0001-02, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Unidade de Segurança (PEPG-US) / Centro de Regime Semiaberto da Lapa (CRSL), visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 50/63) e Plano de Trabalho (fls. 65/77);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166952/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.955.124-4

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3689/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa POMO SUL AGRICULTURA E COMÉRCIO DE FRUTAS LTDA., CNPJ nº 77.524.189/0001-46, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário e pela Penitenciária Estadual de Ponta Grossa - Unidade de Segurança - PEPG-US / Centro de Regime Semiaberto da Lapa - CRSL, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 50/63) e Plano de Trabalho (fls. 65/77);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 03 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

166958/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.949.306-6

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, as despesas decorrentes de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Agosto de 2025, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), em favor do Sd. QP PM DEIVID DE CHAVES RODRIGUES, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. Cabe ao órgão gestões de melhoria, visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

IV. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

166953/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 1071/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº 25.008.938-4*

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 135/2025-SETR/CPP (mov. 46), na Informação nº 779/2025-NFS/SETR (mov. 37) e na Informação nº 909/2025-AT/SETR (mov. 47)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **CONCENTRIX BRASIL TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS ADMINISTRATIVOS E TECNOLOGIA EMPRESARIAL LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 19.447.199/0011-09,** no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz**, totalizando o montante de **R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166736/2025

DESPACHO Nº 1082/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº 25.009.905-3*

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 138/2025-SETR/CPP (mov. 40), na Informação nº 796/2025-NFS/SETR (mov. 35) e na Informação nº 914/2025-AT/SETR (mov. 41)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **IDELI.OUI COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 09.458.130/0008-13,** no valor de **R$ 300,00 (duzentos e sessenta reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz(es)**, totalizando o montante de **R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, d*atado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166739/2025

DESPACHO Nº 1103/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº 24.993.073-3*

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 139/2025-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 806/2025-NFS/SETR (mov. 38) e na Informação nº 933/2025-AT/SETR (mov. 46)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **DENTAL NORONHA COMERCIO DE PRODUTOS PARA ODONTOLOGIA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 23.524.480/0001-95,** no valor de **R$ 300,00 (duzentos e sessenta reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz(es)**, totalizando o montante

de **R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166746/2025

DESPACHO Nº 1104/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº* 25.010.718-8

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 141/2025-SETR/CPP (mov. 43), na Informação nº 798/2025-NFS/SETR (mov. 36) e na Informação nº 934/2025-AT/SETR (mov. 44)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **RECCO RECCO & CIA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 76.795.418/0001-02,** no valor de **R$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz(es)**, totalizando o montante de **R$ 5.022,00 (cinco mil e vinte e dois reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166747/2025

DESPACHO Nº 1105/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº* 24.997.300-9

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 142/2025-SETR/CPP (mov. 44), na Informação nº 795/2025-NFS/SETR (mov. 37) e na Informação nº 935/2025-AT/SETR (mov. 45)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **PLASTILIT PRODUTOS PLASTICOS DO PARANA S/A,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 80.550.452/0001-86,** no valor de **R$ 177,65 (cento e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz(es)**, totalizando o montante de **R$ 4.085,95 (quatro mil e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166751/2025

DESPACHO Nº 1106/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº* 24.995.403-9

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 140/2025-SETR/CPP (mov. 60), na Informação nº 797/2025-NFS/SETR (mov. 53) e na Informação nº 932/2025-AT/SETR (mov. 61)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **CONDOR SUPER CENTER LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 76.189.406/0046-28,** no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **03 (três) aprendiz(es)**, totalizando o montante de **R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166742/2025

DESPACHO Nº 1107/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº* 25.048.968-4

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 146/2025-SETR/CPP (mov. 53), na Informação nº 802/2025-NFS/SETR (mov. 46) e na Informação nº 941/2025-AT/SETR (mov. 54)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **CONDOR SUPER CENTER LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 76.189.406/0031-41,** no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **02 (dois) aprendiz(es)**, totalizando o montante de **R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166754/2025

DESPACHO Nº 1108/2025 – GS/SETR
Referente ao Protoco*lo nº 24.994.028-3*

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 142/2025-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 794/2025-NFS/SETR (mov. 38) e na Informação nº 936/2025-AT/SETR (mov. 46)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **CONCENTRIX BRASIL TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS ADMINISTRATIVOS E TECNOLOGIA EMPRESARIAL LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 19.447.199/0010-10,** no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz**, totalizando o montante de **R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, datado e *assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166724/2025

DESPACHO Nº 1109/2025-SETR/GS

Referente ao Protocolo nº 25.024.463-0

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 114/2025-SETR/DIPEQ/CPP (mov. 74), na Informação nº 793/2025-NFS/SETR (mov. 67) e a Informação nº 937/2025-AT/SETR (mov. 75)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa **RIMATUR TRANSPORTES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 783.742.338/0001-46**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na **modalidade de padrão,** no **valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)**, em atendimento a **05 (cinco) aprendiz(es), no total de R$ 47.250,00 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166726/2025

DESPACHO Nº 1110/2025 – GS/SETR

Referente ao Protoco*lo nº 24.890.288-4*

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 143/2025-SETR/CPP (mov. 44), na Informação nº 787/2025-NFS/SETR (mov. 37) e na Informação nº 938/2025-AT/SETR (mov. 45)**, o pagamento da subvenção económica em benefício à entidade **GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF nº 05.653.393/0001-56**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa **IDELI.OUI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ/MF nº 09.458.130/0012-08,** no valor de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz**, totalizando o montante de **R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. A **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166727/2025

DESPACHO Nº 1111/2025-SETR/GS

Referente ao Protocolo nº 25.041.276-2

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 145/2025-SETR/DIPEQ/CPP (mov. 40), na Informação nº 803/2025-NFS/SETR (mov. 33) e a Informação nº 940/2025-AT/SETR (mov. 41)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa **SUPERMERCADO SUPERPAO S/A, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 77.883.320/0010-52**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na **modalidade de padrão,** no **valor de R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz, no total de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166730/2025

DESPACHO Nº 1112/2025-SETR/GS

Referente ao Protocolo nº 25.026.686-3

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 147/2025-SETR/DIPEQ/CPP (mov. 40), na Informação nº 799/2025-NFS/SETR (mov. 33) e a Informação nº 939/2025-AT/SETR (mov. 41)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa **SUPERMERCADO SUPERPAO S/A, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 77.883.320/0003-23**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na **modalidade de padrão,** no **valor de R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **01 (um) aprendiz, no total de R$ 3.000,00 (três mil reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166728/2025

DESPACHO Nº 1113/2025-SETR/GS

Referente ao Protocolo nº 25.038.563-3

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e nos artigos 5º e 8º, C/C §2º, da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 148/2025-SETR/CPP (mov. 313), na Informação nº 800/2025-NFS/SETR (mov. 306) e a Informação nº 942/2025-AT/SETR (mov. 314)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício ao estabelecimento contratante: **MUNICÍPIO DE PINHAIS,** inscrito no **CNPJ/MF nº 95.423.000/0001-00**, no valor (por jovem) de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **36 (trinta e seis) aprendizes**, e no valor (por jovem) de **R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)** para aprendizes que se encaixem nas condições estabelecidas pelo §2º do art. 8º, da Lei Estadual nº 20.084/2019, em atendimento a **04 (quatro) aprendizes**, totalizando o montante de **R$ 289.800,00 (duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais),** desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro. 20

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

166735/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 9006/2024 QUE ABRIGA A AGÊNCIA DO

TRABALHADOR DE SANTA IZABEL DO OESTE.
PROTOCOLO N.º 24.673.189-6

Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Locadores: LUAN FELIPE FARDO
Objeto: Prorrogação de locação de imóvel que abriga a **Agência Do Trabalhador De Santa Izabel do Oeste.**
Vigência: pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **12 de dezembro de 2025** até **11 de dezembro de 2026.**
Valor Mensal: **R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).**
Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:	630000 – Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Programa/ Atividade:	6302.11.333.36.8472 – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda 6360.11.333.36.8049 – Acões do Fundo Estadual do Trabalho
Natureza de Despesa:	3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Subelemento:	36.15 – Locação de Imóvel
Credor:	Luan Felipe Fardo – CPF: ***.734.809-**
Fontes de Recursos:	761.000102 – Recursos do FECOP – Lei Est. N° 18.573, de 30/09/2015 700.000281 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.
Valor Mensal:	R$ 3.200,00
Valor Total:	R$ 38.400,00

Autorizado através de **Despacho Secretarial nº 1033/2025 – GS/SETR** em 24 de novembro de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

166469/2025

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 159/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8008432-3**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
011.503.589-39 LUANA GAMERSCHLAG

1ª DRR - Curitiba
Auto de infração: **8008327-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
092.776.939-59 Letícia Correa da Silva Maia

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8008431-5**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
069.200.019-42 JAN GAMERSCHLAG

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

166789/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 160/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

---

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8008433-1**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
069.551.799-69 MARTIN GAMERSCHLAG

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

166790/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento
Edital n. 162/2025

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1º) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2º) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3º do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, combinado com o parágrafo 2º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2º, inciso III, c/c parágrafo 3º, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Para pagamento referente à decisão de 2ª Instância de autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional, cujos valores decorram de julgamentos de ofício interpostos por autoridade julgadora de 1ª Instância, o valor da multa será reduzido em trinta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso II, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas. No caso de parcelamento, sob as mesmas condições, o valor da multa será reduzido em vinte por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que parcelado até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

6ª DRR - Jacarezinho
Auto de infração: **8007372-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
041.123.329-71 ADRIANO TONET

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

166793/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Notificação para Atendimento de Diligência
Edital n. 161/2025

A Receita Estadual do Paraná notifica as pessoas físicas/jurídicas que possuem relação com os sujeitos passivos e as operações que foram objeto dos processos administrativos fiscais listados abaixo que, decorridos 10 (dez) dias corridos da publicação deste edital, serão considerados intimados (Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV) de que foi proposta diligência pelo(s) órgão(s) de julgamento, nos termos do § 1º do artigo 36 da Lei n. 18.877/2016:

> "Art. 36. Os órgãos de julgamento poderão determinar, de ofício ou a requerimento do reclamante, a realização de diligências ou perícias, quando as entender necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, justificadamente.
>
> § 1º Encontrando-se o processo em fase de julgamento, somente por decisão do órgão julgador poderá ser determinada diligência para esclarecimento de matéria de fato."

Considerando as questões de sigilo de dados dispostas no artigo 198 do CTN:

> "Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
>
> § 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:
> I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
> II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
>
> § 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
>
> § 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:
> I – representações fiscais para fins penais;
> II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
> III – parcelamento ou moratória."

Será necessário entrar em contato com o(s) Auditor(es) Fiscal(is) Autuante(s)/responsável(is) na Delegacia de origem do e-PAF, para obtenção dos motivos da diligência, período averiguado, rol de documentos, entre outros dados e informações relevantes, visando o cumprimento da exigência nos processos administrativos fiscais aos quais se encontram relacionadas as pessoas físicas/jurídicas citadas.

A partir da data da intimação, terão os sujeitos passivos o prazo de 30 (trinta) dias úteis para seu atendimento, contados na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002614-5**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
031.008.759-74 RAPHAEL PALMA SOUZA E SILVA

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 03 de Dezembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

166792/2025

PORTARIA REPR Nº 245/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como o contido no eProtocolo nº 25.026.302-3, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **26.01.2026 a 04.02.2026**	JOSÉ LUIS SORBELLINI RG nº 4.***.731-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Chefe de Agência – Símbolo "I", para responder, cumulativamente, pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE de Cianorte**, da Delegacia da Receita Estadual de Umuarama – 11ª DRE, em substituição ao titular Carlos Roberto Maidl, RG nº 4.***.889-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência – Símbolo "I"**.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

166653/2025

PORTARIA REPR Nº 246/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.155.745-6, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026 a 16.01.2026**	JAMES CORRADINI RG nº 4.***.986-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder pela **Coordenação Regional de Fiscalização – CRF**, da Delegacia da Receita Estadual de Umuarama – 11ª DRE, em substituição ao titular Zaqueu Coelho Barbosa, RG nº 5.***.971-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Assessor – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

166657/2025

PORTARIA REPR Nº 247/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como o contido no eProtocolo nº 24.551.411-5, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **02.12.2025 a 19.12.2025**	WILSON ROGERIO KREPSZ RG nº 4.***.094-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Chefe de Agência – Símbolo "I", para responder, cumulativamente, pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE de Guarapuava**, da Delegacia da Receita Estadual de Guarapuava – 5ª DRE, em substituição ao titular Evaldo Dobrychtop, RG nº 4.***.743-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência Sede – Símbolo "H"**.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

166662/2025

PORTARIA REPR Nº 249/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.780.098-0, resolve alterar a Portaria REPR nº 194/2025 de 17 de outubro de 2025, publicada no DOE – Edição nº 12016 de 27/Out/2025, para:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE / PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026 a 14.01.2026**	RENATO ROSSI PRADO RG nº 4.***.394-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE de Maringá,** da Delegacia da Receita Estadual de Maringá – 9ª DRE, em substituição ao titular Ronaldo Correa, RG nº 4.***.445-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência Sede – Símbolo "H"**.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

166665/2025

PORTARIA REPR Nº 250/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.780.390-4, resolve alterar a Portaria REPR nº 195/2025 de 17 de outubro de 2025, publicada no DOE – Edição nº 12016 de 27/Out/2025, para:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE / PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **12.12.2025 a 21.12.2025**	MARCOS FREITAS ESTELA RG nº 4.***.481-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "F", para responder cumulativamente pela **Delegacia da Receita Estadual de Maringá – 9ª DRE**, em substituição ao titular José Edilson Paccagnella, RG nº 7.***.539-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Delegado da Receita – Símbolo "D"**, por motivo de férias.
DESIGNAR DE **05.01.2026 a 14.01.2026**	RENATO ROSSI PRADO RG nº 4.***.394-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela **Delegacia da Receita Estadual de Maringá – 9ª DRE**, em substituição ao titular José Edilson Paccagnella, RG nº 7.***.539-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Delegado da Receita – Símbolo "D"**, por motivo de férias.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

166669/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 404/2025– IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - Iapar-Emater (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 20.121/2019 c/c inciso VII do artigo 16 Decreto nº 9177/2021 e considerando o relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, assim como documentos e deliberações devidamente registrados no protocolo n° 24.038.019-6,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

R E S O L V E:

Art.1º - O ENCERRAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 190/2025, publicada no Diário Oficial do Estado edição n° 11.923 de 13 de junho de 2025, sob protocolo n° 24.038.019-6, sem imputação de responsabilidade aos indiciados, nos termos do relatório apresentado pela Comissão Processante, bem como demais documentos e deliberações que integram o mencionado protocolo.

Art.2° - DAR CIÊNCIA da referida decisão, ao Diretor de Gestão Institucional, ao qual estão vinculados os servidores objeto do Processo Administrativo Disciplinar, assim como às demais partes envolvidas no processo.

Art.3º - A COMUNICAÇÃO competente, à Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 1.195/2011.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 03 de dezembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

166646/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 405/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso das atribuições, bem como o que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021 e ao previsto no Contrato de Prestação de Serviço Continuado **nº 199/2025 – GMS – 9519/2025** firmado com a empresa ***CARLOS HENRIQUE SANTOS ALVES LOPES****, inscrita no CNPJ sob o n.º* ***257.471.411/0001-82***.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes empregados públicos para acompanhamento do referido contrato:

I. Milton Satoshi Matsushita, portador da CI/RG nº 1.4XX.X6X-0/PR e CPF nº 2XX.X87.2XX-9X, para exercer a função de **Gestor** do Contrato;

II. Amarildo Antonio Alba, portador da CI/RG nº 3.3XX.X4X-9/PR e CPF nº 4XX.X52.4XX-5X, para exercer a função de **Fiscal** do Contrato.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 03 de dezembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

166709/2025

Sociedades de Economia Mista

COHAPAR

O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 20.685, de 27/08/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICA: A relação dos empregados admitidos* e demitidos durante o mês de novembro de 2025.

DEMITIDOS				
Matr.	**Nome**	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
1978	Fabio Henrique de Aquino Freitas	Agente Administrativo I	03/11/2025	Empregado CLT
2097	Thais Volttani Koyama	Engenheiro Júnior	13/11/2025	Empregado CLT
793	Bernadeth Dickow	Técnico Desenvolvimento Social Sênior (Sociólogo)	30/11/2025	Empregado CLT
1423	Leia Benetti Hey	Assistente Social II	30/11/2025	Empregado CLT

*Não houve admissões neste período.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Luis Antônio Werlang
Diretor Administrativo-Financeiro, em exercício

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente

166939/2025

O Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Estadual nº 20.685, de 27/08/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICA: A relação dos colaboradores comissionados nomeados e exonerados* durante o mês de novembro de 2025.

NOMEADOS			
Nome	**Cargo**	**Data**	**Tipo de contrato**
Thomas Sales de Paula	Assessor Estratégico II	10/11/2025	Cargo em Comissão

*Não houve exonerações neste período.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Luis Antônio Werlang
Diretor Administrativo-Financeiro, em exercício

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente

166932/2025

